

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 22ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – 4ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada à realização do Fórum Estadual para Debater a Reforma Trabalhista e seus Impactos para os Trabalhadores e o Mercado de Trabalho
- 1.3 – 5ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada a comemorar os dois anos de criação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

2 – ORDEM DO DIA

- 2.1 – Comissão

3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 – MANIFESTAÇÕES

5 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 – ERRATAS



ATAS

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/3/2017

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofício nº 9/2017 (encaminhando a prestação de contas do Tribunal de Contas relativa ao exercício de 2016), do presidente do Tribunal de Contas – Ofício – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 4.118 e 4.120 a 4.124/2017 – Requerimentos nºs 6.630, 6.631 e 6.633 a 6.645/2017 – Proposições Não Recebidas: Requerimento nº 6.632/2017 e Requerimentos Ordinários nºs 2.750 a 2.752/2017 – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Coronel Piccinini e Sargento Rodrigues; Questão de Ordem – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Agostinho Patrus Filho – Antônio Jorge – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Coronel Piccinini – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Nozinho – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h5min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Sargento Rodrigues, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Cabo Júlio, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIO Nº 9/2017

(Correspondente ao Ofício nº: 3712/2017)

Belo Horizonte, 30 de março de 2017.

A Sua Excelência

Senhor Adalclever Lopes

Presidente da Assembleia do Estado de Minas Gerais

Assunto: Prestação de Contas Anual - Exercício 2016

Encaminho a Vossa Excelência a Prestação de Contas do Tribunal Contas do Estado de Minas Gerais, relativa ao exercício de 2016, atendimento ao disposto no § 5º do art. 76 da Constituição Estadual, no inciso VIII do art. 4º da Lei Complementar nº 102/2008 e demais legislação pertinente.

Na oportunidade, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Cláudio Couto Terrão

Conselheiro-Presidente

Prestação de Contas Exercício 2016:

<http://mediaserver.almg.gov.br/acervo/130/256/1130256.pdf>

Prestação de Contas Exercício 2016 – Anexos:

<http://mediaserver.almg.gov.br/acervo/130/255/1130255.pdf>

– Publicado, fica o processo sobre a Mesa por dez dias, para requerimento de informações ao Tribunal.

OFÍCIO

Do Sr. Spencer dos Santos Ferreira Júnior, promotor de justiça, em que reitera pedido de informações sobre a individualização da conduta dos policiais que teriam incorrido em abuso na remoção das famílias da Ocupação Primeiro de Maio, em Betim.

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.118/2017

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Deus Proverá, com sede no Município de Juiz de Fora.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Deus Proverá, com sede no Município de Juiz de Fora.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de março de 2017.

Deputado Isauro Calais – PMDB

Justificação: Este projeto de lei está sendo proposto com o objetivo de que se faça reconhecer a utilidade pública pública de uma instituição que luta bravamente pelos mais necessitados da cidade de Juiz de Fora. A Associação Beneficente Deus Proverá exerce há anos um brilhante trabalho na área social da cidade, com atendimento aos mais necessitados.

Visando ao reconhecimento desse trabalho de utilidade pública prestado por essa entidade, contamos com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.120/2017

Dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Visconde do Rio Branco o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – - Fica desafetado o bem público constituído pelo trecho da Rodovia MG-447 entre o Km 11,95 e o Km 21,20, com a extensão de 9,25 Km, e por suas margens.

Art. 2º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Visconde do Rio Branco o imóvel de que trata o art. 1º.

Parágrafo único – A área que se refere o "caput" integrará o perímetro urbano do Município e Visconde do Rio Branco e destina-se a instalação de via urbana.

Art. 3º – O imóvel objeto da doação de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, no prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 2º.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de março de 2017.

Deputado Durval Ângelo – PT

Líder do Governo

Justificação: A população de Visconde do Rio Branco cobra do Poder Executivo Municipal intervenção no trecho de rodovia especificado no projeto, de maneira a minimizar os impactos negativos e os riscos que impõe aos moradores. Inicialmente a proposta possibilitará a redução da velocidade média de tráfego e intervenções físicas importantes, como iluminação adequada e sinalização vertical e horizontal. Esperamos merecer atenção especial para viabilizar a transferência de tal trecho para a responsabilidade do município, para que o Poder Executivo Municipal possa realizar as intervenções necessárias. Diante do exposto, pedimos o apoio e a compreensão dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.121/2017

Dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Visconde do Rio Branco o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica desafetado o bem público constituído pelo trecho da Rodovia LMG-842, trecho entre o Km 6,5 e o Km 24,35, com a extensão de 17,85 Km, e por suas margens.

Art. 2º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Visconde do Rio Branco o imóvel de que trata o art. 1º.

Parágrafo único – A área que se refere o "caput" integrará o perímetro urbano do Município e Visconde do Rio Branco e destina-se a instalação de via urbana.

Art. 3º – O imóvel objeto da doação de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, no prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 2º.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de março de 2017.

Deputado Durval Ângelo – PT

Líder do Governo

Justificação: Este projeto de lei dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Visconde do Rio Branco o imóvel que especifica.

Trata-se de bem público de uso comum do povo, de propriedade do Estado, gerenciado pelo DER-MG e constituído pelo trecho da Rodovia LMG-842, trecho entre o Km 6,5 e o Km 24,35, com a extensão de 17,85 Km, e por suas margens.

A população de Visconde do Rio Branco cobra do Poder Executivo Municipal intervenção no trecho de rodovia especificado no projeto, de maneira a minimizar os impactos negativos e os riscos que impõe aos moradores. Inicialmente a proposta possibilitará a redução da velocidade média de tráfego e intervenções físicas importantes, como iluminação adequada e sinalização vertical e horizontal. Esperamos merecer atenção especial para viabilizar a transferência de tal trecho para a responsabilidade do município, para que o Poder Executivo Municipal possa realizar as intervenções necessárias.

Diante do exposto, pedimos o apoio e a compreensão dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.122/2017

Declara de utilidade pública o Instituto Beneficente Geração 2000, com sede no Município de Juiz de Fora.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Beneficente Geração 2000, com sede no Município de Juiz de Fora.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de março de 2017.

Deputado Isauro Calais – PMDB

Justificação: O Instituto Beneficente Geração 2000 realiza um trabalho de grande vulto no Município de Juiz de Fora, tanto na defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável quanto na promoção de assistência social aos excluídos, na prevenção contra o HIV e contra o uso de drogas, na educação de jovens e crianças, na promoção de direitos das pessoas com deficiência e no combate a qualquer tipo de preconceito.

Em razão dos relevantes serviços sociais prestados pelo Instituto Beneficente Geração 2000 ao Município de Juiz de Fora e a seus cidadãos é que se apresenta este projeto de lei, contando com a colaboração dos nobres deputados para sua aprovação, em busca do reconhecimento das ações e dos trabalhos desenvolvidos por essa importante entidade.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.123/2017

Obriga os estabelecimentos comerciais a colocarem os monitores da caixa registradora de forma visível e sem obstáculos para o consumidor.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Os estabelecimentos comerciais que possuem caixa registradora com monitor deverão posicionar a tela de forma a facilitar a visualização pelo consumidor.

Art. 2º – Fica proibida a colocação de qualquer produto, propaganda ou objeto que obstrua o acesso visual do monitor.

Art. 3º – A identificação dos produtos e os valores mostrados deverão ser de fácil leitura.

Art. 4º – O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa de até 100 (cem) vezes o valor da Unidade Fiscal do Estado de Minas Gerais – UFEMG;

III – duplicação do valor da multa, em caso de reincidência.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de março de 2017.

Deputado Missionário Marcio Santiago – PR

Justificação: Inicialmente, diante da presente proposição cabe ressaltar que s estabelecimentos comerciais em sua maioria possuem uma caixa registradora com monitor onde são lançados os produtos e seus valores.

Infelizmente tem sido comum ocorrer distorção do preço que está sendo anunciado na prateleira ou no próprio produto com o efetivamente cobrado no momento deste lançamento.

O consumidor quando efetua o pagamento confere se os preços praticados são os mesmos anunciados e pode no caso de divergências contestar o valor efetivamente praticado.

Alguns caixas de supermercados, farmácias, lojas e etc. muitas vezes possuem um número elevado de produtos para venda na caixa registradora, dificultando o acesso visual do consumidor. Outros estabelecimentos simplesmente têm o monitor voltado somente para o funcionário, impossibilitando o cliente totalmente de verificar os valores.

O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº: 8.078/1990) estabelece em seu Capítulo III - Dos direitos Básicos do Consumidor no artigo 6º, inciso III que: " a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e *preço*, bem como sobre os riscos que apresentem" (grifo nosso).

Por todo o exposto, considerando a relevância da matéria, conto com o apoio dos meus pares para a sua aprovação.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Douglas Melo. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.261/2016, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.124/2017

Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO BAIRRO PACOTE E REGIÃO - ASAFAPRE, com sede no Município de Baependi.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO BAIRRO PACOTE E REGIÃO - ASAFAPRE, com sede no Município de Baependi.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de março de 2017.

Deputado Fabiano Tolentino – PPS

Justificação: A ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO BAIRRO PACOTE E REGIÃO - ASAFAPRE, com sede no Município de Baependi, é uma entidade civil sem fins lucrativos. Tem entre suas finalidades precípua, melhorar as condições de vida de seus integrantes, com especial ênfase na divulgação de matérias relacionadas às técnicas de produção e manejo, mercados e preços, melhoria da qualidade e de produtividade.

Ademais, está em pleno funcionamento há mais de um ano e sua diretoria é composta por pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício de suas funções. Visto que a entidade desenvolve um trabalho social, torna-se justa a sua declaração de utilidade pública estadual. Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação dessa proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTO Nº 6.630/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com a Companhia Fiação e Tecidos Guaratinguetá por ocasião dos seus 105 anos de fundação.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Diretor Presidente, Comendador Giampaolo Bonora, na Avenida Guilherme Cotching, n. 85, Vila Mariana, São Paulo/SP, Cep. 03.021-030.

Sala das Reuniões, 29 de março de 2017.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB

2º-Vice-Presidente

– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.

REQUERIMENTO Nº 6.631/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com Policiais Militares pela prisão de suspeitos de envolvimento com tráfico de drogas e apreensão de 544 tabletes de substância esverdeada semelhante a maconha, durante policiamento no trajeto entre o Município de Grão-mogol e o Distrito de Vale das Cancelas, às margens da BR 251, em 27/03/2017.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Comandante Geral da PMMG, Coronel Helbert Figueiró de Lourdes na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, S/N, Prédio Minas 6º Andar, Belo Horizonte - MG, ao Comandante da 211 CIA PM/ 50 BPM na AV. JK, S/N (QUARTEL POLÍCIA MILITAR), Bairro JOÃO GONÇALVES II, Francisco Sá, ao Comandante da 243 CIA TM/ 50 BPM na AV. MAJOR ALEXANDRE RODRIGUES, 243, Bairro IBITURUNA, Montes Claros, ao Comandante da 11 CIA PM IND MAT na AV. DEPUTADO PLÍNIO RIBEIRO, 2810(COMPLEXO DO 10ºBPM), Bairro Cintra, Montes Claros e ao Comandante da 2 CIA PM IND na AV. CONTORNO, 1795(QUARTEL), Bairro NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, Taiobeiras.

Sala das Reuniões, 29 de março de 2017.

Deputado Sargento Rodrigues – PDT

Presidente da Comissão de Segurança Pública

Justificação: Na oportunidade, conforme REDS 2017-006521356-001 e 2017-006521356-002, apresenta-se lista dos Policiais Militares:

3 Sgt Simon Cesar Lopes Borges – 4 GP/ 2 PEL PM/ 211 CIA PM/ 50 BPM;

3 Sgt Rafael Silva – SGP/ 1 GP/ 2 PEL PM/ 211 CIA PM/ 50 BPM;

Cabo Sergio Luiz Gonçalves Junior - 4 GP/ 2 PEL PM/ 211 CIA PM/ 50 BPM;

2 Sgt Romilton de Sa Correia – 3 GP/ 1 PEL PM RV/ 11 CIA PM IND MAT;

Cabo Celio Rennan Costa - 3 GP/ 1 PEL PM RV/ 11 CIA PM IND MAT;

3 Sgt Edson Rodrigues da Rocha – 5 GP/ 4 PEL PM MAMB/ 11 CIA PM IND MAT;

3 Sgt Andrei Veloso de Souza - 5 GP/ 4 PEL PM MAMB/ 11 CIA PM IND MAT;

2 Sgt Eduardo Gonçalves Rocha – 2 PEL TM/ 243 CIA TM/ 50 BPM;

1 Ten Carlos Roberto Venuto Junior – 243 CIA TM/ 50 BPM;

Cabo Anderson Silva - 2 PEL TM/ 243 CIA TM/ 50 BPM;

Cabo Carlos Henrique Mendes – 1 GP/ 2 PEL PM/ 2 CIA PM IND;

2 Sgt Felipe Ramon Santos de Freitas - 1 GP/ 2 PEL PM/ 2 CIA PM IND;

3 Sgt Jairo Lacerda de Almeida - 4 GP/ 1 PEL PM/ 2 CIA PM IND;

Soldado David Lopes Leite - 6 GP/ 2 PEL PM/ 2 CIA PM IND;

Soldado Isau Vieira de Aquino Junior - 4 GP/ 1 PEL PM/ 2 CIA PM IND.

– À Comissão de Segurança Pública.

REQUERIMENTO Nº 6.633/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com Policiais Militares pela realização da “Operação Ramonzinho”. Citada ação policial abrangeu um grande cerco e bloqueio em áreas pertencentes a cidade de Varginha, Três Pontas, Carmo da Cachoeira, Monsenhor Paulo e Boa Esperança, onde, desde o início de 2017, criminosos, fortemente armados, praticavam furtos e roubos, inclusive com refêns, amedrontando toda população local.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Comandante Geral da PMMG, Coronel Helbert Figueiró de Lourdes, na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, S/N, Prédio Minas 6º Andar, Belo Horizonte - MG e ao Comandante do 24º BPM na AV CELINA FERREIRA OTTONI, 03655 - ALTO SION - Varginha.

Sala das Reuniões, 29 de março de 2017.

Deputado Sargento Rodrigues – PDT

Presidente da Comissão de Segurança Pública

– À Comissão de Segurança Pública.

REQUERIMENTOS

Nº 6.634/2017, da Comissão de Administração Pública, em que requer sejam encaminhados à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Polícia Civil pedido de providências para a imediata nomeação dos aprovados no concurso público da Polícia Civil disciplinado pelo Edital nº 1/2013, para que cada comarca tenha pelo menos um médico-legista, e o Ofício nº 810/2015, expedido pela Secretaria Adjunta de Casa Civil e Relações Institucionais. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.635/2017, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça pedido de providências para designar novo titular para a Comarca de São João do Paraíso, que se encontra sem juiz de direito desde dezembro de 2016, o que tem acarretado transtornos à população local e ao bom funcionamento da Justiça.

Nº 6.636/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para realizar estudo, no âmbito das competências do Estado, para o funcionamento até a meia-noite das linhas estruturais de transporte intermunicipal, rodoviário e metroviário da Região Metropolitana de Belo Horizonte, permitindo a integração desses modais.

Nº 6.637/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado às operadoras Vivo, Tim, Claro e Oi pedido de informações sobre a cobertura com sinal de telefonia celular nos distritos e aglomerados rurais do Município de Lavras.

Nº 6.638/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 27/3/2017, no Bairro Vila Santa Mônica, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de armas de fogo, drogas, munição e na detenção de uma pessoa; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.639/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 11ª Companhia de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar e no 50º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 27/3/2017, em Brasília de Minas, que resultou na apreensão de 500kg de maconha e na detenção de uma pessoa; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.640/2017, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a implantação do ensino médio técnico na Escola Estadual Helena Aparecida, no Município de Lagoa da Prata, com vistas a assegurar aos jovens a conclusão da educação básica e a possibilitar a sua inserção no mercado de trabalho.

Nº 6.641/2017, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para manter a educação especial em funcionamento na rede estadual de ensino, a fim de garantir ao aluno com deficiência o direito ao atendimento educacional especializado assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Nº 6.642/2017, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que a Escola Estadual Padre Pascoal Beraldo, em Monte Santo de Minas, abra novas matrículas na educação especial para o atendimento a alunos com deficiência do município e região.

Nº 6.643/2017, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a concessão de novo prazo para opção remuneratória por parte de servidor inativo com direito ao título declaratório de apostilamento no cargo de provimento em comissão de diretor de escola, exercido até 29/2/2014, que o tenha adquirido anteriormente à vigência da Lei nº 14.683, de 30/7/2003, a fim de optar pelo recebimento do provento do cargo em que foi apostilado ou pelo recebimento do provento do cargo efetivo acrescido da parcela de 50% do provento do cargo em que foi apostilado.

Nº 6.644/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 3ª Companhia Independente da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 27/3/2017, em Vespasiano, que resultou na apreensão de armas de fogo, drogas, munição, quantia em dinheiro, veículos e na detenção de cinco pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.645/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 4ª Companhia Independente de Policiamento Especializado da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 28/3/2017, em Juiz de Fora, que resultou na apreensão de 2kg de pasta base de cocaína; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Proposições Não Recebidas

– A presidência, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO Nº 6.632/2017

Da Comissão de Justiça em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Rodrigo Pacheco, deputado federal, por sua eleição como presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

– A presidência, nos termos do inciso II do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber as seguintes proposições:

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.750/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 140 do Regimento Interno, que o Projeto de Lei nº 3.946/2016, do deputado Iran Barbosa, seja encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Constituição e Justiça perdeu o prazo para emitir parecer.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2017.

Deputado Iran Barbosa – PMDB

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.751/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 140 do Regimento Interno, que o Projeto de Lei nº 3.813/2016, do deputado Iran Barbosa, seja encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Constituição e Justiça perdeu o prazo para emitir parecer.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2017.

Deputado Iran Barbosa – PMDB

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.752/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 140 do Regimento Interno, que o Projeto de Lei nº 3.947/2016, do deputado Iran Barbosa, seja encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Constituição e Justiça perdeu o prazo para emitir parecer.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2017.

Deputado Iran Barbosa – PMDB

Oradores Inscritos

– Os deputados Coronel Piccinini e Sargento Rodrigues proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – O deputado João Leite, próximo orador inscrito na Ordem do Dia, solicitou-me que, em homenagem à reunião das mulheres, peça o encerramento de plano da reunião ao ilustre deputado Dalmo Ribeiro Silva e deseje a elas um bom trabalho, um bom debate. Para que a nossa companheira deputada Marília Campos não fique tão apreensiva, solicito o encerramento da reunião, deputado Dalmo. Um abraço.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária de terça-feira, dia 4 de abril, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 4/4/2017.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 4ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/3/2017

Presidência dos Deputados Adalclever Lopes e André Quintão

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Palavras do Presidente – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Palavras do Deputado

Federal Patrus Ananias – Palavras do Deputado Federal Leonardo Monteiro – Palavras do Sr. João Paulo de Faria Santos – Palavras da Deputada Geisa Teixeira – Palavras da Sra. Eliana Brasil Campos – Palavras da Deputada Marília Campos – Palavras do Sr. Everson de Alcântara Tardeli – Palavras da Vereadora Cida Falabella – Palavras da Sra. Sônia Mara Maranhão – Palavras da Sra. Valéria Morato – Palavras do Vereador Pedro Patrus – Palavras do Sr. Lincoln Alves de Miranda – Palavras do Sr. Pedro Mário Ribeiro – Palavras do Sr. Valter Aguiar – Palavras de Participantes – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – André Quintão – Geisa Teixeira – Marília Campos.

Abertura

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 10h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião à realização do Fórum Estadual para Debater a Reforma Trabalhista e seus Impactos para os Trabalhadores e o Mercado de Trabalho.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. deputados federais Patrus Ananias e Leonardo Monteiro, membros da Comissão Especial do Projeto de Lei nº 6.787/2016, que trata da reforma trabalhista na Câmara dos Deputados; a Exma. Sra. Rosilene Cristina Rocha, secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; os Exmos. Srs. vereadores Arnaldo Godoy e Pedro Patrus, da Câmara Municipal de Belo Horizonte; João Paulo de Faria Santos, advogado da União e assessor jurídico do deputado federal Patrus Ananias; Valter Aguiar, vice-presidente da Força Sindical de Minas Gerais; e Everson de Alcântara Tardeli, diretor de Direitos Humanos da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; a Exma. Sra. Eliana Brasil Campos, representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; os Exmos. Srs. Lincoln Alves Miranda, representante do Sindalemg, da Fenale e do Públicos; e Pedro Mário Ribeiro, representante da Fetaemg e da Contag; as Exmas. Sras. vereadora Cida Falabella, da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Sônia Mara Maranhão, representante da Via Campesina; e Valéria Morato, presidenta do Sinpro Minas; o Exmo. Sr. deputado André Quintão; e a Exma. Sra. deputada Marília Campos.

Registro de Presença

O locutor –Gostaríamos de registrar a presença neste ato dos Exmos. Srs. Antônio Roberto Lambertucci, subsecretário do Trabalho e Emprego da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social; Lindolfo Fernandes de Castro, presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais – Sindifisco-MG; Wagner Vieira, representante da coordenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; de diversos membros da Auditoria Fiscal do Trabalho e do Ministério do Trabalho; e de diretores da Delegacia Sindical do Sinait em Minas Gerais – Athos de Vasconcelos; e Renato Yoshida; e da Exma. Sra. Eliana Azevedo.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvirem a execução do Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Presidente

Bom dia a todos. Desejo-lhes um ótimo dia de trabalho. É uma honra participar com vocês desta discussão para debater a reforma trabalhista e seus impactos. Minas Gerais sempre foi o berço das grandes discussões nacionais, e tenho certeza de que esta será uma grande discussão – e vamos levá-la com muita força a Brasília. Vou passar a presidência dos trabalhos ao deputado André Quintão, que vai conduzir a reunião, com certeza, com muito brilhantismo. Muito obrigado a todos.

O presidente (deputado André Quintão) – Aproveitamos a presença do presidente Adalclever Lopes para, em nome da comissão organizadora do evento, agradecer-lhe a disponibilidade e até por colocar toda a equipe da Assembleia Legislativa à disposição.

O presidente Adalclever Lopes coordenou também, na segunda-feira, nesta mesma Assembleia, uma grande mobilização em torno da discussão sobre a reforma da previdência, e, com alegria, conseguimos, sob a coordenação da deputada Marília Campos, a assinatura de 60 deputados e deputadas num manifesto contrário à referida reforma. Então a Assembleia, nesta semana, discutiu, na segunda-feira, a reforma da previdência e hoje está discutindo a reforma trabalhista por solicitação dos deputados Patrus Ananias e Leonardo Monteiro, em nome da comissão especial da Câmara dos Deputados. Então, é com muita alegria que registro, neste momento, a presença na mesa do nosso querido deputado federal Patrus, membro da comissão especial, servidor concursado da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ex-ministro e ex-prefeito; e do deputado federal Leonardo Monteiro, grande companheiro, membro da Comissão Especial da Reforma Trabalhista, coautor do requerimento que deu origem a esta atividade.

Cumprimento a nossa querida deputada estadual Marília Campos, que integra, neste momento, a comissão de acompanhamento, nesta Casa, da reforma da previdência. Cumprimento a Exma. secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, Rosilene Cristina Rocha, minha querida amiga, que neste evento representa o governador do Estado, Fernando Pimentel.

Registro aqui a presença do Sr. Antônio Lambertucci, subsecretário de Trabalho; da Sra. Vera Victor, presidenta da Utramig; e de representantes do governo do Estado.

Cumprimento os Srs. João Paulo de Faria Santos, advogado da União e assessor jurídico do deputado federal Patrus Ananias; Valter Aguiar, vice-presidente da Força Sindical de Minas Gerais; Everson de Alcântara Tardeli, diretor de Direitos Humanos da NCST; nossa querida companheira e amiga Eliana Brasil, que representa a CUT; Lincoln Alves, representante do Sindalemg e da Fenale; Pedro Mário Ribeiro, representante da Fetaemg e da Contag; e Cida Falabella, vereadora por Belo Horizonte.

Faremos uma abertura muito breve no sentido de ressaltar a importância do tema deste debate. Estamos vendo um conjunto de propostas que estão sendo discutidas em âmbito nacional e que afetam negativamente a vida dos brasileiros e brasileiras. Foi assim com a PEC nº 24.155, hoje Emenda Constitucional nº 95, que congelou os investimentos em nosso país por 20 anos. Foi com espanto que esta semana tivemos a surpresa negativa de assistir à aprovação do projeto da terceirização, praticamente o capítulo nº 1 da proposta de reforma trabalhista. Neste momento, vemos a questão da reforma da previdência, que chama mais atenção e é objeto de grandes mobilizações. Paralelamente, há a proposta da reforma trabalhista, que está na comissão especial, que exige um quórum menor para ser aprovada e muitas vezes não chama tanto a atenção da população, mas é tão nefasta quanto a reforma da previdência. Então os deputados Patrus Ananias e Leonardo, por meio da Câmara dos Deputados, alertaram para isso e fizeram a proposta de realização deste evento, uma oportunidade de detalharmos melhor o que está em tramitação no Congresso. Estão aqui formadores de opinião.

Precisamos extrapolar este debate para o conjunto da sociedade, e por isso reitero agradecimentos ao presidente, deputado Adalclever Lopes, por fazer este debate no Plenário da Assembleia, com transmissão ao vivo para centenas de municípios de Minas Gerais. Então será muito importante, Patrus e Leonardo, a concessão deste espaço porque teremos oportunidade de informar à

população tudo a respeito dessa proposta, obviamente com a presença representativa das centrais sindicais, dos mandatos, das pessoas comprometidas com os trabalhadores e das formas de mobilização em todo o Estado.

Agradeço aos deputados Patrus e Leonardo a oportunidade de a Assembleia se integrar nesse esforço. Toda a dinâmica da reunião foi estabelecida a partir das assessorias dos deputados Patrus e Leonardo, da comissão especial da Câmara dos Deputados.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente – Explicarei a dinâmica desta reunião. Os dois deputados que integram a comissão especial farão a abertura. Depois, haverá uma exposição técnica sobre os principais pontos da reforma. Em seguida, haverá uma alternância de falas entre representantes das entidades sindicais e parlamentares.

Neste instante, darei algumas informações. O Coletivo Mineiro de Resistência Alternativa Popular e a Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência convidam a todos para o debate O País sob o Risco de Destruição da Previdência Social, com a Sra. Denise Gentil, professora de economia da UFRJ. Será no dia 30, às 19 horas, na Faculdade de Direito da UFMG.

Palavras do Deputado Federal Patrus Ananias

Bom dia. Inicialmente quero saudar todas as pessoas, lideranças, militantes sociais e sindicatos presentes. Quero saudar a todos na pessoa da Sra. Vera Maria Neves Victor Ananias, a Verinha, minha companheira presente. Sempre saúdo primeiro os presentes para lembrar que a autoridade maior aqui são vocês, que representam o nosso povo. Estamos aqui, na frente, apenas por uma delegação. A saudação primeira é endereçada àqueles que aqui representam a brava gente brasileira. Quero saudar, com muito carinho, o Exmo. Sr. deputado André Quintão, representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes, que teve a delicadeza de estar conosco e abrir este encontro. Saúdo ainda o fraterno companheiro, amigo, colega na Câmara, parceiro nesta iniciativa, deputado federal Leonardo Monteiro, membro da Comissão Especial do PL nº 6.787/2016, que trata da reforma trabalhista da Câmara dos Deputados; a deputada estadual, uma amiga muito querida, Marília Campos, e a deputada Geisa Teixeira, também muito amiga, que nos honram com a presença; a secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, nossa querida companheira Rosilene Cristina Rocha; o vereador de Belo Horizonte, Pedro Patrus, com um carinho muito especial, e o fraterno amigo e irmão vereador de Belo Horizonte, Arnaldo Godoy, que foi testemunha de que cantei o Hino Nacional certinho; o meu colega de mandato, advogado da União e nosso assessor jurídico, Dr. João Paulo de Faria Santos; o vice-presidente da força sindical de Minas Gerais, nosso companheiro Valter Aguiar; o diretor de Direitos Humanos da Nova Central Sindical de Trabalhadores, Everson de Alcântara Tardeli; e a representante da CUT, a nossa querida amiga e companheira Eliana Brasil Campos.

Quero saudar o representante do Sindalemg e da Fenale, companheiro Lincoln Alves Miranda, assim como o representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais e da Confederação dos Trabalhadores em Agricultura, o Pedro Mário Ribeiro. Também está conosco, eu não a havia visto ainda, a vereadora Cida Falabella. Muito bem-vinda, Cida.

Isto posto, tentarei ser breve, o que para mim não é fácil: esse negócio de falar pouco não é comigo. Sou advogado, professor e político, mas a Verinha fala que sou mesmo é um pregador. Fico até honrado com isso.

Queria refletir com vocês sobre este momento difícil que estamos vivendo na conjuntura nacional. O deputado André Quintão fez aqui uma referência a outros projetos, quer dizer, à proposta de reforma trabalhista, que, na verdade, não é reforma, mas o início do fim; é o desmonte do direito do trabalho no Brasil. Ao mesmo tempo em que estamos discutindo a reforma trabalhista com o deputado Leonardo Monteiro, na comissão, somos surpreendidos com a votação, em caráter de urgência urgentíssima, do projeto que transforma em regra o trabalho temporário. O que era para ser exceção passa a ser uma regra, inclusive para as atividades-fim, e não mais somente para as atividades-meio, possibilitando até a terceirização em serviços públicos, na educação, na saúde, na segurança pública. Com isso estão restringindo, de forma inconstitucional, uma das grandes conquistas da classe trabalhadora na Constituição de 1988, que é o direito de greve.

Geisa, na mesa tem uma pasta minha. Se puder, traga-a para mim, porque aí está a minha cola, estão as minhas anotações. Obrigado. Aqui está o projeto, gente, com anotações específicas – o dito cujo não está aqui; separei-o para trazer; o que interessava mesmo era o projeto, mas não está aqui. Ah não, ele está aqui. Então, recuperando rapidamente, em menos de um ano, o governo golpista apresentou um projeto privatizando o pré-sal, comprometendo duramente a cidadania nacional e apontando, com vigor, para a possibilidade de privatização da própria Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Estão sendo reduzidos os números de agências que atendem ao povo brasileiro no País inteiro. Logo depois, veio a PEC nº 241, na Câmara – 55 no Senado –, que foi aprovada e hoje é emenda constitucional. É a Emenda nº 95, que desconstitui, descaracteriza a nossa Constituição, que congela o País por 20 anos. É a chamada PEC dos Gastos ou PEC do Teto, mas nós a chamamos de PEC do desmonte ou PEC da morte. Ela congela o País por 20 anos. Só pode investir, em todas as áreas, educação, saúde, assistência social, segurança alimentar, segurança pública, moradia, o valor da inflação do ano anterior. É uma coisa tão estranha, tão perversa que, se tivermos o melhor cenário, por hipótese, crescimento econômico – não é o caso hoje, estamos vendo que estão afundando o País – e inflação zero ou inflação baixíssima, não teremos nenhum investimento nessas áreas estratégicas e fundamentais para o País. É o desmonte das políticas sociais e o comprometimento da soberania nacional.

O Brasil é um país que precisa crescer. Temos de investir em desenvolvimento tecnológico, científico e em pesquisa, inclusive para afirmar a identidade do nosso país e do nosso povo. Faz durante 20 anos e para. Assina a sentença de morte de programas sociais exitosos que tanto contribuíram para vencermos a luta contra a fome no Brasil, como o programa Bolsa Família.

E, ao mesmo tempo, acontece a reforma do ensino. Aí, há o perigoso corte autoritário, com essa ideia de escola sem partido. Escola sem partido é a escola de um partido único. É o partido da escola sem partido. Eles representam uma ideologia, uma visão de mundo, doutrinação, de direita, atrasada, retrógrada. O que eles querem é impedir uma escola que pense, uma escola que reflita. A função primeira da escola é estimular o pensamento crítico, o exercício dos direitos e dos deveres da cidadania. As pessoas, desde a infância e juventude, devem adquirir a consciência de que pertencem a uma comunidade local, regional, até a grande comunidade nacional. Retiram da escola pública as matérias que estimulam efetivamente a reflexão, filosofia e sociologia, e reduzem história.

Na verdade, vamos ser claros: a escola pública está se tornando uma escola dos pobres para formar pobres para exercer funções de pobres, quando queremos uma escola pública que assegure um patamar comum de direitos e oportunidades para todas as nossas crianças e todos os nossos jovens. Eles estão separando de novo: quem quiser ter chance na vida vai para a escola particular, para as boas escolas. A escola pública é uma escola para formar técnicos, profissionais. Queremos formar profissionais, sim, em todos os níveis, mas profissionais que pensem, reflitam. Não podemos abdicar de um compromisso nosso: a luta permanente por uma sociedade que assegure, desde o ventre materno, a todas as nossas crianças e aos nossos jovens um patamar comum de direitos e oportunidades.

Daí vem a reforma da previdência. Essa aí está mobilizando, está bem. Só para dar um exemplo, é tão perversa que, assim como a chamada PEC dos Gastos, PEC do Teto, atira duro quando se trata de programas sociais, como o Bolsa Família; a reforma da previdência é explícita na perspectiva de extinguir o benefício de prestação continuada, o BPC, que o povo associa com a Loas.

É interessante. Andando pelo interior, a gente descobre que, para o nosso povo mais simples, é a Lei Orgânica da Assistência Social – Loas. O BPC, como sabemos, garante o salário mínimo para as pessoas idosas com mais de 65 anos e as pessoas com deficiência, incapacitadas para o trabalho, que sejam pobres. E aí a exigência da lei é muito rigorosa, tem de ser pobre mesmo, com renda inferior a 1/4 do salário mínimo. É com essa gente que eles estão mexendo. Querem elevar a idade de 65 para 70 anos. Uma pessoa que vive com renda em torno de 1/4 do salário mínimo chega aos 60 anos bastante machucada pela vida, alquebrada, por falta de direitos básicos: alimentação, segurança alimentar, moradia, cuidados preventivos e curativos com a saúde e tantos outros direitos que não lhe foram conferidos. E eles querem desvincular o BPC do salário mínimo. Ao desvincularem do salário mínimo,

sabemos que em dois ou três anos o valor vai cair, e o beneficiário vai perder o seu poder de compra, não haverá mais reajuste. É o fim, em poucos anos, dessa grande conquista social do Brasil.

Mas a reforma da previdência está sendo confrontada. E o que nos preocupa um pouco neste momento – quero ressaltar a importância deste encontro e agradecer muito a presença de todos que aqui vieram, e a necessidade de nos multiplicarmos – é que a reforma trabalhista, assim como a lei da terceirização, vem passando batida. As pessoas ainda não se deram conta do tamanho do retrocesso que é. E é sobre isso que falo um pouquinho com vocês agora.

Eles estão dizendo que a CLT é velha, que temos de reformá-la. A CLT é de 1943. Pois bem, o que eles estão propondo é uma volta ao início do século XIX, ao período anterior ao direito do trabalho, lembrando, inclusive, que o direito trabalhista e o direito previdenciário nasceram juntos, são irmãos gêmeos. O direito do trabalho foi uma conquista sofrida ao longo de todo o século XIX, com as lutas operárias e com os movimentos sociais, para serem constitucionalizados somente no século XX, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 10/12/1948.

O período anterior ao direito do trabalho foi marcado pelo direito civil. O contrato de trabalho era como se fosse um contrato de locação de imóvel, um contrato de compra e venda. A pessoa vendia o seu trabalho sem nenhuma proteção. Então, o direito do trabalho nasce de uma proteção do Estado ao trabalho, à trabalhadora e ao trabalhador. As relações de trabalho eram definidas pela relação direta entre o empregado e o empregador. O que aconteceu? Uma superexploração da mão de obra operária; trabalho em condições indignas, perigosas e insalubres; jornadas de trabalho de 15 horas, de 16 horas; uma superexploração da mão de obra das mulheres, das crianças e dos jovens. O direito do trabalho nasceu exatamente para colocar um limite a essa exploração do capitalismo desenfreado e selvagem sobre o trabalho humano.

Foi assim que emergiu. Pois bem, o Brasil custou a perceber isso. Em 1891, a nossa primeira constituição republicana nem trata da questão social, nada. Também estávamos saindo da escravidão – e mal saindo, porque abolimos a escravidão e não incorporamos para os nossos antepassados escravos os direitos e deveres da cidadania. Eles não receberam nenhum direito.

No final do século XIX, a questão social já estava posta. Em 1891, o Papa Leão XIII publicou a primeira encíclica social. A igreja voltou a tratar da questão dos pobres com a *Rerum novarum*, sobre as coisas novas. Nos anos de 1920, século passado, é atribuída ao presidente Washington Luís, do Brasil, a frase célebre: “A questão social é de polícia”. Isso foi pouco antes da Revolução de 1930. Foi apenas depois da Revolução de 1930 que a questão trabalhista, a questão social e a questão previdenciária começaram a ser colocadas para os legisladores e governos no Brasil. No caso, citamos o governo Getúlio Vargas, com as suas contradições, suas indas e vindas e seus acertos e desacertos. O fato é que tivemos, em 1943, a CLT. É bom lembrar que ela não se estendia aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais nem às trabalhadoras domésticas e a outras categorias.

Os direitos trabalhistas apenas chegaram ao campo, no Brasil, por meio de uma lei de 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural, que não foi aplicado porque, logo depois, veio o golpe de 1964 e começaram, no campo, as perseguições aos sindicalistas, aos movimentos sociais e aos movimentos relacionados à luta pela função social da terra, pela reforma agrária. Apenas no final dos anos de 1960 e no começo dos anos de 1970, o estatuto começa a ser timidamente aplicado. Contudo, houve consequências perversas. Qual foi a reação da grande maioria dos proprietários rurais? Dispensar os seus trabalhadores rurais. Houve um fluxo migratório brutal para as grandes cidades. A previdência chega timidamente ao campo em 1971. Eu me lembro bem. Eu era jovem, em Bocaiuva. Isso foi no pior período da ditadura. Era o Funrural. Meio salário mínimo para as pobres camponesas e os pobres camponeses do Brasil. Agora eles estão querendo retirar isso.

É importante sabermos claramente que não está em disputa, no Brasil, o aperfeiçoamento da legislação. Sabemos que muitas coisas mudaram; sabemos que muitas coisas, como o desenvolvimento tecnológico e as novas tecnologias de comunicação, exigem novas regulamentações, contudo devemos pensar para a frente e garantir o que já foi conquistado. Na verdade, temos um lamentável retrocesso, até porque não se prevê nenhuma garantia para trabalhadores e trabalhadoras que não tenham assistência de

sindicatos, que não são sindicalizados ou também eventualmente para sindicatos que não estão devidamente comprometidos e vinculados às aspirações das suas bases.

Para concluir, estão dizendo que a reforma gerará empregos. Isso não é verdade. Sabemos que o que gera emprego, além do crescimento econômico e das políticas que estimulem o desenvolvimento regional, os microempresários, os pequenos e os médios empresários e os empreendedores regionais, potencializando as vocações e os recursos naturais e humanos das diferentes regiões deste continente enorme que é esta grande e querida pátria brasileira, são as políticas sociais de inclusão. Sabemos o que representou o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada, as aposentadorias rurais e outras políticas sociais na medida em que puseram dinheiro para os pobres, que se tornaram também parte do mercado consumidor brasileiro. Eles puderam comprar bens e serviços básicos necessários. Ao fazer isso, passaram a aquecer o comércio local e regional. O comércio, vendendo mais, compra mais da indústria e da agricultura. Isso é o que faz rodar a roda do crescimento, compatibilizando o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social. Hoje temos de incorporar também uma terceira dimensão, que é o desenvolvimento ambiental, o compromisso com nossos recursos naturais, com a biodiversidade e com a vida em suas múltiplas e misteriosas manifestações.

Eles estão desconstituindo as políticas sociais, tirando portanto o poder de compra dos pobres, das classes trabalhadoras. Não há nenhuma política efetiva de desenvolvimento para o Brasil nem um projeto para o País, que, a meu ver, tem de partir das especificidades locais e regionais. Há uma submissão total ao capital internacional. O Brasil só é pensado a partir do dinheiro que vem de fora. Temos de pensar também em nossas potencialidades.

Tenho me lembrado muito de um livro que li em minha juventude, do saudoso grande patriota brasileiro, Barbosa Lima Sobrinho: *Japão: o capital se faz em casa*. Temos de estimular também a formação de capital no País, por meio dos pequenos e médios empreendedores, da economia solidária, do cooperativismo e de outros caminhos. Isso não tem nada a ver com emprego. Isso é um discurso ideológico dele, da direita, do capital.

Estão dizendo também que isso gerará segurança jurídica. Isso aumentará muito as pendências e as reclamações trabalhistas no Brasil. Mostrarei a vocês o porquê disso. Vejam vocês o que diz o art. 1º, que muda o art. 611 da CLT: a convenção ou acordo coletivo de trabalho tem força de lei quando dispuser sobre: pode parcelar férias em até três vezes; pode acertar jornada de trabalho dentro do limite de 220 horas mensais. Então a pessoa pode trabalhar até 12, 13 horas por dia. Qual será o impacto disso na vida do trabalhador e da trabalhadora e na vida familiar das pessoas que trabalham? Os trabalhadores e as trabalhadoras do Brasil têm direito à vida familiar e comunitária. Eles têm de ter um tempo para o aprimoramento e para a leitura. Imaginem as pessoas nos grandes centros, trabalhando 12 horas por dia e ainda tendo de enfrentar o transporte coletivo.

O mais grave é que ele retira de horas extras as horas *in itinere*, ou seja, o tempo em que você está peijando no trânsito não pode ser computado como hora extra.

Mencionei aqui três pontos. O que acho mais grave é que a convenção pode prevalecer sobre a lei no que se refere a planos de cargos e salários, e não diz mais nada. Quais são os limites desses planos de cargos e salários? A porta fica aberta para que esses planos de cargos e salários se constituam instrumento de rebaixamento de salário, de rebaixamento das condições de trabalho e de alargamento das jornadas de trabalho, além de outras questões.

Inciso IX: regulamento empresarial. Isso quer dizer que o trabalhador terá de se submeter às condições de um regulamento empresarial, também sobre o qual a lei nada dispõe. Isso fica em aberto.

Outro ponto muito grave é o inciso XIII, sobre poder dispensar o registro de jornada de trabalho. A convenção pode retirar o ponto. Como fará? Como controlar a hora extra? A que horas começa? A que horas termina? Isso é da maior gravidade. Vejam o § 1º, que confirma o que eu disse antes, o retorno ao período anterior: “No exame da convenção ou acordo coletivo, a Justiça do Trabalho analisará preferencialmente a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico, respeitado o disposto no art. 104 da Lei nº 10.406, de 10/1/2002, Código Civil” – está voltando, ou seja, remetendo as questões de trabalho para o Código Civil –

“balizada sua atuação pelo princípio da intervenção mínima”. É intervenção mínima do Estado em prol da autonomia da vontade coletiva. Que autonomia da vontade coletiva? Que vontade coletiva é essa, considerando que milhões de trabalhadores e trabalhadoras do Brasil trabalham individualmente, não têm representação sindical, como eu já disse?

Lembro-me de que, nos meus tempos de estudante, na Faculdade de Direito, aprendi – e são até bonitos – os motivos que os detentores do capital alegavam para não existir o direito do trabalho. Eram dois princípios aparentemente muito bonitos: o princípio da liberdade contratual e o princípio da autonomia da vontade. As pessoas têm uma vontade autônoma. Na relação entre o capital e o trabalho, há uma desigualdade: de um lado, quem tem o emprego a oferecer e que tem a vida bem garantida; do outro lado, a pessoa que só tem a oferecer sua força de trabalho e que precisa levar comida para casa. Essa pessoa vai se submeter às condições impostas pelo empregador. E se não tiver um mínimo? Nenhum de nós é contra contrato coletivo. Passei a minha vida como estudante, advogado trabalhista, professor de direito do trabalho defendendo contrato coletivo, mas ele deve se assentar sobre um patamar mínimo e que garanta os direitos básicos para todas as trabalhadoras e trabalhadores do Brasil. O João Paulo deve aprofundar mais isso.

Vou encerrar. Penso que, neste momento, as pessoas comprometidas com o nosso país, como nós, vocês, que estão sacrificando a manhã de sexta para este encontro; as pessoas comprometidas com as gerações futuras, com as meninas e meninos que estão chegando, que estão vindo, que querem uma pátria livre e soberana, economicamente forte, mas socialmente justa, saudável, acolhedora do ponto de vista ambiental; enfim, nós que desejamos esse Brasil para todos que aqui vivem e que vierem a viver temos que nos colocar de pé. Temos que fazer isso de uma forma democrática, de uma forma cívica, de uma forma não violenta para nos contrapor a esse projeto de desmonte dos direitos sociais e da soberania do Brasil. Isso não é gratuito. Esse golpe foi dado no Brasil para atender aos interesses do grande capital, do grande capital internacional, do capital financeiro e de seus históricos servidores do Brasil. A agenda que eles estão impondo ao País deixa isso muito claro.

Tenho falado com alguns amigos o seguinte: do que Marx, Rosa Luxemburgo e tantos outros marxistas não conseguiram me convencer plenamente, o governo golpista e ilegítimo está me convencendo, é uma lição atrás da outra. Nunca vi tamanha perversidade, por exemplo, em relação a acúmulo de capital, da concentração de renda e do mais absoluto desprezo não só pelos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, mas também pelos micro, pequenos e médios empresários. Eles ainda não sabem que vão ser devorados por essa crise. O capitalismo tem que ser normatizado, disciplinado. Se se deixa o capital à vontade, não há limites. Então, de tempos em tempos, se inventa uma crise que gera desemprego e possibilita a redução de direitos. Aí vem o discurso ideológico de que, para se garantir emprego, é preciso reduzir direitos. Esse é um círculo vicioso. Nessas crises do capitalismo, é importante lembrar que os pequenos e médios empresários são devorados pela expansão do grande capital.

Lembro-me de uma época, no Norte de Minas, quando surgiram muitas cooperativas de produção leite. A pecuária leiteira apresentou bom avanço no Norte de Minas com o gado girolando, que é uma beleza, as vacas dão muito leite, são muito rústicas. Pegou a rusticidade do zebu, começou a produzir bastante leite no Norte de Minas, que tem mais a característica da pecuária de corte. Começaram a surgir cooperativas e pequenas fábricas.

Décadas atrás, a Nestlé foi lá e abraçou tudo. Comprou algumas, quebrou outras, pois a expansão é da lógica do grande capital, assim como o monopólio ou o oligopólio, com cada vez menos grupos cada vez mais poderosos.

É importante lembrarmos que a luta das trabalhadoras e dos trabalhadores é também a luta daqueles que querem o desenvolvimento do País efetivamente voltado para o atendimento das necessidades básicas do nosso povo.

Penso ser este um momento histórico. Um momento difícil, mas o governo golpista também não está encontrando facilidades, está também com dificuldades. E é hora de as esquerdas se unirem, estarem juntas para construir um projeto para o Brasil. Estou convencido de que este projeto precisa ter como referência fundamental a necessidade de disciplinarmos e normatizarmos o capitalismo no Brasil. Com todas as conquistas que tivemos, e foram muitas, nos governos Lula e Dilma, e tenho

orgulho de ter sido ministro nos dois governos, é importante reconhecermos que o capitalismo no Brasil continua sendo um capitalismo selvagem. Para domesticarmos o capitalismo no Brasil, além de enfrentarmos essas pretensas reformas desconstituidoras de direitos sociais e da própria soberania nacional, é fundamental pautarmos três reformas, que traduzem, na prática, o princípio social, o princípio da função social da propriedade e das riquezas. Vamos aceitar um pouco, pelo menos na conjuntura que estamos vivendo hoje, o fato de que a economia de mercado é necessária, a livre iniciativa, o direito de propriedade, mas esses aspectos não podem ser absolutos. É preciso que sejam adequados às exigências superiores do direito à vida, do bem comum e do interesse público.

Neste momento em que nos colocamos de pé para resistirmos a essas reformas, para denunciarmos e resistirmos à reforma trabalhista, à reforma da previdência, penso ser importante também colocarmos em pauta três reformas básicas para qualquer nação que se pretenda civilizada: a reforma agrária, a reforma urbana e a reforma tributária.

Uma conquista fundamental que devemos colocar em nossos corações e em nossas mentes é a lembrança de que a especulação imobiliária, seja rural, seja urbana, não pode prevalecer sobre o direito à vida, sobre o direito à moradia e sobre o direito das camponesas e camponeses de produzirem alimentos de boa qualidade, sem agrotóxicos, sem venenos, para que possamos, juntos, todos e todas no Brasil, celebrar a vida, a dignidade humana e uma sociedade que anuncie para as gerações vindouras uma pátria livre, soberana, bonita, como queremos e merecemos. Muito obrigado.

O presidente – Agradecemos ao deputado federal Patrus Ananias.

Palavras do Deputado Federal Leonardo Monteiro

Quero cumprimentar o deputado estadual André Quintão, a quem parabeno pela coordenação dos nossos trabalhos, na pessoa de quem saúdo o deputado Adalever Lopes, presidente da Assembleia, que cedeu este Plenário para realizarmos este fórum de debates sobre a reforma trabalhista. Cumprimento o deputado Patrus Ananias, meu companheiro e colega de bancada, a quem quero dizer da minha alegria, da minha satisfação e do meu orgulho de ser deputado com V. Exa., dividir o espaço da Câmara e estarmos juntos nesse desafio de resistir a essa proposta de reforma trabalhista feita por esse governo ilegítimo, golpista e que traz todas as consequências para a população brasileira, sobretudo para os trabalhadores e trabalhadoras. Quero também cumprimentar a Rosilene, nossa secretária de Trabalho e Desenvolvimento Social; a deputada Marília Campos; a deputada Geisa Teixeira; a vereadora Cida Falabella; o nosso companheiro Arnaldo Godoy, vereador da nossa capital; o nosso companheiro Pedro Patrus, vereador da nossa capital; o vereador Alex, de Pirapora, que está participando desta sessão; o Dr. João Paulo, que depois fará uma exposição mais técnica ampliando todas as informações que foram apresentadas pelo Patrus Ananias; o Valter Aguiar, vice-presidente da Força Sindical; o Everson de Alcântara Tardeli, diretor sindical da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; a Eliana Brasil Campos, representando a Central Única dos Trabalhadores; o Lincoln Alves Miranda, representando o Sindalem e a Fenale; o Pedro Mário Ribeiro, representando a Fetaemg; a Contag; a CTB; a Sônia Mara, representando a Via Campesina; e a Valéria Morato, presidente do Sinpro Minas.

Organizei a minha fala, é lógico, depois da fala do Patrus, que, pela sua formação como advogado trabalhista, pelo seu compromisso social e pela sua sensibilidade, faria uma exposição ampla, geral sobre a questão não só da reforma trabalhista, mas também da reforma da previdência, da questão da terceirização, ou seja, sobre um conjunto de ações danosas para a sociedade brasileira em geral, sobretudo para a relação capital e trabalho, sobretudo para os trabalhadores e trabalhadoras. Em seguida, o João Paulo fará uma exposição técnica sobre a reforma trabalhista. Entretanto, quero alertar todos os sindicalistas que estão participando, que estão nos assistindo por meio da TV Assembleia, e todos os trabalhadores e trabalhadoras sobre como funciona a Câmara dos Deputados, em Brasília.

Somos 513 deputados e deputadas. Assim como estamos aqui no Plenário da Assembleia, lá temos também um grande Plenário – as pessoas que assistem à TV Câmara veem isso –, onde votamos a maioria dos projetos que tramitam na Casa. Entretanto, alguns deles, como o PL da reforma trabalhista, que pode ser terminativo no âmbito da comissão, não precisam ir a Plenário. Do ponto

de vista regimental, isso é garantido. Na comissão da reforma trabalhista – existe também a comissão da reforma da previdência –, somos 37 deputados somente. Daqui de Minas, pelo PT, somos eu e o Patrus nessa comissão. A reforma da previdência, que todos estão acompanhando, não é PL, é PEC, proposta de emenda à Constituição. A PEC necessita de quórum especial – parece-me que precisa de 308 votos para ser aprovada. E ela é votada no Plenário, tem que ir a Plenário. No caso da nossa reforma trabalhista, temos o presidente da comissão e o relator do projeto, que fará um relatório. Esse relatório vai ser votado no âmbito da comissão, ou seja, o projeto é terminativo na comissão. Portanto, é uma comissão com 37 deputados – Patrus sabe muito bem disso – da qual participa uma minoria dos deputados. Vocês podem acompanhar pela presença. Na Câmara, é muito difícil, porque nem assessor de deputado pode entrar na comissão. Isso tem de ser denunciado, a população precisa saber disso. Qualquer um de vocês sindicalistas não consegue entrar, não assiste à reunião da comissão. Aliás, não é possível nem fazer audiência pública como estamos fazendo aqui. Estamos fazendo aqui um fórum, que foi a forma que eu e Patrus conseguimos para escamotear e fazer este debate em Belo Horizonte. Não é possível fazer audiência pública fora da Câmara dos Deputados. Se este fórum tivesse ocorrido ontem ou anteontem, teríamos o nosso dia cortado. Fizemos hoje, sexta-feira.

O que está acontecendo em relação a todos esses projetos – o Patrus explicou muito bem aqui –, de terceirização, da reforma da previdência é um absurdo. Mas pior ainda é a reforma trabalhista, é mais grave ainda. Temos de alertar sobre isso. Há poucos minutos, quando cheguei, disse à imprensa que me entrevistou que é dever da imprensa da Assembleia, de todos que estão nos acompanhando, sobretudo da classe trabalhadora, dos movimentos sociais denunciar isso. Precisamos fazer um movimento para levar essa discussão da reforma trabalhista para o Plenário da Câmara dos Deputados. Do ponto de vista regimental, podemos fazer um requerimento para levar o projeto a Plenário, mas sabemos que esse requerimento é decidido pelo presidente da Câmara. E vimos o que o presidente da Câmara, o Sr. Rodrigo Maia, fez nesta semana: toda uma articulação perversa para colocar em pauta um projeto que estava há 18 anos no Senado, o projeto de terceirização, que foi votado. Esse projeto de terceirização era o pior que tinha transitando dentro do Congresso Nacional. Era da época do governo Fernando Henrique Cardoso e nem naquela época foi votado. Passou todo o período dos governos Lula e Dilma engavetado no Senado. Ele foi retirado até porque havia outra proposta que, embora também ruim, era melhor que esta. Colocou-se em pauta a pior proposta de terceirização – não vou discutir isso aqui porque o Patrus já falou –, que foi votada.

Portanto, vamos apresentar um requerimento no âmbito da comissão. Contudo, se não houver uma articulação política forte dos partidos mais consequentes, dos movimentos sindicais, dos movimentos sociais no sentido de pressionar a Câmara, corre-se o risco de essa votação ser terminativa, como é determinado no âmbito da Comissão Especial da Reforma Trabalhista.

Será uma legislação que pretende desorganizar toda a relação de capital e trabalho e que vai ser danosa para toda a classe trabalhadora.

Queria alertar de novo para a questão do negociado sobre o legislado, e todos os sindicalistas aqui conhecem muito bem isso. Hoje é permitido, mas para mais; agora, pretendem votar, nessa reforma trabalhista, a permissão para menos. Por exemplo, a legislação estabelece o direito a 30 dias de férias, mas, se o sindicato negociar com a empresa que serão apenas 10 dias de férias, serão 10 dias de férias; a legislação estabelece que trabalhem tantas horas por dia, mas, se o sindicato negociar que serão 12 ou 14 horas, vão trabalhar. O negociado prevalece sobre o legislado. É um absurdo. Querem retroceder o nosso país à época do Brasil colonial, da escravidão.

Este fórum, então, tem esse objetivo. Pelo menos temos a oportunidade, aqui na capital, no Estado de Minas Gerais, que é o nosso estado, de alertar a população mineira, sobretudo os movimentos sociais e o movimento sindical, do grande risco dessa discussão da reforma trabalhista lá na Câmara dos Deputados. Precisamos dar um basta nisso, precisamos pressionar a Câmara dos Deputados, o presidente Rodrigo Maia, a comissão; enfim, todos os deputados.

É importante falarmos aqui para a TV Assembleia sobre o que acontece nos rincões de Minas Gerais. É muito comum os vereadores falarem que têm um deputado e que fazem campanha em sua cidade, no interior, para eleger tal deputado. Os prefeitos também falam que seu deputado é fulano de tal. E os deputados também dizem: “Meu prefeito é fulano de tal”. Agora, portanto, é hora de a população de Minas Gerais pressionar todos os vereadores a que tiverem acesso: “Onde está o deputado que veio buscar o nosso voto? Queremos agora o voto dele contra a reforma da previdência”. É preciso também pressionar os prefeitos. E espero que nossos prefeitos façam o mesmo com relação aos nossos colegas deputados em Brasília. Vamos fazer uma ação de baixo para cima para conseguir uma mobilização suficiente a fim de barrar essa questão da reforma trabalhista.

Quero aqui agradecer a oportunidade mais uma vez e a todos que aqui vieram participar da comissão, além de colocar nosso mandato à disposição. Fizemos um material que está ali fora, na banca; alguns já pegaram. Nele, explicamos, com mais detalhes, algumas questões em relação à reforma trabalhista e a da previdência.

Os pesquisadores, estudantes e profissionais da área do trabalho de Minas Gerais também estão preparando um manifesto, coletando assinaturas; me solicitaram que pedisse a todos que assinassem. Parece-me que é um manifesto que se pretende encaminhar para a nossa comissão, em Brasília, e para a Câmara dos Deputados, no sentido de pressioná-los a votar contra a reforma trabalhista e a discussão chegar a todos os âmbitos, em vez de ficar apenas no âmbito da comissão da reforma trabalhista. Muito obrigado. Colocamo-nos à disposição.

O presidente – O Arnaldo está pedindo, Leonardo, para explicar essa questão do terminativo na comissão.

O deputado federal Leonardo Monteiro – Essa é uma questão que a grande maioria não está sabendo. É um absurdo. E falo da grande maioria do movimento sindical. Hoje vou fazer um debate em Timóteo, à tarde, e, por onde já passamos no interior de Minas para fazer o debate, quando falamos disso, as pessoas ficam de boca aberta. O Regimento Interno da Câmara dos Deputados permite que alguns projetos de lei sejam terminativos no âmbito da comissão, como é o caso deste Projeto de Lei nº 6.787/2016. A comissão tem 37 deputados e deputadas, Arnaldo, o que significa que o encaminhamento dado lá é o de que será terminativo na comissão.

Eles falam que podemos recorrer ao Plenário. Mas recorrer a um plenário onde quem decide é o presidente Rodrigo Maia é ter a garantia de que ele será terminativo em nome da comissão. Por isso temos que fazer uma mobilização forte. Vejo que este debate, assim como outros, precisa ser ampliado na Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Patrus, a questão da previdência já caiu na nossa consciência e nos nossos corações. Há uma ampla mobilização contrária à reforma da previdência. Estamos vivendo também a questão da reforma trabalhista, que está andando às escuras, na sombra. Na mesma hora em que acontece a discussão na Comissão Especial da Reforma da Previdência, em Brasília, está acontecendo a discussão na Comissão Especial da Reforma Trabalhista.

A grande imprensa está focando a discussão da reforma da previdência, e ninguém está falando da reforma trabalhista, que é tão danosa ou pior do que a reforma da previdência. Se garantirmos alguma coisa na reforma da previdência, poderemos perder essa conquista na reforma trabalhista ou na questão do negociado sobre o legislado, que é o artigo central, inclusive direitos que porventura poderemos garantir na reforma da previdência. Portanto, essa questão de ser terminativo no âmbito da comissão é um grande golpe que está sendo dado na classe trabalhadora. Os movimentos sindicais, os movimentos sociais e a classe trabalhadora têm que saber disso e têm de se mobilizar, porque pretendem votar isso rapidamente na Câmara dos Deputados, no mês que vem. Talvez em final de março ou durante o mês de abril, votemos tanto a reforma da previdência quanto a reforma trabalhista. Esse é o nosso alerta, e queremos nos colocar à disposição. Muito obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Leonardo Monteiro. Seguindo a dinâmica prevista pela Câmara dos Deputados, ouviremos agora o Sr. João Paulo de Faria Santos, que fará uma breve exposição sobre os principais pontos do projeto de lei.

Palavras do Sr. João Paulo de Faria Santos

Bom dia a todos e a todas. Eu sou João Paulo, advogado da União, e estou aqui para fazer uma exposição técnica sobre os principais pontos do Projeto de Lei nº 6.787/2016.

Gostaria de agradecer a toda a Mesa a oportunidade, na pessoa dos deputados André Quintão, Patrus Ananias e Leonardo Monteiro, dos demais membros da Mesa e de todos os movimentos sociais aqui presentes.

A ideia seria começarmos por uma visão geral do projeto de lei. Objetivamente o projeto de lei modifica duas leis específicas. Primeiramente, ele modifica a Lei nº 6.019/1974, que trata do trabalho temporário. Ele faz três modificações nessa lei.

Infelizmente agora vamos passar muito rapidamente por essas modificações. O PL da terceirização, que foi aprovado esta semana, também representou uma modificação nesse projeto de lei do trabalho temporário. Ou seja, todas essas modificações colocadas na reforma trabalhista pelo projeto de lei da terceirização, aprovado esta semana na Câmara dos Deputados, já foram feitas num patamar mais grave de precarização. Além do trabalho temporário, esse referido projeto também modifica a própria CLT, e esse é o assunto da nossa breve exposição.

A modificação foi feita naqueles cinco artigos ali colocados, além da alteração da multa para a falta de registro de empregado, com um menor valor para as microempresas. Agora as microempresas que não tiverem seus trabalhadores fichados, com carteira assinada terá uma multa diminuída. Além disso, há mais quatro outros pontos que serão analisados um por um aqui, em relação à alteração do regime de tempo parcial, que aumenta o tempo de 25 horas para 30 horas, e em relação à regulamentação do representante dos trabalhadores no local de trabalho, que é o acréscimo do art. 523-A, que vamos analisar com calma. Aliás, o principal ponto da reforma trabalhista, do PL nº 6.787, é o chamado negociado sobre o legislado – art. 611-A –, que é acrescido à CLT. E, por fim, também vamos falar da revogação específica do art. 634, parágrafo único, que pode ser extremamente danosa para os trabalhadores brasileiros.

No tocante à Lei nº 6.019, conforme já disse, é bom que as pessoas saibam as gravidades que aconteceram esta semana, de forma mais específica. Isso está sendo chamado de a massificação do “bico”, que é a ideia de que o trabalho temporário não mais será um trabalho temporário. Hoje um trabalho temporário dura três meses e é eventual, por exemplo, o que é feito em uma loja para cobrir as festas de final de ano e de Natal. É uma força de trabalho adicional e eventual. E agora, de acordo com o PL nº 6.787, em análise, esses três meses seriam transformados em até 240 dias, mas, esta semana, com o projeto de lei da precarização, esse prazo se estendeu para 270 dias, o que significa que um trabalhador temporário no Brasil será um trabalhador de 270 dias de contrato. Obviamente esse trabalhador não será mais um trabalhador temporário, mas simplesmente uma precarização do trabalho. Com isso será muito mais lucrativo para as empresas não ter nenhum trabalhador por prazo indeterminado, ou seja, com condições dignas de um contrato de trabalho. As empresas passarão a ter simplesmente trabalhadores que terão de trabalhar por 270 dias, e, ao final desses 270 dias, eles serão demitidos sem justa causa e sem nenhum tipo de direito ao final do contrato.

A ideia da terceirização já foi aprovada nesta semana, bem como a possibilidade de substituição de trabalhadores de tempo determinado por trabalhadores temporários. Na verdade, como é óbvio, haverá uma redução na renda e na segurança do trabalhador. Mas o nosso foco não é esse; o nosso foco é a próxima transparência, que é a possibilidade de o projeto poder alterar a CLT. Então vamos passar à CLT.

Primeiramente, na CLT aparece a ideia do regime de trabalho parcial, o que é importante também. Eventualmente, se não há como substituir toda a sua força de trabalho pelo trabalho temporário, essa substituição poderá ser feita com trabalhadores a tempo parcial. Outro problema grave é o art. 58-A desse projeto, que acaba transformando o trabalho a tempo parcial, ou seja, o sujeito que não trabalha 44 horas terá uma jornada de trabalho de 30 horas. Hoje a jornada do trabalhador a tempo parcial é de 25 horas, no máximo, e agora o projeto de lei quer passá-la de 25 horas para 30 horas, com a possibilidade de mais 6 horas extras, o que significa que o trabalho em regime integral, com salário mínimo e todos os outros direitos, terá um concorrente que é o trabalho a tempo

parcial, com três quartos do prazo do trabalho a tempo integral. Então, se formos contar as horas extras, estaremos falando de 90% do tempo. Ou seja, haverá a possibilidade de uma empresa igualmente precarizar o seu trabalho e fazer com que os seus trabalhadores a tempo integral sejam substituídos, se não demitidos. Todos os contratos novos serão feitos a tempo parcial, com menos direitos. Por exemplo, com férias menores e, principalmente, podendo contratar abaixo do salário mínimo, considerando-se a mesma possibilidade de utilizar essa força de trabalho. São 90% da carga horária de um trabalhador a tempo integral.

Tanto a ideia do trabalho em tempo parcial como a que vimos aqui do trabalho temporário são projetos feitos no Brasil com base em projetos feitos fora de nosso país, principalmente na Itália e na Espanha. Lá também tinham o mesmo discurso de gerar postos de trabalho. É interessante porque, se olharmos para a União Europeia, para esses países, realmente tivemos a criação de 2.100.000 postos em regime parcial, foram criados 2.100.000 postos. Entretanto foram extintos 3.300.000 postos a tempo integral. É muito provável que sejam gerados empregos porque haverá demissão em massa dos trabalhadores que hoje têm um contrato a prazo indeterminado e a tempo integral. Esse é o projeto colocado, mas, infelizmente, não acaba aí.

O próximo ponto colocado é o art. 523-A, acrescido pelo projeto de lei, que indica uma regulamentação da Constituição na qual se coloca a ideia dos representantes dos trabalhadores no local de trabalho. A ideia desse representante é colocada nesse projeto de lei de forma muito abstrata, muito indefinida. Ele somente tem poder de negociação coletiva e de conciliação de conflitos. Historicamente, na doutrina do trabalho, observamos sempre esse representante como alguém que terá alguma importância numa gestão da empresa, entre os empregadores e os trabalhadores. Isso está fora do projeto. Não é colocado nenhum tipo de participação dos trabalhadores e de seus representantes na gestão. Ele simplesmente está lá sem saber se estará numa determinada empresa, em cada uma das filiais, ou basta estar em uma, numa empresa que esteja em Belo Horizonte, em São Paulo, em Manaus, por exemplo. Pode-se ter um representante em Manaus e nenhum aqui.

O limite é de cinco; mesmo em se tratando de uma empresa de milhões de trabalhadores, só terá cinco representantes. O ponto mais importante aqui é que, quanto a esse representante, está claramente identificada no projeto de lei a desnecessidade de sua filiação sindical. Obviamente estamos falando de um sujeito que realizará conciliações de conflitos e, principalmente, o negociado sobre o legislado. Ele não precisará ter participação no sindicato, não precisará estar filiado ao sindicato; é um concorrente sindical na possibilidade dessa negociação. O principal ponto do projeto é o negociado sobre o legislado.

O negociado sobre o legislado está no art. 611-A. Os deputados Patrus e Leonardo, assim como outros, falaram aqui sobre esse ponto, que é fundamental do projeto. *A priori*, como foi dito pelo deputado Patrus, isso já existe no Brasil. É possibilitado hoje pela CLT que se negocie qualquer tipo de direito trabalhista, desde que em prol do trabalhador, quando se quer a proteção do trabalhador. A novidade desse projeto é que o que será negociado pode ser feito abaixo do chamado patamar mínimo civilizatório, abaixo do mínimo da dignidade humana, previsto na Constituição.

Esse projeto se coloca em 13 pontos, alguns já tratados aqui, como o regulamento empresarial e outros mais. Só coloquei alguns que são mais sensíveis e deixam claro que a intenção do projeto de lei é fazer com que os trabalhadores tenham menos direitos, podendo negociar esses direitos com os empregadores. Quais seriam eles? Já foi colocada a ideia da jornada de trabalho maior. Hoje temos uma jornada definida em 8 horas por dia, 44 horas por semana e 220 horas por mês. A ideia é que o limite da negociação seja simplesmente 220 horas por mês. Além disso, qualquer limite seria válido.

O intervalo de almoço passa a ser menor. Ele pode ser negociado para ser diminuído de uma hora para 30 minutos. As férias podem ser parceladas e o pagamento dessas férias pode ser feito pelo empregador simplesmente ao fim da última parcela. A participação dos lucros também será parcelada, e podem ser postergados ainda mais os empregos que a fazem. O não pagamento de horas *in itinere*. Isso foi colocado aqui também, que é aquela jornada entre a casa e o trabalho. Geralmente no meio rural essa jornada entre a casa e o trabalho é remunerada, contada como jornada de trabalho. Pode não ser mais, caso o negociado entre os empregadores e os empregados gerem essa possibilidade.

Há o teletrabalho em condições desfavoráveis. Por fim, há a ideia do fim do registro de ponto.

Quanto ao último aspecto inserido aqui, não precisamos nem falar em relação aos princípios, pois vamos voltar nisso para entender o que significa colocar o trabalho abaixo do patamar civilizatório mínimo, do princípio da dignidade do ser humano.

O último ponto é a revogação do art. 634, parágrafo único, que talvez seja um ponto pouco falado, mas que pode ter consequências muito gravosas para o trabalhador brasileiro.

Descriminalização do trabalho escravo. Qual seria a ideia? O art. 634, parágrafo único, da CLT, é o que está escrito sem o riscado, ou seja, aplicação de multa trabalhista não exige o infrator de responsabilidade em que incorrer por infração das leis penais. A revogação desse artigo faz com que a retirada do “não”... E se coloca: “A aplicação da multa eximirá o infrator de responsabilidade na esfera penal”. Qualquer eventualidade de uma infração trabalhista à qual se responda também criminalmente vai ser vista como o que chamamos no direito de *bis in idem*, ou seja, uma dupla condenação ilegal, até mesmo, por exemplo, quando falamos de reduzir o trabalhador a condições análogas à escravidão. Essa é uma bandeira histórica da bancada ruralista no Congresso. O sujeito que tem esse tipo de conduta vai receber uma multa tendo em vista a Justiça do Trabalho, mas estará isento de responder criminalmente por isso.

Por fim, como a gente consegue entender esse projeto, tentando fazer uma concepção geral das injuridicidades, inconstitucionalidades e violações dos tratados internacionais, ele é essa lista extensa que tentei colocar para vocês. Todos os princípios fundamentais do direito do trabalho são atacados e violados por esse projeto de lei. Se você olhar, está colocado ali a ideia da continuidade na fonte de emprego; da inalterabilidade contratual lesiva – o princípio protetivo, que é a base do direito do trabalho, por isso o direito do trabalho não é direito civil, há uma diferença jurídica e econômica entre as partes; o princípio da irresponsabilidade de direitos, como colocamos; do patamar civilizatório mínimo; da autonomia sindical – quando falamos do representante no local do trabalho que vai concorrer com o sindicato; e da equivalência dos contratos coletivos. Não há mais equivalência, simplesmente haverá um representante tratando dessas eventuais negociações coletivas.

Por outro lado, também está sendo dito que esse projeto de lei contraria a Constituição Federal, tanto no art. 1º quanto no art. 170, que insere a ideia da dignidade do ser humano na ordem econômica. E também, principalmente, o art. 7º, *caput*, da Constituição Federal, que é extremamente claro, dizendo que qualquer novo direito, qualquer nova lei, qualquer nova negociação na esfera do direito do trabalho, devem melhorar as condições dos trabalhadores, e não diminuí-las.

Aliás, na Comissão da Reforma Trabalhista, a gente já teve a oportunidade de ouvir uma série de juízes do trabalho, uma série de ministros do TST, que foram unânimes – unânimes não, porque também ouvimos o Ives Gandra, mas tirando o Ives Gandra, a grande maioria desses magistrados foram unânimes em dizer que a questão do negociado sobre o legislado vai enfrentar, posteriormente a uma eventual aprovação do projeto, o embate judicial, não só em relação à Constituição, mas também aos tratados internacionais, tanto no âmbito das Nações Unidas – o deputado Patrus já falou da Declaração Universal dos Direitos Humanos – quanto do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Culturais e Sociais; no âmbito da Organização dos Estados Americanos – o Brasil é signatário do Protocolo de San Salvador, que fala das condições mínimas e justas para o trabalhador; no âmbito do Mercosul, na chamada Declaração Sociolaboral do Mercosul; e, por fim, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho. Ele fere uma série de convenções da OIT, principalmente a 135 e a 154, que fala do enfraquecimento dos sindicatos. A OIT foi criada em 1919 para tentar, de alguma forma, enfrentar a questão do direito do trabalho, a questão das guerras e da insegurança mundial daquele período.

Uma das questões para se criar a OIT em 1919 foi basicamente a ideia de que a proteção ao trabalhador criaria a paz. Aliás, isso volta depois da Segunda Guerra, porque a Liga das Nações não consegue efetivar isso. Depois, também volta na Organização das Nações Unidas a mesma ideia. Aí, esse projeto de lei, basicamente, como foi dito aqui, talvez tente voltar para antes da própria Nações Unidas, da nossa Constituição e da formação da OIT. Por isso não é mera semelhança o fato de vermos um *slogan* do governo

federal muito parecido com esse aqui embaixo, escrito em alemão, falando que o trabalho liberta o homem. Esse *slogan* estava escrito na frente da entrada do campo de concentração de trabalhos forçados de Auschwitz, na Polônia. Muito obrigado.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente – Agradeço ao João Paulo e peço-lhe que disponibilize a sua apresentação para a Assembleia Legislativa. Durante a sua exposição, várias pessoas pediram a sua apresentação. Então, peço a você que a deixe nesta Casa, pois ela será de utilidade a fim de expandirmos essa corrente, aliás, de informação sobre os danos dessa proposta ao trabalhador.

Lembro, mais uma vez, que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pela TV Assembleia para todo o Estado de Minas Gerais. Neste momento, conforme acertado com a assessoria de Brasília, passaremos, de maneira alternada e por ordem alfabética, a ouvir o pronunciamento das representações da Mesa e, posteriormente, ouviremos o plenário. Iniciaremos com a deputada Geisa Teixeira. Em função do atraso do início e da importância do tema, pedimos que as pessoas sejam breves.

Palavras da Deputada Geisa Teixeira

Gostaria de cumprimentar o deputado André Quintão, representante do deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; o deputado federal Patrus Ananias, que tão bem fez a sua explanação e é membro da Comissão Especial do PL nº 6.787/2016, que trata da reforma trabalhista na Câmara dos Deputados; o deputado federal Leonardo Monteiro, também membro da Comissão Especial desse PL; a deputada estadual Marília Campos, minha companheira e amiga; o Sr. Lincoln Alves Miranda, representante do Sindalemg e da Fenale; o Sr. Pedro Mário Ribeiro, representante da Fetaemg e da Contag, que fez essa bela explanação; o Sr. Valter Aguiar, vice-presidente da Força Sindical de Minas Gerais; a Sra. Eliana Brasil Campos, representante da CUT; o Sr. Everson de Alcântara Tardeli, diretor de Direitos Humanos da NCST; a Sra. Rosilene Cristina Rocha, secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; a vereadora Cida Falabella, de Belo Horizonte; o vereador Pedro Patrus, de Belo Horizonte; o vereador Arnaldo Godoy, de Belo Horizonte; a Sra. Sônia Mara, representando a Via Campesina; a Sra. Valéria Morato, presidente do Sinpro Minas; e o Sr. João Paulo de Faria Santos, advogado da União e assessor jurídico do deputado federal Patrus Ananias.

Serei breve. Quero cumprimentar todos os que estão conosco neste momento e também os telespectadores da TV Assembleia. Senhoras e senhores, estamos vivendo momentos de imensa dificuldade no País com esse governo que aí está. Primeiro, tivemos a PEC nº 55, que já foi aprovada. Como bem disse o deputado federal Patrus Ananias, essa PEC do teto dos gastos, na verdade, diminui os investimentos do Estado em assistência social, saúde e educação. Essa é realmente uma proposta do Estado mínimo. Tivemos a reforma do ensino médio e estamos em curso com uma reforma da Previdência, que, na verdade, não é uma reforma, mas um verdadeiro desmonte da nossa Previdência Social. Nós, mulheres, seremos muito mais atingidas, porque igualar a idade e o tempo de trabalho de 49 anos de contribuição e uma idade mínima de 55 anos é desumano.

Sabemos que as mulheres detêm uma força de trabalho e cumprem uma jornada tripla, pois têm de, muitas vezes, cuidar dos filhos e da casa e ainda trabalhar fora.

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais, basicamente, não contarão mais com um sistema previdenciário. Este é um momento difícil. É o momento de nos organizarmos com as forças sindicais para levar à população o que de fato está acontecendo e quais são os pontos dessa reforma da previdência.

Agora, concomitantemente, ocorre a reforma trabalhista, que é um verdadeiro desmonte do nosso sistema. Como bem disseram, prevalece o negociado sobre o legislado. Novamente, os nossos trabalhadores e trabalhadoras, homens e mulheres, verão esse direito conquistado a duras penas em nosso regime de trabalho encolhido, passando a ser quase inexistente. Como os homens e as mulheres necessitam do trabalho, quem oferta o trabalho, na verdade, poderá fazer a sua negociação, que, obviamente, será aceita, e haverá um maior número de horas trabalhadas, acarretando mais acidentes de trabalho. É preciso que todos nós estejamos mobilizados para levar o que realmente está acontecendo à população.

Em 2015, o Brasil saiu do mapa da fome e da miséria, segundo a ONU. Diante de tantas medidas que este governo tem tomado, como ficará o nosso país? Será que realmente teremos um índice de pobreza tão grande novamente? Em curto e médio prazos, veremos o estrago lastimável que será feito em nosso país com os nossos trabalhadores e trabalhadoras. Esta não é de fato a nossa pátria mãe gentil. É preciso, sim, unir as nossas forças, para sermos a voz que levará a todas as pessoas o que de fato representa esse grande desmonte de direitos duramente conquistados pelos trabalhadores ao longo da nossa história. Muito obrigada a todos.

O presidente – Muito obrigado, deputada Geisa Teixeira. Com a palavra, a Sra. Eliana Brasil Campos, do Sindicato dos Bancários, representando a Central Única dos Trabalhadores.

Palavras da Sra. Eliana Brasil Campos

Boa tarde a todos. Na questão protocolar, sou um pouco ruim. Então, cumprimento o deputado André Quintão, agradecendo-lhe o convite para participar da Mesa. Para cumprimentar todas as mulheres, cumprimento a deputada Marília Campos, que também foi presidenta do Sindicato dos Bancários em um tempo em que não se pensava que uma mulher pudesse ocupar um espaço sindical, quanto mais uma presidência. Tenho na Marília uma referência de força e de luta. Toda vez que fico um pouquinho para baixo, penso em você, Marília. Isso é verdade.

Costumo dizer que aprendemos cada dia mais. Digo a todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras que temos de, neste momento, aprender. Acho que já vi de tudo, mas isso me faz questionar como a direita consegue ter tanta maldade no coração. Quando pensamos que sabemos o que essa reforma trabalhista significa, vem esta última explanação – e agradeço ao advogado do deputado Patrus – e deixa claro que a caixinha de maldades ainda é muito pior do que poderíamos imaginar.

Participo de mesa de negociação e anotei algumas coisas que considero piores nesse projeto. Existe a questão da representação no local de trabalho. A pessoa não precisa ser sindicalizada. Que compromisso ela tem com os trabalhadores? Pode ser alguém que tenha compromisso com a empresa. Outra questão que nos chama a atenção é institucionalizar a negociação por empresa. Eu faço parte da categoria bancária e digo que tenho grande orgulho de participar das negociações. São mais de 180 bancos, de 180 empresas, que participam de uma única mesa. Com isso, conseguimos uma unidade nacional, uma força muito grande. Imaginem trabalhadores lutando contra um gigante sobre o qual estamos comentando todo o tempo, que é o poder econômico. Temos resultados fabulosos por quê? Porque não temos segmentação. A negociação não passa por um banco ou outro como já aconteceu no passado. No passado, as negociações eram por bancos, por estados. São Paulo era sempre mais forte e ganhava mais do que um estado do Norte do País. Conseguimos acabar com isso, conseguimos unificar a categoria. Mas esse projeto derruba tudo isso que foi conquistado.

Por fim, o que temos de melhor, que são as convenções coletivas, estas ficarão acima da lei, como já foi tão bem dito aqui, o que significa que poderiam ir contra o que temos estipulado na CLT. Só faço um convite a quem nos vê: continue debatendo, estudando, participando de fóruns de debate, porque hoje, aqui, aprendi que a maldade que está vindo é muito grande. Não podemos ficar parados. Temos de reagir. Obrigada.

O presidente – Obrigado, Eliana. Parabéns pelo trabalho à frente do sindicato. Com a palavra, a deputada estadual Marília Campos.

Palavras da Deputada Marília Campos

Bom dia. Não vou manter a formalidade de cumprimentar todos e todas, mas acho importante, pelo menos, dizer do carinho que temos pelos deputados federais presentes, que são protagonistas do nosso encontro. Na pessoa do André Quintão, que preside os trabalhos da Mesa, cumprimento todos os que a compõem e também a vocês que vieram participar e os telespectadores da TV Assembleia.

Se passar a reforma da previdência, se passar a reforma trabalhista, se passar de fato o projeto de terceirização... Porque me parece que ele não está completamente acertado. Hoje vi pelos jornais que o presidente do Senado tomou a iniciativa de colocar o

projeto de terceirização de 2015, que parece ser menos pior do que o aprovado. A verdade é que todos são ruins, todos fazem parte de um saco de maldades, mas essa discussão, acredito, não está finalizada, tendo em vista a iniciativa do Senado Federal em relação à proposta de terceirização.

Mas fico pensando: se tudo isso passar, o que será dos nossos idosos? Hoje, nossos idosos têm a proteção do benefício de prestação continuada, têm o benefício do salário mínimo, têm o benefício da aposentadoria, das pensões, e eles ou querem dificultar a aposentadoria, ou querem eliminar esse direito de se aposentar, ou querem reduzir o valor. E, quando falo em reduzir o valor, é porque na reforma da previdência querem, por exemplo, cortar pela metade o direito das pensionistas e dos pensionistas. Em vez de um pensionista receber integralmente, passaria a receber 50%, mais 10% por dependente. Também querem, na reforma da previdência, tirar a proteção daqueles que se aposentam por invalidez, da pessoa que é deficiente. A reforma trabalhista e esse projeto de terceirização, que é um primeiro passo, também caminham nessa direção.

Se a reforma da previdência traz o desamparo àqueles que se aposentam, àqueles que têm aposentadoria por invalidez, a reforma trabalhista também traz o desamparo para os trabalhadores, porque tira toda e qualquer proteção da legislação trabalhista que temos acumulado depois de muitas lutas em nosso país.

Depois do golpe, depois do afastamento injusto sofrido pela presidenta Dilma por aquela Câmara de Deputados e pelo Senado Federal, o que temos hoje é um Estado que quer se implantar com uma nova face: a face do desamparo para os trabalhadores, quer os da ativa, quer os aposentados.

Queria dizer a vocês que já foi muito explanado aqui o que querem fazer. Temos de discutir o que precisamos fazer. Acho que é isso que está colocado para nós. Particularmente, deputados Leonardo e Patrus, não acho que devamos tirar a centralidade da reforma da previdência. Há muita mobilização popular e sindical em torno da reforma da previdência, mas eles têm uma estratégia que já foi apresentada: dividir. A reforma da previdência seria para todos. Todos teriam direitos suprimidos para viabilizar a reforma da previdência. Agora disseram que vão retirar da reforma o funcionalismo público estadual e municipal. Agora querem retirar os trabalhadores rurais da reforma da previdência. Assim, a reforma seria implantada para alguns trabalhadores, alguns beneficiários, que certamente serão a maioria. Então não podemos também baixar a guarda. Até porque a reforma trabalhista e o projeto de terceirização têm interface com a reforma da previdência, porque não só os que trabalham ficarão desprotegidos. Sabemos que a precarização do trabalho, a desregulamentação do trabalho, a perda de rendimentos provocam uma perda de arrecadação na previdência social, e isso enfraquece a previdência social, diminuindo sua arrecadação. Portanto, fragiliza a previdência social para cumprir com as suas políticas, com os seus benefícios.

Embora sejam duas reformas, parece-me que o governo trabalha com uma estratégia casada ora com uma, ora com a outra.

Então, agora vamos desviar um pouco a atenção da reforma da previdência e vamos com o projeto de terceirização, vamos com o projeto da reforma trabalhista, aproveitando que os trabalhadores não estão muito mobilizados. Mas a CUT já marcou a greve para o dia 31, conforme li nos jornais, e é nisto que temos de apostar: no processo de mobilização, de organização dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso país, para fazermos o enfrentamento, porque os deputados federais e as deputadas federais, os senadores e as senadoras foram eleitos não para votar contra os direitos do povo, não para votar contra os direitos da mulher, mas estão lá cassando os nossos direitos.

O que devemos fazer, além dos debates internos nas nossas assembleias sindicais? Temos que ir para os bairros de periferia, temos que ir para as praças públicas e ocupá-las, ocupar as grandes concentrações, seja com o boletim, seja com nossos megafones, seja com os nossos carros de som. E chamar a população brasileira para defender os direitos que conquistamos a duras penas no nosso país. Eles querem enterrar a memória de Getúlio Vargas. Eles querem enterrar a CLT. Eles querem acabar com a previdência social. Eles querem desamparar a população brasileira. Eu, particularmente, como deputada, estou parecendo uma sindicalista das ruas. Vou para a porta das fábricas, vou para os bairros. No sábado, estarei em Ribeirão das Neves. E não faço isso só na minha cidade: aqui, em

Belo Horizonte, estou na Praça Sete com carro de som, voltando às velhas épocas da rádio peão, como fazíamos quando éramos presidente de sindicato. E não é porque sou deputada que não vou para as praças. Estou nas praças porque acho que esse é o local onde devemos estar hoje. Aqui no Parlamento temos muita coisa para fazer? Temos. Constituímos uma comissão extraordinária contra a reforma da previdência, vamos fazer o debate em BH, mas também o faremos em todo o interior. Vamos levar essa mobilização para o interior de Minas Gerais.

Estou vendo ali o Sávio Bones, que pediu para justificar sua ausência, deputados Patrus e Leonardo; o Celinho do Sinttrocel é o presidente da Comissão de Trabalho na Assembleia Legislativa, e, certamente, o mesmo processo que fizemos em relação à reforma da previdência faremos em relação à reforma trabalhista. Por quê? Precisamos aprovar moções aqui, precisamos fazer o debate, precisamos garantir que o mesmo processo de mobilização que fizemos e estamos fazendo em relação à reforma da previdência também seja feito em relação a esse desmonte dos direitos trabalhistas no nosso país.

Meus amigos e minhas amigas, companheiros e companheiras de luta, temos muito a perder se essa reforma passar. Certamente perderão mais as mulheres, certamente perderão mais os mais pobres, certamente perderão as mulheres e os homens negros mais pobres. E nós, que defendemos um País com mais justiça social, um país com mais igualdade, teremos que trabalhar muito para transformar todo esse sentimento de desmonte e de indignação que nos afeta. Parece que querem voltar ao tempo da escravidão no nosso país. Assim, temos que voltar para as ruas e começar um processo de pressão em cima dos deputados – começar não, aprofundar. Se essa terceirização passou, passou apertado, com uma diferença de 40 votos. Talvez não tenhamos nos empenhado tanto no processo de mobilização. O que precisamos fazer é pressionar, falar com a grande maioria dos deputados e deputadas que estão lá, falar para aqueles senadores que terão aqui, em Minas Gerais, um adversário para fazer campanha contra eles. Não é só não votar, não.

Nós faremos campanha contra todos aqueles que votarem contra os direitos do povo, seja na reforma da previdência, seja na reforma trabalhista, seja nesse projeto da terceirização.

Portanto eu me dirijo a vocês para dizer do nosso compromisso, como deputada estadual, de defender os direitos do povo, os direitos da população, os direitos das mulheres, os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo e da cidade, para que continuemos firmes, intensificando a nossa luta por um Brasil melhor. Muito obrigada.

O presidente – Obrigado. Informo que a TV Câmara, da Câmara dos Deputados, em acordo com a TV Assembleia, está transmitindo ao vivo também para todo o País, além da transmissão pela Rádio Assembleia.

Com a palavra, Everson de Alcântara Tardeli, diretor de Direitos Humanos da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

Palavras do Sr. Everson de Alcântara Tardeli

Bom dia a todos e a todas. Gostaria de cumprimentá-los e cumprimentá-las na pessoa da deputada Geisa Teixeira, primeiramente, por ela ser mulher e também por ser minha conterrânea sul-mineira. Sou do Sul de Minas também. Talvez minha fala seja um pouco distinta da dos outros oradores. Quero fazer uma discussão breve. Tenho muitos papéis aqui, mas é pouca coisa em cada folha.

Sobre a chamada reforma trabalhista, primeiro há que se questionar se, de fato, estamos tratando de uma reforma ou de uma destruição dos direitos trabalhistas. Quando se fala em reforma, pensa-se em transformar o velho em novo, em mais bonito, em melhor para todos, porém, ao que me parece, não é isso que está acontecendo, e sim a destruição do que foi construído ao longo dos anos. Agora, se se trata de uma reforma, ela não é uma reforma trabalhista, mas uma reforma capitalista. Esse é o termo real.

Vou colocar alguns números relativos à atividade sindical, afinal de contas tudo que foi falado e está expresso nessa suposta reforma trabalhista é uma regulação geral e legal do subemprego, da informalidade, da rotatividade, do desemprego sem seguro-desemprego, do trabalho escravo, do excesso de jornada, da prática antissindical, do assédio moral, do adoecimento, do acidente,

morte e mutilação no mundo do trabalho, da insegurança jurídica, do fim da fiscalização e proteção social dos direitos e do ambiente de trabalho, da violação ampla dos direitos sociais, humanos, previdenciários, civis, ambientais, sanitários e penais. Tudo isso está contido nessas medidas, especificamente na reforma trabalhista, mas também no conjunto de medidas previdenciárias e de terceirização; enfim, o que estamos vivenciando é um grande ataque a tudo que foi construído. Como muito bem disse o deputado Patrus, é o retorno ao início do século retrasado.

Para termos uma ideia desse conjunto de medidas e com quem estamos lidando, vou dar um apanhado geral do que pensa quem está propondo essas reformas. O relator da reforma trabalhista diz que “o maior presente que a gente dá ao trabalhador brasileiro é permitir que ele se mantenha no emprego”. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, diz que “a Justiça do Trabalho não deveria nem existir”. O presidente do TST, Ives Gandra, pede a reforma trabalhista “para o Brasil não virar uma Venezuela”. O ministro do Trabalho recorre ao TST para não divulgar a lista do trabalho escravo. A pedido de Temer, Ives Gandra suspende a lista suja do trabalho escravo. O fim do imposto sindical pode entrar na reforma trabalhista, e o argumento é que isso aumentaria a representatividade sindical – é o que vamos ver em breve.

Decisão de Gilmar Mendes sobre os acordos coletivos é vista como ameaça aos direitos. Aqui, eles estão falando do fim da ultratividade, no ano passado, nos acordos coletivos.

Segundo o Banco de Desenvolvimento Internacional – Bird –, se esse conjunto de reformas passar, o Brasil terá até 3,6 milhões de novos pobres em 2017. Como o sindicalismo sobrevive e se mantém dentro de todo esse conjunto de medidas? Os números aqui são interessantes. Muitos propagam que o sindicalismo e a CLT são retrógrados, ultrapassados e que existe um sindicalismo de cadeira, ou seja, ele recebe a contribuição, mas não existe uma ação sindical efetiva. Abro um parêntese para dizer que quem viu as mobilizações do dia 15 não pode concordar com isso de forma alguma. Para termos a ideia, citarei alguns números. Com relação à taxa de sindicalização, muito se fala que, no Brasil, ela é muito baixa, pois a estrutura sindical é arcaica. Pois bem, no País, essa taxa é 16,9% dos trabalhadores das categorias; na Espanha, é 16,9%; na Austrália, 17%; na Alemanha, onde dizem haver o maior sindicalismo mundial, é 17,7%; e, no Japão, 17,8%; ou seja, o Brasil tem uma taxa de sindicalização muito próxima à dos países mais desenvolvidos do mundo, portanto não é argumento dizer que não há participação do trabalhador no movimento sindical.

Para se ter uma ideia da atuação sindical, falarei da quantidade de instrumentos coletivos, entre acordos e convenções coletivas, depositados no sistema mediador. Acordo coletivo de trabalho, convenção coletiva de trabalho, termos aditivos de acordos e convenções coletivas de trabalho nos anos de 2012, 2013 e 2014. Em 2012, foram 48.043 instrumentos coletivos; em 2013, 49.267; e, em 2014, 49.886, ou seja, tem aumentado o número de negociações e atividades sindicais em nível nacional. Esses são números de um trabalho feito pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI –, que pesquisou todas as federações e sindicatos filiados. Em média, os sindicatos celebram 7 negociações coletivas por ano, e as federações, 17.

Entidades que ajuizaram dissídios coletivos. Das 467 entidades sindicais pesquisadas pela CNTI, 93 ajuizaram dissídios coletivos e 370 não ajuizaram, elas celebraram acordos e convenções coletivas por meio da negociação coletiva.

Entidades que prestam serviço a trabalhadores não filiados, além dos 17% que são filiados. Das 467 entidades pesquisadas, 364 oferecem trabalho jurídico e outros benefícios aos trabalhadores não sindicalizados e apenas 103 não lhes oferecem nada. Dizer esses números pode ser um pouco chato, mas isso é necessário para termos uma dimensão da atuação sindical em números hoje no País, uma vez que eles a criticam tanto, querem acabar com a contribuição sindical e implantar a pluralidade sindical, que, no meu entendimento, já está implantada.

Agora, vamos ter uma ideia dos valores da contribuição sindical, do quanto há de dinheiro chamado público, já que dizem que a contribuição sindical é dinheiro público. Isso é importante para termos uma dimensão de quanto dinheiro é distribuído para os partidos, os políticos e as entidades sindicais.

Fundo partidário: 35 partidos recebem uma média anual de R\$23.200.000,00. Políticos – deputados e senadores: são 594 beneficiados, que recebem uma média anual de R\$1.818.000,00. Entidades sindicais de trabalhadores: são 11.533 entidades que recebem em média R\$217.000,00. É isso que querem cortar, esses R\$217.000,00 e não os R\$23.000.000,00 do fundo partidário nem os R\$2.000.000,00 dos políticos, com o objetivo único de enfraquecer as entidades sindicais.

Com relação ao fato de a CLT ser arcaica, de 1943 para cá, dos 625 artigos existentes, apenas 278 não foram revogados por leis posteriores. A CLT é moderníssima. A CLT foi atualizada ano a ano com novas leis. Foram editadas 5.241 leis e normas que regem a vida do cidadão brasileiro.

Valor do salário mínimo. O grande argumento da reforma trabalhista é que a CLT e os direitos dos trabalhadores engessam o patrão, são muito caros para o patrão. Pois bem. Vamos fazer uma comparação com alguns países. O valor do salário mínimo por hora trabalhada: na Austrália, é US\$9,54; Luxemburgo, US\$9,24; Bélgica, US\$8,57; Irlanda, US\$8,46; França, US\$8,24; Nova Zelândia, US\$7,55; Alemanha: US\$7,19; Canadá e Reino Unido, US\$7,06; Estados Unidos, US\$6,26; Japão, US\$5,52; Espanha, US\$5,37; e no Brasil, US\$1,12. E dizem que a nossa mão de obra é cara.

A prevalência do negociado sobre o legislado já existe no Japão. Há uma síndrome chamada *karoshi*, que diz respeito aos suicídios e adoecimentos no trabalho. Tem um pesquisador japonês, presidente da Sociedade Japonesa de Pesquisa em Karoshi que diz que uma das principais causas dessa realidade são as leis trabalhistas japonesas. Elas permitem que empresas e sindicatos negociem horário de trabalho para além do limite legal de oito horas por dia, justamente uma das mudanças que o governo Temer quer implementar no Brasil. Em entrevista ao *Repórter Brasil*, ele diz que, se o governo brasileiro fizer reformas que permitam jornadas prolongadas, as horas extraordinárias serão em breve mais longas e as mortes por excesso de trabalho aumentarão, como ocorreu no Japão. Para o pesquisador, em vez de o Brasil seguir o exemplo japonês – o que está acontecendo – o Japão é que deveria adotar parâmetros previstos na lei brasileira: jornada regular de oito horas, acrescida no máximo de duas horas-extras por dia.

São esses os números. Temos um anúncio a respeito do Projeto de Lei nº 385, do senador Sérgio Petecão, que já está propondo a extinção da contribuição sindical. Todos esses ataques que estão ocorrendo, como disse o Patrus Ananias, esse retorno para o final do século XIX, início do século XX, é o que está sendo proposto pelo capital para os trabalhadores brasileiros.

Se é isto o que querem, um retorno ao início do século, nós, sindicalistas, também teremos de retornar ao início do século. Se querem anarquia do capital, terão a anarquia do sindicalismo. Se querem o retorno ao início do século, também vamos retornar à nossa atividade sindical do início do século. Vamos partir para a quebra de máquinas, para a sabotagem e fazer o enfrentamento que for necessário para que isso não aconteça neste país. Muito obrigado.

O presidente – Agradeço ao Everson. Gostaria de agradecer a presença, até o presente momento, à secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, Rosilene Cristina Rocha, que terá de se ausentar para participar da assinatura de um convênio na Prefeitura de Belo Horizonte. Com a palavra, a vereadora Cida Falabella. Obrigado pela presença.

Palavras da Vereadora Cida Falabella

Boa tarde a todos e a todas. Não vim preparada para falar porque sou uma parlamentar em aprendizagem. Sou uma mulher da cultura e do teatro, e o que me trouxe à Câmara Municipal de Belo Horizonte, junto à Áurea Carolina, a vereadora mais votada de Belo Horizonte, num projeto coletivo, de um mandato aberto, foi o golpe. O golpe que golpeou todos nós no ano passado, sobretudo a cultura, que foi desmontada com o primeiro ato do presidente Temer, que é muito simbólico, de acabar com o Ministério da Cultura. Isso diz muito da profundidade desse golpe. É um golpe na nossa alma, na alma do povo brasileiro. Foi por isso que escolhi estar no referido lugar, e posso dizer que me vejo como uma mulher em transição. Não sei se vou ficar lá para sempre, mas, neste momento, isso é necessário.

Gostaria de cumprimentar o deputado André Quintão, que preside esta audiência, e também os demais companheiros da Mesa, sem citar os nomes. Entretanto, faço menção especial ao Patrus, o nosso prefeito mais querido da cidade, que fez uma diferença

enorme quando propôs, no seu governo, uma inversão de prioridades, e também por fazer da cultura um dos principais vieses do seu trabalho. Ele foi fundamental para esta cidade, e precisamos recuperar isso.

Pode parecer absurdo, num debate sobre reforma trabalhista e sobre reforma da previdência, falarmos de cultura, mas não é absurdo porque tudo passa pela cultura. Precisamos voltar a fazer um grande do-in cultural neste país, como propôs o ministro Gilberto Gil, no primeiro governo Lula, para fazer frente a esse golpe, que, na verdade, é uma sucessão de golpes, o desmonte de um país, de uma nação que mal começou a se compreender como parte de um processo civilizatório completamente violento. Logo que começamos a construir uma resposta para esse processo, fomos golpeados profundamente.

Gostaria muito de cumprimentar as minhas companheiras de Mesa, as mulheres, porque acredito numa democracia feminista. Quando formos pelo menos metade nas casas legislativas, haverá outra visão de país. Acredito numa política feita com mais afeto e com mais solidariedade. Esse golpe não esconde a sua face misógina, machista, e isso abala profundamente as mulheres. Na verdade, essa reforma e esse desmonte do Estado vai afetar sobretudo os nossos corpos, os corpos das mulheres indígenas, das mulheres quilombolas e das mulheres negras periféricas. É muito triste ver tudo isso, e concordo muito com a companheira Marília. Também gostaria de destacar a deputada Geisa, e, na pessoa dela, falo da alegria de ter essas mulheres companheiras na Mesa. Realmente precisamos ocupar os lugares, as praças e as ruas, todos os lugares possíveis para poder denunciar esse golpe, esse desmonte. Precisamos resistir e resistir. Não podemos ficar só na reação, mas precisamos nos reinventar. Além do mais, é um golpe triste que deixa todos tristes.

Resumindo, não podemos acabar com a nossa alegria, com a possibilidade de ter alguma alegria e esperança, senão estaremos aniquilados.

Conclamo todas e todos a persistir na alegria. Apesar de o golpe ser tão violento, devemos nos manter felizes e esperançosos, porque assim poderemos derrotar o que está aí. Muito obrigada.

O presidente – Obrigado, vereadora Cida. Pedirei a deferência dos sindicalistas Pedro, Valter e Lincoln, porque a Sônia e a Valéria têm compromisso agora, às 13 horas. Então vou alterar a ordem alfabética e convidar a Sônia Mara, representando a Via Campesina, para se pronunciar e, depois, será a Valéria. Em seguida, retomaremos a ordem normal.

Palavras da Sra. Sônia Mara Maranhão

Bom dia. É bom dia porque ainda não almoçamos; depois do almoço é boa tarde. Bom dia aos companheiros e companheiras aqui presentes, aos deputados, aos vereadores e vereadoras e à Mesa.

Acho que os dados do desmonte da lei trabalhista, da reforma já foram colocados. Só queria fazer um adendo para dizer que esse processo que estamos vivendo é o resultado e a contradição de um sistema capitalista e imperialista que está em crise, que precisa se reorganizar e se reposicionar no mundo. Mais precisamente hoje, no planeta Terra, explora-se cada vez mais a força de trabalho dos trabalhadores. Nesse sentido, busca-se isso de forma desesperada, e estamos sentindo todas as tentativas de desmonte.

Não é reforma, porque reforma fazemos quando queremos arrumar uma coisa, e não destruir. A não ser que construamos uma coisa melhor em cima, não destruímos algo à toa. Não destruímos se não for para construir uma coisa melhor. Não agimos para deixar pior o que havia. O sistema capitalista, como a companheira Eliana falou, não tem coração, tem conta bancária onde o lucro é a essência de seu processo de existência. Então não tem processo mais corrupto ou ilegítimo que o sistema capitalista em si, porque alguns trabalhadores, em duas horas de trabalho, pagam seus salários do mês inteiro. Podemos falar isso quanto a qualquer empresa capitalista colocada hoje no mercado de trabalho.

Há uma busca desesperada de tirar, primeiro, os direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, principalmente o direito das mulheres. Temos de ficar muito vigilantes. Nossos direitos não estão conquistados para sempre. Quando é para tirar direitos, primeiro tiram das mulheres, das negras e das trabalhadoras; depois tiram dos demais trabalhadores. Então não há

garantia. Nas guerras, quando se passa fome, as mulheres são as que mais sofrem. É uma tentativa de tirar até mesmo os nossos recursos de base natural, de alta lucratividade. Como exemplo, citamos a Petrobras. Neste momento está havendo uma tentativa de saquear, de desmoralizar, junto à retirada de direitos, as nossas empresas brasileiras, para que as chinesas e as estado-unidenses sejam as que ficarão no comando do processo da indústria no mundo. Temos de tomar muito cuidado e nos prepararmos para esse momento.

A terceirização é privatização, é precarização, é diminuição do nosso salário, da nossa aposentadoria. É o desmonte da nossa democracia brasileira, que ainda é muito jovem.

No próximo período, a nossa luta vai precisar ser muito concisa, para defender a nossa soberania nacional, as nossas empresas nacionais e a nossa produção. Nesse sentido, o golpe no Brasil veio para consolidar um golpe na América Latina, pois ele não ocorreu só no Brasil – aqui no Brasil, o golpe foi um dos últimos. O dia 15 já deu uma demonstração de que mudou a conjuntura no Brasil, com o ascenso da luta das massas.

O desmonte da previdência é uma contradição do sistema em golpe, e caiu no colo dos trabalhadores, dos sindicatos e dos movimentos sociais a oportunidade de unificar a nossa luta e de construir outro projeto. Esse desmonte pega os nossos meninos e os que estão se aposentando hoje. Então é uma contradição que precisamos organizar e, com isso, acumular forças para disputar um projeto para o Brasil.

Estão colocadas as eleições de 2018, mas vamos precisar mudar um pouco e nos colocarmos na conjuntura. Precisamos pensar um projeto desde baixo, com os trabalhadores, caso contrário elegeremos o presidente e perderemos muito tempo. E vamos perder também, pois vai-se negociar com grandes empresas transnacionais. Hoje parece-me que 69 empresas transnacionais detêm a mesma riqueza de meio mundo, ou de 3,5 bilhões de trabalhadores no mundo. Então, precisamos acumular forças e construir um projeto que, de fato, defenda e garanta o direito dos trabalhadores, pois todos os direitos que temos hoje foram em função de muita luta, de muito derramamento de sangue e de muita resistência que temos de valorizar.

O dia 31 já está agendado e vai ser um grande dia de luta para demonstrar a força que tem o povo brasileiro. Os coxins também já estão se organizando para domingo, porque está colocado que a disputa está nas ruas hoje. Acho que precisamos ajudar a organizar, a formar; e que as ruas sejam um processo permanente de organização. É disso que precisamos. Acho que essa tarefa está sendo colocada para nós, como classe trabalhadora. Talvez ainda não tenhamos visto na nossa vida um momento tão decisivo para garantir o futuro dos nossos filhos e também da classe trabalhadora. Pátria livre, venceremos.

O presidente – Muito obrigado, Sônia. Passo a palavra a Valéria Morato, presidente da Sinpro Minas.

Palavras da Sra. Valéria Morato

Bom dia a todos e todas. Quero cumprimentar a Mesa e agradecer a oportunidade de estar aqui discutindo essa questão. Penso que a nossa obrigação neste momento é tentar dialogar ao máximo e aproveitar todos os espaços que nos são cedidos, uma vez que a mídia não faz isso. A grande mídia tem feito o papel de desinformar a população e esconder o que, na realidade, está acontecendo.

Em um breve retrospecto, só para fazermos um alinhavo, quero lembrar o motivo do *impeachment* e da retirada de uma mulher eleita para um posto de representatividade, como o de presidente da República. O objetivo do *impeachment* era a ruptura democrática deste país.

Nesse sentido, veio o golpe. E o golpe, na minha avaliação, tem alguns objetivos: foi um golpe na política externa deste país, que estava crescendo e tendo um protagonismo na política externa; um golpe na política econômica – vejam vocês o ataque a Petrobras, à questão da nossa produção naval e agora o ataque à política exportadora no fato da operação Carne Fraca; e um ataque à política social no que diz respeito a esses desmontes da previdência, trabalhista.

Na verdade, ele não é um desmonte da política ou das regras trabalhistas que temos até hoje e regem os trabalhadores brasileiros. Essas regras precisam ser, sim, ampliadas para o bem do trabalhador, e não para o bem do capital, como foi dito pelo nosso colega. Essa reforma trabalhista nada mais é que uma reforma sindical. Houve o desenterrar daquele projeto pelo deputado Rodrigo Maia, na quinta-feira. Na quarta-feira, o Brasil saiu às ruas contra a reforma da previdência. Na quinta-feira, ele desengavetou ou, na verdade, desenterrou um projeto de 1998, um projeto da época do Fernando Henrique, que tinha sido guardado nos 12 anos, 13 anos do governo popular eleito e que estava em nossa defesa.

Precisamos começar a chamar a atenção e fazer essa diferenciação, porque agora querem colocar nas nossas costas esse governo que está aí, dizendo que ele foi vice. Elegemos um projeto. O que está sendo implementado perdeu nas urnas, por isso o Brasil foi golpeado. Na quinta-feira, ele o desenterrou e o aprovou a toque de caixa, sitiando a Câmara Federal. Isso também foi denunciado aqui. Ou seja, não deixaram que os trabalhadores entrassem e se manifestassem naquele espaço que é nosso. Todos aqueles estão lá porque votamos neles.

Essa reforma é um desmonte da organização dos trabalhadores, é um desmonte dos direitos que nós conquistamos com várias lutas e sangue no País. Penso que agora temos um golpe na soberania nacional para desmontar o Estado e entregá-lo ao grande capital estrangeiro, de forma sucateada. Nós, trabalhadores e trabalhadoras, seremos como escravos. A partir da votação do projeto da terceirização, tivemos o início da volta da senzala. Se nos unirmos neste momento – e há ainda a possibilidade de retirada, de derrubada desse projeto, como disse a deputada Marília Campos –, poderemos reverter esse quadro.

Para finalizar, conclamo a classe trabalhadora. Precisamos estar unidos neste momento, mais do que nunca. Precisamos denunciar e resistir a esse governo ilegítimo, a esse governo sem voto, que tem dado poder a homens de reputação duvidosa ou sob suspeita de corrupção, homens que possuem processos de investigação em andamento adiantado. Ou seja, ele não tem moral para estar onde está e retirar os direitos que conquistamos a duras penas e com muita luta e suor, em um espaço democrático do País. Precisamos ir às ruas. Precisamos dialogar com os nossos pares nas nossas casas e em todos os espaços que nos forem possíveis, para que possamos derrubar esse governo. Queremos um governo que seja legitimado pelo voto e defenda os direitos dos trabalhadores. Muito obrigada.

O presidente – Muito obrigado. Com a palavra, o vereador Pedro Patrus, de Belo Horizonte. Depois do vereador Pedro Patrus, ouviremos o Lincoln, o Pedro Márcio e o Valter.

Palavras do Vereador Pedro Patrus

Boa tarde a todos e a todas. Eu também serei breve, pois são 1h5min da tarde e todos nós devemos almoçar em algum momento. Quero primeiro cumprimentar a Mesa na pessoa da representante da CUT. Além de representante da CUT, a Eliana Brasil é presidente do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e Região Metropolitana e uma guerreira. Estão também presentes outros companheiros desse sindicato que é importante e fundamental na luta.

A deputada Marília Campos também teve a oportunidade de ser presidenta desse importante sindicato. Parabéns aos deputados federais Leonardo Monteiro e Patrus Ananias e a Assembleia Legislativa por este encontro. Na minha opinião, este encontro era necessário e urgente.

Ontem, quando esperava para assistir ao jogo da seleção, que não é do Galo, mas a seleção de verde e amarelo, assisti a um pedaço do *Jornal Nacional*, que insistia em dizer que a terceirização seria boa para os trabalhadores. Esse jornal insiste em dizer que a reforma da previdência será boa para os trabalhadores e para as trabalhadoras brasileiras. Lutar contra a grande mídia e as famílias que dominam a mídia brasileira e contra essa direita organizada não será tarefa fácil. Os deputados Leonardo Monteiro e Patrus falaram sobre essa dificuldade que teremos. Gente, se os sindicatos, as pessoas presentes e as pessoas do nosso convívio não fizerem chegar ao trabalhador e à trabalhadora brasileira o que realmente acontecerá com essas reformas e com esses projetos que estão em

Brasília, não conseguiremos nos mobilizar e, aí, teremos de ir para as ruas. Todos aqui falaram da importância de irmos para as ruas e de fazermos essa disputa. Agora é um por um, senão a nossa luta será cada vez mais difícil.

Penso que é necessária a mobilização, a conversa no bar, na igreja e no nosso convívio do dia a dia para explicarmos o que realmente está acontecendo em nosso País, que é esse golpe que não acabou, pois ainda está em curso, já que a cada dia aparece algo novo. Mobilizamo-nos diante da reforma da previdência, fomos para as ruas e, de repente, votam a terceirização. Ficamos sabendo hoje, pelo deputado, da dificuldade da comissão e o que está acontecendo em Brasília, pois a comissão não realiza audiência pública, e a decisão é terminativa. As pessoas têm de saber disso. A população, o trabalhador e a trabalhadora já entenderam o tanto que a reforma da previdência é ruim, mas essa outra reforma, que representa a destruição das leis trabalhistas, ainda não entrou na cabeça dos trabalhadores. Essa é a missão de cada uma e de cada um que está aqui hoje. Então, gente, é rua, é disputa, pois não será fácil. Muito obrigado. Boa tarde. (– Palmas.)

O presidente – Muito obrigado, vereador Pedro Patrus. Com a palavra, o Sr. Lincoln Alves Miranda, representando o Sindpúblicos, o Sindalemg e a Fenale.

Palavras do Sr. Lincoln Alves Miranda

Boa tarde a todos. Cumprimento as mulheres da Mesa e presto uma homenagem especial às mulheres deste País, lutadoras e bravas. Faço aqui um chamamento público para que todos os presentes se mobilizem. O trabalhador não sabe o que o espera.

A partir de agora, com a votação anteontem da terceirização, haverá trabalhadores de segunda categoria. Por quê? Hoje o período de experiência é de 90 dias. A partir da aprovação, será de 270 dias. Haverá trabalhadores lutando para serem trabalhadores. Eles serão dispensados quando faltar um dia para completar os 270, terão de entrar novamente na cadeia produtiva e trabalhar mais até conseguirem um emprego um pouco melhor.

O lucro é o que as empresas querem. O capital só trabalha para o capital. Se não nos preocuparmos com nossos filhos e idosos estaremos lascados. É um verdadeiro atentado ao mundo do trabalho. Temos de perceber e difundir isso em nossa sociedade. Peço a todos que de qualquer forma – redes sociais, amigos – tentem esclarecer o que nos espera. Muito obrigado, boa tarde.

O presidente – Muito obrigado, Lincoln. Com a palavra, o Sr. Pedro Mário Ribeiro, representando a Contag, a CTB e a Fetaemg.

Palavras do Sr. Pedro Mário Ribeiro

Boa tarde a todos. Tentarei ser breve. Neste momento, abro mão das formalidades em respeito a quem nos acompanha pela TV. Agradeço especialmente aos companheiros dos sindicatos presentes.

Tenho 60 anos e nunca na minha vida ouvi falar que se aumentam postos de trabalho permitindo o aumento da jornada. Ou eu estou doido ou lá estão doidos. Essa é a realidade. Sou do campo. Nosso ponto de vista é de onde estou. O trabalhador rural de safra nunca vai sair do contrato de experiência. Vai acabar. Ele começa e termina a safra no contrato de experiência. A situação é crítica em geral e, no campo, vai pesar ainda mais.

Essa é uma decisão brilhante para os trabalhadores, mas só quem não sabe disso são os trabalhadores. Eles não enxergam assim. Eles enxergam essa decisão como perversa. Empregadores estão contentes. A Rede Globo, como acabou de citar o meu xará, está achando ótimo. Então, só quem não sabe disso são os trabalhadores. Só falta dizer que essa tomada de decisão gera emprego. O maior absurdo do mundo! Se não der resultado, se não gerar emprego – e vamos jogar todos esses direitos para um lado, para um canto, vamos quebrar tudo –, com quem vamos tratar depois? Com o Ministério do Trabalho? Vão acabar com o Ministério do Trabalho porque gera emprego? E se não der certo? Como já disse o presidente do Congresso, depois, o que vamos fazer? Vamos acabar com a Justiça do Trabalho, porque ela não tem mais sentido e, acabando com ela, gera-se emprego. E se não der certo? Vamos acabar com os trabalhadores.

No rumo que vamos, talvez este seja o caminho: criar uma subcategoria que não seja de trabalhadores para dizer que agora há emprego, porque colocaram uma subcategoria lá embaixo. Temos de negar chamar isso de reforma. Temos de ter essa atitude.

A cada crise, este governo olha para os trabalhadores como se eles fossem culpados de tudo. Neste momento, circula nas redes sociais que há trabalho degradante em Minas, inclusive no Sul de Minas, minha região. É capaz de este governo dizer que o culpado do trabalho degradante é o trabalhador. Existe trabalho degradante porque o Estado não cumpriu o seu dever. Agora que tudo ficará muito mais complicado, muito mais perigoso, vamos esperar que o Estado cumpra o seu dever? A CLT é arcaica, mas ainda existe trabalho degradante. A CLT é uma coisa do passado, mas no campo ainda existe muita coisa acontecendo fora dessa CLT que dizem ser arcaica, pois muito dela não foi posto em prática.

O desafio está lançado: que abramos os nossos olhos, pois o próximo passo será enfraquecer o movimento sindical, enfraquecer a sociedade organizada, porque é desse campo que ainda hão de sair e vão sair mais políticos respeitados e que realmente defendam os trabalhadores. Por isso, querem o desmonte do movimento sindical.

O desafio está feito: que as centrais sindicais, e aqui também represento uma, passem, a partir deste momento, a entender que cada vez mais a disputa capital e trabalho está dada, está definida, está jogada, e precisamos ir para dentro desse jogo. Agora precisamos ir para dentro desse jogo e cumprir o nosso papel. Precisamos ir para as ruas, precisamos ir para o enfrentamento, ou vão passar por cima de nós.

Que vençam os trabalhadores.

O presidente – Muito obrigado, Pedro, representando a Contag, a CTB e a Fetaemg. Convido o Sr. Valter Aguiar, vice-presidente metropolitano da Força Sindical, a fazer uso da palavra.

Palavras do Sr. Valter Aguiar

Boa tarde a todos. Na pessoa do deputado André Quintão, presidente, cumprimento todos da Mesa. Cumprimento também o público que está em casa, porque, apesar de estarmos aqui desde cedo, esse recado tem de ir para o público que está nos acompanhando agora, parece-me que ainda em rede nacional. É por esse público que viemos em todos os fóruns, em todas as reuniões, porque precisamos abrir, de uma vez por todas, os olhos da sociedade, pois o que está acontecendo é um crime em todas as esferas: contra o trabalhador, contra o aposentado, contra os que estão para se aposentar, contra a dona de casa e contra o trabalhador do campo. O trabalhador do campo fica muito longe dos órgãos que controlam e que fiscalizam se ele está sendo bem tratado.

Imaginem vocês que uma parte dessa proposta é justamente retirar esse controle. É acabar com os sindicatos, que, querendo ou não, ainda têm a sua interferência; querendo ou não, vão lá no posto de trabalho e verificam quando a legislação está sendo cumprida. Esse recado tem de chegar à sociedade. Esse recado tem de chegar a todo trabalhador, pois não é só a reforma da previdência que está sendo prejudicial a ele. A reforma trabalhista, como estamos debatendo em nosso fórum, não gera somente impacto, ela é um rolo compressor. Passa em cima de todos os trabalhadores. Passa em cima de todos nós. Isso, sim, é muito grave. Isso, sim, é muito sério.

Nosso Congresso atual, com raras exceções, está sendo prejudicial a todos nós. Há um tempo ouvi uma expressão, não me lembro bem, mas a repito mudando um pouquinho: hoje temos alopados no Congresso, pois tudo que eles fazem demonstra que acordaram, pegaram o livrinho diabólico deles e escolheram a maldade que farão hoje. Parece que é assim, não é? Mas não é, não.

Isso foi orquestrado desde o início, isso foi preparado desde o início, quando houve uma mudança de governo. Por todos os efeitos, por todas as decisões que quiseram tomar, houve uma mudança de governo que mudou a pauta. Hoje temos uma pauta empresarial, uma pauta capitalista com um discurso bonito. Quando assistimos ao *Jornal Nacional*, o discurso é tão bonito que até dá vontade de chorar. Nossa, precisa mesmo haver a mudança na legislação trabalhista, ela engessa o patrão. Mas, junto com isso, também tira a autonomia do sindicato? Junto com isso precariza um fiscal do trabalho? Diversas vezes estivemos juntos em reuniões,

quando disseram que estão faltando fiscais do trabalho. Que engessamento é esse? Já há muitas formas de o empresário ganhar dinheiro, mas ainda querem tirar mais em cima de nós. Esse debate, esse fórum que se abre hoje para debater o impacto sobre o trabalhador deve se repetir. É muito séria a denúncia que o deputado traz de que, feito na comissão, isso já está em caráter terminativo. Isso é muito sério. Realmente esse é o recado que eu, particularmente, levo para a nossa central, para a Força Sindical MG, para replicarmos isso em todos os meios de comunicação que temos, dizendo que precisamos pressionar os 37 – se não me engano – componentes da comissão. É em cima deles que temos de ir, porque são 37, se não estou enganado em relação ao número. Temos de pegar todos eles. Dois deles já têm um compromisso com o trabalhador. Assim já fica mais fácil. Já temos dois que seguem junto com o trabalhador. Mas ainda há muitos que temos de levar para lá. Sabemos que as negociações com este governo não são fáceis, eles têm o Congresso na mão. As negociações de cargos, que tanto foram criticadas, é o que eles mais fazem.

A estratégia desse governo para conseguir aprovar suas medidas é uma das melhores. Usaram o PL que foi aprovado agora como bode fedorento. Já era ruim o PL nº 4.330, mas aprovaram um pior para negociarmos o PL nº 4.330 e para os sindicalistas, os movimentos sindicais e a sociedade pensarem: “Ufa, esse presidente vai ser bonzinho. Melhorou um pouquinho para nós”. Não, não podemos ficar sendo enganados, principalmente os sindicalistas, que estão acostumados com mesas de negociação. Não tem de ter nenhum bode fedorento na sala, não, para colocá-lo e depois tirá-lo, e a situação ficar mais ou menos. Temos de nos manter vigilantes. Temos de nos manter unidos. Não há discussão política. Não há tendência política. É juntar todos os trabalhadores, como fizemos na última manifestação, organizar as próximas, as próximas e as próximas.

Quando um dos companheiros que me antecedeu falou que temos de usar todos os espaços – igrejas, bares, campos de futebol – para debater, realmente é isso que temos de fazer. Temos de fazer isso dentro da nossa família. Temos de fazer isso em todos os lugares em que houver duas ou mais pessoas, porque, a partir do momento em que nós, formadores de opinião, trabalhadores, líderes, tivermos oportunidade, temos de dizer: Ei, você aí, acorde porque a corda vai arrebentar é para o nosso lado. E aí me dói saber desse tanto de perversidade que está sendo posta e está na iminência de ser aprovada, que as pessoas estão muito desamparadas. Isso me dói muito.

Vamos lembrar o Vale do Rio Doce, que é a minha região, onde sabemos que há trabalhadores rurais, trabalhadores de pequenas fábricas que não contam com seu sindicato presente, que não contam com uma fiscalização intensa, que estão vivendo em condições sub-humanas, que sabemos que existem. Sabemos que essa é uma região que já foi muito esfacelada por todos os crimes ambientais e políticos e por todas as devassas que eles podem trazer. Isso foi feito no Vale do Rio Doce, no Jequitinhonha e em todos os rincões de Minas. Sabemos que lá há todos esses problemas. E me dói saber que, apesar de já ser difícil ajudar, de já ser difícil acompanhar esse trabalhador, esse homem do campo, esse pequeno funcionário de indústria, esse comerciante, ainda querem tirar mais. E para tudo isso a estratégia posta é a seguinte: “A primeira coisa é que temos de tirar ou enfraquecer quem pode impedir o nosso projeto, que são os movimentos sindicais, os sindicatos e a sociedade civil organizada”.

A estratégia de enfraquecimento de quem está lá, dos aloprados, tem funcionado. Mas todos nós, de mãos dadas e juntos, podemos quebrar a corrente deles e começar a nossa. Esse é o recado que deixo para vocês. Conclamamos todos para a luta. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, Valter Aguiar.

Palavras de Participantes

O presidente – Do ponto de vista das representações sindicais, percebemos que todas as centrais sindicais se manifestaram, inclusive com seus representantes em Plenário também, os parlamentares municipais, estaduais e federais presentes. Então pergunto ao Plenário se alguém gostaria de fazer alguma observação ou tirar alguma dúvida, antes de encerrarmos esta reunião. Por se tratar de evento público, a palavra está franqueada para quem desejar usá-la. Renato Barros, por favor, companheiro do Sind-Saúde. Peço a todos que se identifiquem, porque a reunião está sendo transmitida ao vivo.

O Sr. Renato Barros – Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a Mesa. Fiquei acompanhando as exposições e vi a gravidade do momento que estamos vivendo aqui neste país. Permaneci também para fazer uma chamada.

Estamos assistindo ao desmonte do Estado brasileiro, de um Congresso que não tem legitimidade nem legalidade para mexer nas cláusulas pétreas da nossa Constituição. Nesse sentido, vejo que o momento é de atender à chamada feita pela CUT e pelas centrais sindicais de ir às ruas no dia 31. A discussão que temos de fazer é na rua, chamando a sociedade para debater.

Nós, do setor da saúde, estamos bastante preocupados. Assistimos à fala do presidente golpista Temer dizendo que retirou os servidores públicos estaduais e municipais da reforma da Previdência, tentando enganar a população. Sabemos que, no art. 40, está o tripé federal, estadual e municipal. Aqui não existem bobos. Portanto, é necessário que a gente mantenha a nossa mobilização para nos fortalecer e não permitir que esses fatos venham a acontecer. A apresentação feita pelos deputados federais Patrus e Monteiro, lá de Valadares, demonstram a gravidade da reforma, que é o desmonte da nova CLT. Inadmissível o que está ocorrendo.

Nesse sentido, quero reafirmar e mostrar a necessidade de que estejamos, no dia 31, todos os trabalhadores e a sociedade civil organizada, na rua para fazer a cobrança e dizer “não” a este governo golpista do Temer. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, Renato. Parabéns pela sua luta. Com a palavra, Lindolfo.

O Sr. Lindolfo Fernandes – Boa tarde a todos e a todas. É interessante que nós, como sindicalistas, tenhamos o mesmo diagnóstico: a coisa está ruim, a dificuldade está no fazer a mobilização, mas estamos vendo que, aos poucos, estamos vencendo isso. Temos duas tarefas: uma é desmistificar e tentar desconstruir o discurso do senso comum, de que trabalhador e Previdência são o problema do Brasil. A outra tarefa é a mobilização.

Sobre a questão da desconstrução do senso comum, é importante analisarmos o real problema. Temos um problema que é o modelo econômico perverso. Esse é o grande problema que temos neste país. Essa política econômica de inflação por meta e câmbio flutuante já saturou, está causando o desemprego que está aí. Temos 13 milhões de desempregados, número maior que a população de Portugal.

E o desemprego, como diz o ditado, é a dor que fere a alma; o desemprego fere a dignidade, fere a alma; é o mais triste que existe dentro de uma sociedade.

Aí, queria colocar algumas questões. Por exemplo, além da reforma trabalhista, deve haver outra: a tributária. Ela está sendo desenhada e não virá na linha de atender os trabalhadores. Temos um dos sistemas tributários mais injustos do mundo: é regressivo, indireto, e o pobre paga mais. Esse é um fator de exclusão. Essa reforma tributária também está sendo desenhada meio às pressas. Segundo o deputado que está cuidando da matéria, o relator, isso não dá desgaste. Não dá desgaste porque as pessoas não estão correndo atrás disso, portanto precisamos acordar para ela, pois não vão tributar as grandes fortunas, o patrimônio e a renda nem reverter esse sistema regressivo existente. Precisamos acordar para isso.

Encerrando, queria lhes dar os parabéns e fazer coro com o Renato: não há outro caminho, temos que nos mobilizar, ir para as ruas para pressionar e reverter essas decisões que estão tirando o direito dos trabalhadores.

O presidente – Muito obrigado, Lindolfo. Parabéns. Com a palavra, o Sr. Geraldo.

O Sr. Geraldo Arsênio da Silva – Boa tarde a todos e a todas. Na pessoa do deputado Patrus Ananias, cumprimento toda a Mesa. Sou o Geraldo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pompéu. Estamos vendo que o retrocesso que está havendo no País e que começou no ano passado já está prejudicando muito os municípios. O desemprego só está aumentando. Estamos com dificuldade para conseguir recursos para as políticas públicas nos municípios. Em Pompéu, há cinco assentamentos de reforma agrária que precisam de políticas públicas, e, com essa seca que está aí, é necessário haver projetos para levar água para esses assentamentos, a fim de que seus trabalhadores tenham uma vida mais digna.

Quero dizer-lhes que me coloco à disposição. Recebemos um convite da Fetaemg para esta audiência pública e nos mobilizamos; não conseguimos vir com muitas pessoas, mas trouxemos quatro companheiros. Temos ido às manifestações. Seria bom continuarmos com as transições que aconteceram no País de 2003 para cá, mas tudo que começou a melhorar agora está retrocedendo com esse golpe. Sabemos que o Temer e o PSDB são mesmo golpistas, inventaram isso. As coisas vinham dando certo e estão piorando. Vivemos em um País neoliberal, em que o trabalhador não tem vez. Os empresários querem saber quantos reais podem ganhar a mais, mesmo que seja à custa da miséria dos outros. Coloco-me à disposição para fazer o que for possível para ajudar, pois, senão, retrocederemos à década de 1980, quando o salário de um trabalhador rural aposentado era meio salário-mínimo, assim como o dos pensionistas. Desde aquela época, lutamos para melhorar isso, mas está ficando pior. Desculpem-me. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, Marcos Vinícius, da Fetaemg do Jequitinhonha.

O Sr. Marcos Vinícius Dias Nunes – Bom dia. Como ainda não almoçamos, é bom dia. Na pessoa do deputado André Quintão, nosso deputado estadual, queria cumprimentar a todos da Mesa, o Patrus, o Leonardo e o nosso Pedro, da Fetaemg.

Meu nome é Marcos, e sou atualmente diretor de Política Agrícola e Cooperativismo da Fetaemg. Sou de Jordânia, do Vale do Jequitinhonha. Queria dizer que, na conjuntura em que vivemos hoje, a situação é muito pior do que muitos trabalhadores e a sociedade imaginam: há a terceirização, a reforma trabalhista e a reforma previdenciária. O País está no desmonte, com esse governo golpista.

Quero aproveitar esse momento em que muitas pessoas estão acompanhando essa reunião para dizer que a sociedade precisa se mobilizar. Nossos sindicatos, entidades, os movimentos sociais têm falado isso e tentado ir para a rua. Não vai adiantar, não vamos conseguir reverter isso se não fizermos uma mobilização e não formos para a rua. Mas, mais importante do que isso, é que a sociedade tenha conhecimento de quem está no Congresso hoje. No ano que vem, teremos eleições e precisamos colocar o nome e a foto desses golpistas nas redes sociais, na televisão para mostrar quem está votando agora contra os trabalhadores. Esperamos que no ano que vem eles não cheguem ao Congresso. Por isso é importante que as pessoas estejam acompanhando e comecem a divulgar e a mostrar isso para todos, através de mensagens, de mobilizações, mandando *e-mail* para os seus deputados. Em quem votamos nas últimas eleições? Nossos parlamentares estão defendendo nossos direitos? Então, com essas palavras, quero encerrar minha fala, parabenizando a todos pelo debate. É importante que cada um faça sua parte para que tenhamos um resultado conjunto.

O presidente – Gostaria de passar a palavra para Sérgio Leôncio, do Sindicato dos Metroviários.

O Sr. Sérgio Leôncio – Bom dia a todos. Queria, antes de tudo, parabenizar a Mesa. Leonardo, foi muito bacana nossa ida a Brasília nessa semana. Tivemos a sorte de conseguir entrar em plenário e assistir a alguns depoimentos. Trouxemos o depoimento do deputado Patrus Ananias para debater no nosso sindicato, o que foi de uma enorme valia.

Para nós isso está sendo orquestrado. Foi o golpe em cima da presidente Dilma, tivemos o golpe do Ministro Gilmar Mendes com a questão da ultra-atividade, que começa a tirar direitos dos trabalhadores, conquistados em lutas de anos e anos. Ele os retira de uma forma monocrática. Vem a terceirização, tudo isso contra a classe trabalhadora. Além do mais, há um presidente da Câmara que fala que não precisamos ter uma Justiça do Trabalho no nosso país. Nós, trabalhadores, estamos sendo penalizados. Nós, trabalhadores metroviários de Belo Horizonte, fizemos uma manifestação no dia 15, e a própria Justiça nos notificou nos dando uma multa de R\$250.000,00, o que corresponde a seis meses de contribuição. Estão querendo acabar conosco. Mas o Sindicato dos Metroviários, junto com a CUT Minas e todas as centrais, não vamos deixar isso acontecer. Vamos para a rua buscar os direitos de todas as classes trabalhadoras. Parabéns a vocês, e contem com o Sindicato dos Metroviários.

O presidente – Muito obrigado, Sérgio Leôncio. Com a palavra, José Luiz da Anunciação, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruçânia.

O Sr. José Luiz da Anunciação – Boa tarde a todos. Sinto-me triste por estar aqui pelo momento, mas sinto-me honrado por estar aqui como presidente do sindicato, defendendo a classe trabalhadora, o trabalhador rural. Fui criado na zona rural, onde meu pai

trabalhava de forma escrava, enquanto existia dia. Muitas vezes ele aproveitava, inclusive, a lua para trabalhar. Eu morava em uma casa barreada, de pau a pique, de que poucos aqui devem se lembrar. Dormíamos em cama de bambu, com forro de palha de milho.

Não vemos mais casas de sapé, casas de barro, que guardavam escorpião e outros bichos. Outra coisa importante diz respeito à mulher. Sou presidente de sindicato e digo que a mulher com 55 anos já não está aguentando mais manter a sua atividade rural. Como fará aos 65 anos? Além de tudo, também precisará contribuir. O benefício da Loas ainda será só com 70 anos, mas, com 70 anos, o marido dela já estará aposentado. Ela não terá direito ao Loas, nem a nada. Isso significa que a mulher rural nunca vai se aposentar.

Ouvi tudo o que os deputados disseram e fiquei preocupado, mas, por outro lado, vi que temos uma saída, porque contamos com deputados e senadores que defendem a classe trabalhadora. Contamos com deputados, senadores, centrais sindicais, federações e sindicatos, e, unidos com o povo das ruas, somos muito mais do que esses canalhas que estão lá e que parecem que não têm mãe, irmão e esposa. Se convivessem com uma mulher, saberiam da dupla jornada de trabalho da mulher e não fariam isso com quem gera a vida. A mulher é a força da nossa nação e do nosso país.

É importante estarmos aqui, mas o principal é sairmos às ruas e pararmos o País. Essa meia dúzia que está lá não poderá vencer o País. Já houve presidentes cassados, já houve *impeachment* de presidente. Lembro-me da Dilma e do Collor. Contudo, nunca houve uma criminalidade tão grande como a de hoje. Isso ainda vai gerar fome e matar muita gente de fome, muitas crianças. Daqui a 10 anos vocês verão uma miséria maior ainda que a miséria que havia quando fui criado. Muito obrigado a todos.

O presidente – Há ainda duas pessoas inscritas, e elas gostariam de se manifestar. Vamos conceder a palavra a elas para que ninguém fique sem expressar a sua opinião. Vamos acolher essas duas últimas inscrições, para que não sejamos acusados de desrespeitar o direito à segurança alimentar e nutricional sustentável.

O Sr. Geraldo Rodrigues de Oliveira – Boa tarde a todos e a todas. Na pessoa do nosso deputado Patrus Ananias, gostaria de cumprimentar todos os integrantes da Mesa. Meu nome é Geraldo, e sou diretor do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e região.

O que vemos no nosso país é algo muito notório. É um desmonte do País, onde o capitalismo quer imperar. Somos um país de muitas riquezas. Sei que não ouvimos muito comentarem, mas tudo começa a partir do momento em que o pré-sal é entregue às empresas multinacionais. Sabemos que poderia haver uma parcela muito grande de contribuições para investimento na saúde e na educação neste país, mas, agora, mais uma vez, vemos essa precarização da nossa CLT, em razão dessas propostas trabalhista e da Previdência. Hoje o problema não é meu, desse ou daquele, mas de toda uma nação. Realmente precisamos acordar e fazer uma mobilização envolvendo todos e todas, porque isso é de suma importância. O que está em jogo não é só uma categoria, mas a vida do trabalhador e da trabalhadora do campo, a nação como um todo.

Neste final, venho conclamar todos a participarem, porque é importante darmos a nossa contribuição. Vamos à luta. Muito obrigado a todos. Fico muito feliz por ainda ver essa luz no fim do túnel, para que possamos elevar a nossa mobilização. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, Geraldo, e estendo os meus cumprimentos a todos os representantes do Sindicato dos Bancários. A Eliana está na Mesa representando a CUT, e a participação dos bancários é expressiva. Também fui bancário, Eliana, foi meu primeiro emprego em que trabalhei por quase 10 anos. A minha primeira greve na vida foi na antiga MinasCaixa, e sabemos a força dos bancários e do movimento sindical.

O último convidado é o professor municipal Lucas Rodrigues.

O Sr. Lucas Rodrigues Silva – Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de agradecer-lhes por este momento de tamanha importância. Meu nome é Lucas.

Sou professor municipal de Belo Horizonte e filiado ao Sind-Rede, que é o sindicato dos professores da rede municipal.

Estamos em greve desde quarta-feira passada, quando houve aquela grande manifestação, no dia 15. Desde então, permanecemos em greve, greve essa que foi atacada na quarta-feira por um jornal da Itatiaia. O apresentador disse que a greve era ilegítima, que não deveria ser feita, mesmo sabendo que a greve é um direito constitucional de todos os trabalhadores. Disse que nós, professores, poderíamos estar em sala de aula. Uma das justificativas desse apresentador é de que as crianças não têm educação em razão da greve, principalmente. Isso não é verdade. Estamos em greve e lutamos pela melhoria da educação de todos os alunos e alunas. A greve é necessária em razão do ataque que está sendo feito à classe trabalhadora. É tudo um conjunto orquestrado. Com essa terceirização que foi aprovada e a reforma da Previdência, o trabalhador terá de contribuir por 49 anos de forma ininterrupta para poder se aposentar. Só que agora, com a terceirização, ele fica trabalhando nove meses e depois é mandado embora. Então, quando esse trabalhador vai se aposentar? Nunca.

Estamos em greve fazendo várias ações. Já distribuimos cerca de 300 mil panfletos para a população de Belo Horizonte para conscientizá-la sobre a reforma da Previdência. Hoje teremos mais ações. Continuamos em greve pelo menos até o dia 31, até que essa reforma seja barrada. O Temer disse que tiraria os servidores municipais e estaduais da reforma, mas não queremos isso. Lutamos pelo bem comum de todos os trabalhadores. Chamo todo mundo para a luta, para conscientizarmos a população que não sabe o que está acontecendo. Fomos à Cabana do Paí Tomás, ao Morro das Pedras, à Nova Cintra. A população mais humilde infelizmente não sabe dos ataques que essa reforma promove. Chamamos todos para a luta. Nós, detentores da informação, precisamos chamar todos para a luta. Muito obrigado.

O presidente – Obrigado, Lucas. Ontem tive a chance de participar de uma mesa sobre a reforma da Previdência, na aula inaugural de psicologia, na PUC, com a Adriana Mansur, do Sind-Rede. É isso mesmo. Devemos ir para as ruas, para os bairros mais pobres, para as universidades. Temos de conscientizar todos os segmentos.

Estamos chegando ao final. Novamente queria agradecer a presença de todas e todos. Agradecemos às centrais sindicais, aos sindicatos, aos movimentos sociais, aos convidados, às convidadas e aos parlamentares. Parabéns aos deputados Leonardo Monteiro e Patrus Ananias por esta iniciativa, que possibilitou, por meio do evento e da TV Assembleia, a transmissão e propagação das ideias que gerarão a oportunidade de o Estado de Minas Gerais se ater às consequências negativas e nefastas dessa proposta. Como foi dito aqui, não se trata de uma reforma trabalhista, mas de desmonte da legislação trabalhista.

Agradeço também às assessorias dos mandatos do Patrus e do Leonardo, lá na Câmara dos Deputados, e também de nosso mandato aqui na Assembleia e dos demais parlamentares presentes. Agradeço a todo o pessoal da Assembleia Legislativa. Agradeço aos funcionários da Assembleia que, nesta semana e especialmente hoje nos ajudaram a realizar a audiência pública, que, com certeza, terá bons desdobramentos do ponto de vista da mobilização. Agradeço também a presença de todas as representações municipais, na pessoa do Alex, vereador de Pirapora, aqui presente. Enfim, agradeço a todos vocês. Agora a nossa tarefa, que já está em curso, é rua. Rua, mobilização, explicação, sensibilização. Temos de apostar na nossa capacidade de resistência e na capacidade de resistência do povo brasileiro.

A presidência manifesta a todos os agradecimentos, assim como ao presidente da Assembleia pela deferência de podermos usar hoje o Plenário para essa atividade da Câmara dos Deputados.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 27, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/3/2017**Presidência do Deputado Doutor Jean Freire**

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Palavras do Deputado Federal Padre João – Palavras do Deputado Rogério Correia – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Neivaldo de Lima Virgílio – Palavras do Sr. Glenio Martins de Lima Mariano – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento – Ordem do dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Doutor Jean Freire – Paulo Guedes – Rogério Correia.

Abertura

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a comemorar os dois anos de criação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Neivaldo de Lima Virgílio, secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário; deputado federal Padre João; Viriato Mascarenhas Gonzaga, subsecretário de Desenvolvimento Rural Sustentável, representando o secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Pedro Leitão; Glenio Martins de Lima Mariano, presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG; Ricardo Alves de Oliveira, representando o presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig, Rui da Silva Verneque; Juseleno Anacleto da Silva, coordenador-geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Minas Gerais – Fetraf-MG; Marcos Vinícius Dias Nunes, representando o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg, Wilson Luiz da Silva; Nei Zavaski, representando o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem terra em Minas Gerais – MST; e Éldio Bonomo, do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais – Consea-MG; as Exmas. Sras. Cida de Jesus, presidente do PT em Minas Gerais; Marilene Alves de Souza, da Articulação do Semiárido de Minas Gerais – ASA Minas; e Jordana Souza Cruz de Almeida, presidente da Rede Minas; e os Exmos. Srs. deputados Paulo Guedes e Rogério Correia, este autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Registro de Presença

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença, nesta solenidade, do Sr. Anderson Ferreira, superintendente de Coordenação e Representação Parlamentar da Cemig; da Sra. Darklane Rodrigues Dias, secretária municipal adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte; do Sr. Ronaldo Manassés, secretário executivo dos Fóruns Regionais do Território Metropolitano; da Sra. Cleide Hilda, subsecretária de Políticas de Igualdade Racial da Secretaria de Direitos Humanos; dos Srs. Lázaro Reis, subsecretário de Agricultura Familiar da Seda; Geraldinho, subsecretário de Acesso à Terra e Regularização Fundiária da Seda; Alexandre Chumbinho, secretário adjunto de Desenvolvimento Agrário da Seda; Antônio Idalino Teixeira, diretor

do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monte Azul; Humberto Tolentino, prefeito de Cachoeira do Pajeú; e da Sra. Renata Seidel, assessora da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes a ouvir a execução do Hino Nacional, que será apresentado pelo músico Pereira da Viola.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Federal Padre João

Boa noite a todos. Cumprimento o deputado Doutor Jean Freire, que preside os trabalhos, e o Professor Neivaldo, homenageado e secretário, em cujas pessoas cumprimento a todos da Mesa, com todo o respeito, mas é para economizar tempo.

Celebrar estes dois anos, celebrar a existência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário é celebrar uma conquista das trabalhadoras e dos trabalhadores. É uma conquista e, ao celebrá-la, também celebramos a sensibilidade e a iniciativa do governador Fernando Pimentel, que acolheu essa demanda e a implementou. Volto a dizer: é uma grande conquista das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais.

Mas tenho o dever – sou o único deputado federal nesta celebração de uma conquista – de apelar às senhoras e aos senhores sobre a possível derrota das trabalhadoras e dos trabalhadores que ocorrerá se aprovarem a PEC nº 287 na Câmara dos Deputados. Os agricultores familiares serão prejudicados, sobretudo as mulheres. Não é justo uma mulher rural trabalhar até os 65 anos, só tendo direito a parte da aposentadoria – 75% – se tiver contribuído por 25 anos ininterruptamente – a aposentadoria integral será com 49 anos de contribuição ininterruptos. É uma grande injustiça com as mulheres, na cultura machista de nosso país, levar uma família de quatro, cinco membros a fazer a contribuição individual. Uma família de quatro, cinco pessoas terá de desembolsar por mês em torno de R\$200,00, R\$250,00 só para a previdência. Nessa cultura que temos, no mês em que apertar, será justamente a mulher que não vai pagar. O marido vai dizer: “Eu pago neste mês”. E assim será agravada essa injustiça. É muito injusto.

É importante para quem acompanha pela TV Assembleia entender que não é verdade que os agricultores familiares não contribuem para a seguridade. Contribuem, e muito, mas ouvimos dizer que são um peso para a previdência. Num país com 206 milhões de brasileiros – façam essa conta, por favor –, 70% do alimento que chega às mesas é da agricultura familiar. Vocês imaginem o montante que é comercializado por dia de alimento, e 2,5% vão para a seguridade. Se um rural com menos de 10ha produz 100 litros de leite por dia – isso é somente um item da agricultura familiar –, ele já contribui com cerca de R\$60,00, R\$70,00. Não é justo e não é verdade dizer que o agricultor familiar não contribui. É ele que está sendo injustiçado.

Vocês vão entender que, ao celebrar uma conquista, devo fazer esse apelo justamente nesta primeira fala porque é algo que está na nossa agenda. Parabéns, Professor Neivaldo, secretário, que tem um papel muito importante no diálogo com as entidades de classe. Naquele 15 de fevereiro, Marquinho, a Fetaemg abriu esse manifesto do campo para a cidade, e mais de 80 mil trabalhadores ocuparam as gerências de INSS. O 8 de março, Dia Internacional da Mulher, também foi importante. Estamos aqui celebrando uma importante conquista, mas, para continuarmos fazendo valer os direitos dos agricultores, para não haver perdas, nossa luta tem que continuar. Todas as trincheiras, todas as lutas das entidades de classe são importantes para firmarmos pé e fazermos outras conquistas – jamais perdas.

Parabéns, Professor Neivaldo! Esses parabéns se estendem ao governador Fernando Pimentel, que teve a sensibilidade de acolher as demandas dos movimentos sociais, da Fetraf, da Fetaemg e também da Via Campesina como um todo. Parabéns por ter essa secretaria a serviço dos mais pobres, dos agricultores, que garantem, de fato, alimentos sem agrotóxicos, sem venenos na mesa do nosso povo; alimentos que garantem saúde e vida para o nosso povo. É uma alegria celebrar com vocês.

Palavras do Deputado Rogério Correia

Boa noite a todos os companheiros e todas as companheiras. Permitam-me cumprimentar os membros da Mesa. Deputado Doutor Jean Freire, representando o presidente Adalclever Lopes, agradeço-lhe por, prontamente, substituindo o presidente, aceitar presidir a nossa reunião. É uma honra tê-lo aqui representando o Vale do Jequitinhonha, que tudo tem a ver com a nossa agricultura familiar. Nosso secretário de Desenvolvimento Agrário, Professor Neivaldo, obrigado pela presença. Exmo. Sr. Deputado Federal Padre João, obrigado. O Padre João é o pai da agricultura familiar em Minas. A Dilma é a mãe do PAC, e o Padre João é o pai da agricultura familiar. É um prazer tê-lo aqui, Padre João. Cumprimento Viriato Mascarenhas Gonzaga, subsecretário de Desenvolvimento Rural Sustentável, representando o Sr. Pedro Leitão, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o companheiro Glenio Martins de Lima Mariano, presidente da Emater-MG, que também foi nosso 1º-secretário da Secretaria de Desenvolvimento Agrário; o companheiro Ricardo Alves de Oliveira, representando o Sr. Rui da Silva Verneque, presidente da Epamig; Jordana Souza Cruz de Almeida, presidente da Rede Minas; Juselino Anacleto da Silva, coordenador-geral da Fetraf-MG – obrigado pela presença da Fetraf; o companheiro Marcos Vinícius Dias Nunes, representando o Sr. Wilson Luiz da Silva, presidente da Fetaemg – obrigado, Marquinhos; Marilene, da Articulação do Semiárido de Minas Gerais, a ASA, cuja presença agradecemos. Marilene, desculpe-me, onde está ela? É a Leninha. Já não enxergo direito, e a Leninha ainda vem como Marilene. É a Leninha, da ASA Minas. E temos ainda o Nei Zavaski, representando o MST – prazer, Nei; a companheira Cida, presidenta do PT, minha presidenta; e o Élido, presidente do Consea, de quem tive a honra de ser companheiro na época em que eu era delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Queria cumprimentar cada um, cada uma, e me permitam não citar mais nomes: estou vendo tantas lideranças e representantes da secretaria e dos movimentos sociais.

O Padre João iniciou uma explicação da importância desta homenagem que solicitei que remete à importância da existência da secretaria. Aqui estão os elementos do movimento social do campo e também do Parlamento que mais lutaram para que esta secretaria fosse criada, assim que o nosso governador Fernando Pimentel assumiu o governo de Minas. Criar uma secretaria em épocas como a de agora é sempre polêmico, pois há uma concepção conservadora de que tudo destinado aos mais pobres é excesso, e o Estado deve ser enxuto. É engraçado que só enxugam aquilo de que os mais pobres precisam. E falar em criar uma secretaria para os mais pobres em uma época destas parecia blasfêmia: como criar mais uma secretaria se já existem tantas e estamos falando em extinguir e enxugar? Mas nós criamos duas fundamentais: a de Direitos Humanos e a de Desenvolvimento Agrário, ou seja, duas secretarias que olham pelos mais pobres, pelos negros, pelas mulheres, pelos homossexuais e envolvem uma série de outras questões fundamentais na vida das pessoas, dessas minorias. E o Fernando Pimentel, nosso governador, teve a coragem de criá-las.

Foi corajoso o ato de criar a Seda. Sua criação estava no caminho de fazer com que Minas Gerais estivesse com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, cujo ministro, na ocasião, era o nosso deputado federal Patrus Ananias, ou seja, seria uma repercussão no Estado das políticas públicas implementadas por aquele ministério. Então, o nosso sonho era que o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA –, nacional, tivesse aqui repercussão na secretaria por verbas nacionais do PAA, do Pnae, do Pronaf, da reforma agrária, do crédito fundiário, do Luz para Todos, do Bolsa Família, enfim, de todos esses programas do campo que nos são fundamentais – tantos programas criados na época do presidente Lula e, depois, da presidenta Dilma. A Seda era o caminho natural, portanto, para trazeremos para Minas Gerais tantos programas que, em nível nacional, eram sucesso e poderiam ser ampliados aqui.

Porém, quis o destino – que, na verdade, não é construído apenas pelos desígnios de Deus, mas também pela história – que um golpe de estado elaborado pelas elites dominantes tirasse do governo a presidenta Dilma, com o aval do Ministério Público, do STF, do parlamento conservador, o Congresso Nacional. Por meio do golpe, a presidenta saiu e, no dia seguinte, os pobres começaram a perder. Entre as perdas imediatas, está a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que tinha *status* de ministério e que aqui tínhamos também criado. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, citado aqui pelo Padre João, imediatamente foi extinto, como um brinde, um presente, um mimo – mais um – aos latifundiários e ao agronegócio; apenas eles passaram a ter seu ministério, como era antigamente. Ou seja, aos pobres, mais nada, era preciso acabar com as conquistas sociais no campo.

Portanto, infelizmente, tivemos a perda do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Isso torna a Seda ineficaz ou menos necessária? Ao contrário. Fica aqui um bastião das políticas públicas da agricultura familiar, com menos recurso do que gostaríamos, porque o recurso fundamental vem do governo federal. Mas fica aqui um bastião da luta e das políticas públicas a serem aplicadas em Minas Gerais na inexistência do Ministério de Desenvolvimento Agrário. E mais necessária ainda se torna a Seda.

Por isso, esta homenagem se torna mais necessária, porque vamos reaver o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Mais cedo ou mais tarde, muito mais cedo do que os golpistas pensam, porque as ruas já estão cheias e o movimento social já está retomando a sua condição de dirigente para recuperar o direito dos trabalhadores e retomar a democracia para o Brasil, teremos de volta o Ministério de Desenvolvimento Agrário e a democracia no Brasil. Portanto, esta homenagem também se faz necessária como uma etapa da luta.

Neste domingo, vimos o fracasso do golpe. Poucos gatos pingados, que ultimamente chamam-se coxinhas e antigamente chamavam-se vassalos da burguesia ou coisa parecida – coxinha é um nome mais sutil dado a eles agora –, poucos ainda renitentes foram às ruas pedir mais perda para os trabalhadores e mais retrocesso, mas foram tão poucos que tenho certeza de que agora, dia 31, vamos encher as ruas e só vamos sair de lá com a reconquista da democracia. A CUT e as centrais sindicais acabam de marcar para o dia 22 de abril a greve geral nacional, que será construída, cuja data esperamos ser a data limite para que o golpe seja questionado e o Fora Temer se torne uma realidade no Brasil. O Fora Temer, portanto, também faz parte deste debate que fazemos aqui hoje. “Fora, Temer!” é o grito que temos ouvido na nossa sociedade.

Aqui estão os companheiros e companheiras que lutaram para que esses programas, que vão ser lembrados aqui, os quais a secretaria tem desenvolvido, Neivaldo, e vocês poderão nos dar a oportunidade de falar sobre eles, de fato tenham continuidade, como o Pró-Pequi, as barracas e a regularização fundiária que teremos de fazer. Quem sabe, pela primeira vez na história de Minas Gerais, como dizia o Lula, vamos tomar as terras que estavam com os monopólios de eucalipto e devolvê-las ao nosso sertão, aos nossos sertanejos, para que o agroextrativismo de novo possa viver, para que possam jorrar águas e nascentes. É uma expectativa que temos com a Seda.

A responsabilidade dos companheiros é muito grande, do Neivaldo, como nosso secretário, chefiando a secretaria; e do Glenio, que foi para a Emater, um companheiro que veio da Seda e tem no sangue a agricultura familiar. Então temos a junção da Seda com a Emater, o que fortalece a capacidade de desenvolver políticas públicas, quem sabe até criar um crédito fundiário mineiro, visto que o deputado federal que representa o governo do Temer na agricultura nos tirou, para dizer uma palavra mais forte, o crédito fundiário de Minas Gerais e o levou para Brasília para não realizar absolutamente mais nada, apenas para anular mais uma conquista do agricultor familiar mineiro.

Então, pessoal, a Seda, a atual secretaria, é uma chama importante que está acesa, e fazer homenagem à Seda é fazer homenagem à luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e agricultores familiares. Parabéns a todos vocês. A luta continua. Sempre na luta e fora, Temer!

Entrega de Placa

O locutor – Neste momento, o deputado Doutor Jean Freire, representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes, e o deputado Rogério Correia, 1º-secretário desta Casa e autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, farão a entrega de placa alusiva a esta homenagem ao secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Professor Neivaldo. A placa contém os seguintes dizeres: (– Lê:) “A terra é um dos bens mais preciosos de uma sociedade, porque é fonte de sustento e vida. Por essa razão, foi criada em 26/3/2015, pela Lei nº 21.693, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda –, que tem, entre seus objetivos, fortalecer a agricultura familiar, propiciar o uso sustentável da terra e de seus recursos e promover inclusão socioeconômica. Ao longo de sua existência, a Seda, fiel aos seus propósitos, tem sido fundamental na preservação do meio ambiente e na promoção da cidadania e da dignidade da vida no campo. A Assembleia

Legislativa de Minas Gerais, ao reconhecer a importância da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário para o Estado e para o País, rende a ela justa homenagem pelos dois anos de sua criação”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Neivaldo de Lima Virgílio

Boa noite a todos e a todas. Boa noite, pessoal. Primeiramente, fora, Temer! A minha fala será mais de agradecimento, porque o Padre João e o Rogério já fizeram um pouco da análise da conjuntura. Quero começar agradecendo a Mesa, porque nela só encontramos camaradas, pessoas realmente envolvidas nessa luta.

Agradeço ao deputado Rogério Correia a brilhante ideia de homenagear os dois anos dessa secretaria, que é o símbolo de resistência do nosso governo. Obrigado, Rogério. Eu e o deputado Rogério temos a mesma trajetória, por isso me espelho nele: professor, Sind-UTE, atuante na agricultura familiar. Então, temos acompanhado, um pouco, essa história.

O deputado Doutor Jean Freire não me esperou em sua cidade, no sábado, mas estive no Vale comemorando o aniversário da Seda, que foi ontem. Estivemos em Araçuaí e em Berilo, junto com o nosso povo quilombola. Está aqui o vereador Aguiar, um quilombola também. Estivemos com esse povo, ontem, em Angelândia. Foram momentos especiais, comemorando o aniversário de dois anos da Seda.

O Padre João, nosso deputado federal, como o Rogério bem disse, é muito conhecido. Ouvi, no Norte de Minas e no Jequitinhonha, nesse final de semana, nomes de deputados e principalmente o do Padre João, que é um grande defensor da agricultura familiar. Então, reafirmamos o seu compromisso, Padre João.

Também estive com várias pessoas que levam o nome do deputado Paulo Guedes naquela região.

Estivemos em Rio Pardo de Minas, na semana passada, com a equipe do André e com os nossos subsecretários.

Quero agradecer ao Nei Zavaski, que está representando o Movimento dos Trabalhadores sem Terra em Minas Gerais – MST; a direção estadual; o Ênio, que não pôde estar aqui hoje. Leve o nosso abraço a toda a direção e a todo o movimento do MST.

Agradeço ao nosso companheiro Glenio Martins – já foi dito aqui – a oportunidade de dar continuidade ao trabalho que iniciou como secretário. Hoje, ele é presidente da Emater.

Agradeço à Jordana, presidente da Rede Minas, a sua presença. É muito importante que a Rede Minas esteja presente aqui e no campo, mostrando um pouco para o nosso povo o que é a agricultura familiar.

Quero agradecer a presença do grande camarada Ricardo Alves, representando o Prof. Rui Verneque, presidente da Epamig; do Viriato Mascarenhas, representando o Sr. Pedro Leitão, secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Juselino, da Fetraf. É um prazer ter o companheiro Juselino aqui conosco. A Fetraf é um braço importantíssimo. Sem a Fetraf e sem a Emater não conseguimos caminhar. A Epamig, a Seapa, a Emater e outras empresas são importantíssimas.

Agradeço a presença do Lelinho, Éldio Bonomo, do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais – Consea. Na sua pessoa, agradeço a todos os conselheiros e conselheiras do Consea, que estão aqui nesta noite, depois de trabalharem o dia todo. Muitos viajaram a noite toda, entendendo a importância da Seda, e estão aqui nesta noite. Muito obrigado por esse esforço.

Quero agradecer também ao Marquinhos. Falei da Fetraf. A Fetaemg, representada pelo seu presidente, Vilson, é outro braço importantíssimo para conseguirmos chegar aos nossos agricultores e agricultoras. Agradeço à Leninha, da ASA, também companheira da Cedraf e do Consea. Aliás, não do Consea, não é, Leninha? Você foi convidada hoje, não é? Ela estava no Consea como convidada, colaborando como sempre. Agradeço à nossa presidenta do PT, Cida de Jesus. É um prazer tê-la conosco também, haja vista que essa história da Seda representa a luta da esquerda e dos movimentos sociais.

Acho que falei de todos e de todas da Mesa. Está presente também o Allan Silveira, representando a ASA; a Cleide Hilda, que foi embora, mas digam a ela que foi citada como representante da Sedpac. Ela é a subsecretária de Política de Promoção da Igualdade Racial, também grande defensora das comunidades e dos povos tradicionais. Agradeço também ao nosso grande Pereira da Viola, a quem ouviremos mais um pouquinho, que executou o Hino Nacional. Queremos agradecer muito ao deputado Doutor Jean Freire, que conseguiu com que o Pereira da Viola viesse esta noite abrilhantar esta nossa festa. Agradeço ao Ronaldo Manassés, secretário executivo dos Fóruns Regionais, que também está ali. Agradeço à Fabíola, nossa diretora técnica de Infraestrutura Rural da Emater; ao João D'Ángelo, diretor técnico da Emater; e à Renata, representante da Seplag, que está aqui e ainda não fugiu.

Peço desculpas àqueles e àquelas que não citei. Como eu disse, este é um dia de agradecimentos. Primeiro, gostaria de agradecer àqueles e àquelas dos movimentos sociais, principalmente os que estão aqui representados, que construíram a secretaria. O nosso governador, ao assumir, disse “ouvir para governar”. O apelo dos movimentos sociais e do povo envolvido com a agricultura familiar era pela constituição da Secretaria de Desenvolvimento Agrário – Seda. O “ouvir para governar” deu origem à construção, à criação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Gostaríamos de agradecer a vocês dos movimentos sociais que estão aqui esta noite, pois foi por causa desse apelo que tivemos hoje a honra de completar dois anos.

Gostaria de agradecer mais uma vez ao companheiro Glenio, que foi o primeiro secretário; ao companheiro Bacu e ao companheiro Danilo, subsecretários; e à companheira Fabíola, secretária adjunta, que, com outros companheiros cujos nomes não dá para citar – e alguns não estão mais na secretaria –, construíram, deram origem, iniciaram todo esse processo da secretaria que homenageamos neste momento. Digo esses nomes, pois ninguém faz nada sozinho. Não faço nada sozinho, sou simplesmente um secretário, só isso. O restante de tudo que acontece e que é construído é por meio desse povo que está aqui.

Quero agradecer aos nossos subsecretários que hoje estão comigo e ao Alexandre Chumbinho, nosso secretário adjunto – juntos, temos buscado construir ou dar continuidade a essa história; ao Geraldinho, nosso subsecretário de Acesso à Terra, que esteve no Meio Ambiente e, hoje, com o seu conhecimento, complementa. Quando vamos a campo, o Geraldinho não só é subsecretário de Acesso à Terra e não fala somente da agricultura familiar, mas também concilia o seu conhecimento de meio ambiente.

Agradeço também ao nosso companheiro Lázaro, que está na Subsecretaria de Agricultura Familiar – SAF –, que veio também da extinta Ruralminas e traz na sua bagagem não só o conhecimento, mas também o amor por essa bandeira da agricultura familiar. Agradecendo ao Lázaro e ao Geraldinho, agradeço a cada uma e a cada um que compõe essas subsecretarias. Agradecendo ao secretário adjunto, agradeço a toda a equipe que compõe a organização junto com o Chumbinho – não quero falar secretaria adjunta porque é uma secretaria só, mas que compõe a nossa secretaria.

Quero agradecer à Ascom e parabenizá-la por este último filho muito bonito – e aqui um pouco da nossa história – e tudo o que faz; à Asplam que planeja; ao SPGF que tem um papel importantíssimo dentro da secretaria; à Asjur, que é a nossa assessoria jurídica; à nossa auditoria setorial; e às nossas assessorias institucionais, que compõem o gabinete. Quero agradecer a cada um e a cada uma que compõe essas assessorias. Sem vocês, a secretaria não é nada. Costumo dizer sempre que o bom das secretarias e de cada parte deste todo são pessoas extremamente entusiasmadas, que acreditam no projeto e vão para o campo e voltam com mais energia como neste final de semana. Então, é isso que nos dá realmente vontade, bagagem e força principalmente neste momento que vivenciamos, o momento de resistência.

Gostaria imensamente de agradecer a todos e a todas vocês que compõem a nossa secretaria. Além disso, de fazer referência ao Coletivo Maria Senhorinha de Lima. As mulheres, Rogério, da Seda construíram o primeiro coletivo de mulheres na Cidade Administrativa. Através dele elas conseguem... Aqui, mais uma vez, agradeço à Fabíola, que começou todo esse processo de construção desse coletivo, que consegue pôr como prioridade a luta das mulheres. Em cada ação da secretaria e em cada edital, colocamos como prioridade sempre a questão das mulheres como eixo principal. Então, parabéns, mulheres da secretaria, que construíram esse coletivo e sabem que têm o nosso apoio irrestrito nessa luta e bandeira de vocês. Parabéns.

A nossa secretaria também tem a honra de ter um quilombola no gabinete do secretário. Esse quilombola esteve comigo neste final de semana em alguns quilombos e busca levar e colocar também como princípio dentro da secretaria a luta dos povos e das comunidades tradicionais – quilombola, indígena, geraizeiro – enfim, todas essas comunidades tradicionais dentro da nossa secretaria.

Isso é um pouco do que é a nossa secretaria. Eu gostaria, sobretudo, de agradecer ao nosso governador, Fernando Pimentel, que me deu a oportunidade de estar na Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Apesar da minha defesa irrestrita à educação e de levar professor em meu nome parlamentar, Professor Neivaldo, não poderíamos estar em uma secretaria melhor. É uma secretaria do nosso povo, do povo simples, do povo sofrido, do povo que luta no semiárido, que luta no Noroeste, que tem tantos conflitos no Triângulo Mineiro, que resiste na agricultura urbana da região metropolitana. Realmente, é uma secretaria sem igual. Agradeço ao governador Fernando Pimentel a oportunidade de estar nessa secretaria.

Eu disse que ia muito mais agradecer, mas não posso deixar de registrar que temos nos empenhado muito. É uma pauta do secretário adjunto e do subsecretário Geraldinho a regularização fundiária. Para nós, é importantíssimo o processo de regularização fundiária do nosso estado. É uma vergonha aquilo que encontramos no Estado. Não vamos conseguir dar dignidade e cidadania para o nosso povo do campo se não fizermos a regularização fundiária. Temos trabalhado muito para isso e contado com muitos parceiros, entre eles o Padre João, que já colocou emendas no ano passado e novamente neste ano para a regularização fundiária.

O Ministério Público tem o trabalho com o projeto Desenvolver, e a própria secretaria, o próprio governo tem uma missão de regularização fundiária. Temos títulos que serão entregues em abril – são quase ou mais de 500. Esse é um processo importantíssimo para nós.

Além dele, regularizando a terra, temos outras políticas. Há o Circuito Alimentação, 12 mil famílias no Brasil sem Miséria, 50 mil famílias no Garantia-Safra e editais para produção sustentável. Estamos entregando, ainda, seis salas de prova de café, importantíssimas para a nossa agricultura familiar. Temos um olhar especial para o *slow food* dentro da nossa gastronomia. Queremos que as pessoas realmente tenham cidadania no campo e trabalhamos para isso. Para nós, comer é um ato político; comer bem é um ato político. Para nós, é muito rica a preocupação com o processo de alimentação saudável.

O Consea está aqui. Queremos que as pessoas, queremos que os nossos alunos – por meio do Pnae – e que a agricultura familiar se fortaleçam e que tenhamos alimentos saudáveis em nossa mesa. Comer é um ato político. Todas essas ações fazem parte da política de comer bem.

Há um grandioso esforço para o fortalecimento da agricultura familiar, para o fortalecimento da mulher no campo, o fortalecimento da sucessão rural. Queremos que a nossa juventude permaneça no campo, e esta só ficará se tiver dignidade.

Para terminar, acompanhando o que disseram o Padre João e o Rogério, não podemos deixar de ressaltar o nosso esforço para que em Minas não haja retrocesso. Acabaram com o MDA, que nos era um ministério muito caro; a cada dia investem menos em Ater; como já dito, tiraram de nós a regularização do Crédito Fundiário, que está parado; como me dizia o Alexandre, a cada dia o Incra tem menos ações em nosso estado; no novo censo rural, tiraram praticamente todos os questionários relacionados a agricultura familiar e os quesitos de raça e gênero; aprovaram a lei da pulverização aérea, que o Padre João tanto combate – só fica agrotóxico. Então, estamos tendo um grande ataque à agricultura familiar em nosso país. O pouco que conquistamos com muita dificuldade nos governos Lula e Dilma está sendo retirado. Aí vem a terceirização, que ataca principalmente as mulheres, que não terão sequer o direito a licença-maternidade, e nos atacam com a reforma da previdência, fazendo com que morram as mulheres e os homens no campo, pois não vão conseguir se aposentar.

Diante desse cenário, que é mais aterrorizador a cada dia, em Minas Gerais temos um governo que ainda dá sustentação à agricultura familiar, por meio da nossa secretaria. Nosso governador disse publicamente que aqui não faremos a reforma da previdência e que não vamos negociar dívida à custa do funcionalismo público. Vamos resistir, e a secretaria é uma demonstração de resistência. Por isso, conclamo todos os movimentos sociais presentes a ocupar a secretaria. Que nos ocupem; que ocupem os nossos

subsecretários, o secretário adjunto e todos aqueles e aquelas que compõem essa secretaria; que nos tragam tarefas. Acreditamos na agricultura familiar; acreditamos nesse povo que está aqui e nas lideranças que estão nesta Mesa.

Hoje temos a responsabilidade de defender a agricultura familiar e queremos fazê-lo. Parabéns pelo dois anos da Seda. Parabéns àqueles e àquelas que construíram essa secretaria. Nós, que chegamos depois, também temos esse compromisso de fortalecer a agricultura familiar, e não teremos sábado, domingo ou feriado. Queremos estar no campo, queremos estar em todas as regiões, queremos estar nos 853 municípios deste estado, defendendo a agricultura familiar. Parabéns! Vamos à luta!

Quero entregar ao Rogério o balanço da nossa secretaria dos anos de 2015 e 2016.

– Procede-se à entrega do documento.

O locutor – Com a palavra, o deputado Doutor Jean Freire, representando o deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa.

O presidente – Antes de fazer uso da palavra, gostaria de pedir ao companheiro Glenio Martins, peça fundamental para que chegássemos até aqui, que faça uso da palavra. Por gentileza, Glenio.

Palavras do Sr. Glenio Martins de Lima Mariano

Boa noite a todos e a todas. É um prazer enorme rever esses rostos tão amigos, tão parceiros, companheiros e companheiras. Serei bem breve. Quero cumprimentar o deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade de comemoração de dois anos; o deputado Doutor Jean Freire, amigo e irmão, representando o deputado Adalclever Lopes, presidente desta Casa; e o Professor Neivaldo, secretário de Desenvolvimento Agrário, meu amigo. Resgatarei um pouco da memória mais do ponto de vista de detalhes, não a memória toda.

Lembro que, há dois anos, estávamos no gabinete do deputado Rogério Correia – o deputado federal Padre João, como disse o deputado Rogério Correia, é o pai da agricultura familiar; se padre pode ser pai, ele será, então, da agricultura familiar, pois o que ele produziu aqui de legislação é sensacional – e discutíamos a reforma administrativa do Estado de Minas Gerais, que visava a reduzir custos e a atender, principalmente, ao nosso programa de governo, que era da agricultura familiar, dos direitos humanos, dos povos das comunidades tradicionais e do desenvolvimento rural sustentável. Eu estava no gabinete do deputado Rogério Correia com vários amigos, entre eles o André Marinho, a Fabíola, o João D'Ángelis, o Tizé e o Soró, vendo a votação. Vimos o deputado Rogério Correia, nesse lugar onde estou hoje, defendendo brilhantemente a reforma administrativa do Estado de Minas Gerais e a criação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário. Confesso que poucas vezes na minha vida, Chumbinho, senti tanto frio na barriga como naquele momento. Tive a honra de poder participar daquilo.

Avançamos muito, Neivaldo. Pegamos um Estado com um passivo de regularização fundiária. Quando assumi a secretaria, eu me lembro de que fui ao galpão da Ruralminas pegar os processos de regularização, André, e percebi que alguns estavam guardados em sacos de lixo, há mais de 10 anos. E as pessoas ficavam perguntando: “E o meu título de regularização? Fui cadastrado duas, três, quatro vezes, mediram a minha terra, eu tive de pagar taxa”. Mas os processos estavam guardados em sacos de lixo pretos. Eu também me lembro de que, naquela ocasião, perguntavam para que criar outra secretaria. Vou dizer que existe uma pobreza intelectual das pessoas que faziam essa pergunta. Uma coisa é o nosso sistema do qual hoje eu faço parte pela segunda vez, pois também fui subsecretário da Secretaria de Estado de Agricultura. Então, o sistema foi pensado, principalmente, para fortalecer e executar a política de defesa agropecuária, que é importante para o País. Também queríamos executar as políticas de pesquisa em agropecuária, porque no nosso setor ela não pode apenas ser feita pela iniciativa privada. Os poucos avanços que temos na agroecologia e na agenda de desenvolvimento sustentável devem ser públicos, porque não podemos depender da iniciativa privada e das grandes companhias que querem, cada vez mais, comercializar defensivos e criar calendário para o produtor. Mesmo que o produtor não tenha aquela praga na sua lavoura, obviamente estará sujeito a cumprir calendário ou será submetido a multa. Então, o sistema de desenvolvimento agropecuário é esse.

A Secretaria de Desenvolvimento Agrário que comemoramos aqui tem foco na regularização fundiária rural. Temos um passivo de impressionar. No século XXI, Neivaldo, devemos assinar título de regularização fundiária à mão. No século XXI, o governador de um estado do tamanho de Minas Gerais deve assinar o título.

Chegou sonda no sistema solar, e não conseguimos dar conta do nosso ordenamento fundiário rural. Isso é um absurdo. Descaso dos governos anteriores, que corajosamente, em parceria com o Ministério Público, com a Fetaemg, com a Fetape, com o MST, com a Asa... E encaramos.

Você, secretário Neivaldo, tem dado muita atenção a essa agenda, e as pessoas sabem da importância dela, independentemente de quem precisa ou não do título.

A segunda medida seria fortalecer a renda do agricultor familiar. Superamos aquela visão arcaica de que a agricultura familiar é simplesmente para a subsistência. O governador Fernando Pimentel dobrou o valor de recursos para a merenda escolar no Estado de Minas Gerais. Numa ponta, Eduardo Leal, temos estudantes com possibilidades de ser mais bem nutridos e, na outra, temos o maior mercado institucional de merenda escolar do Brasil, um mercado poderosíssimo de mais de R\$300.000.000,00 – a Emater, a Seda e a Secretaria de Educação criaram um portal.

Poderia citar aqui “n” ações: criamos o PAA familiar; demos uma bombada no programa de feiras rurais, no programa de feiras livres; fizemos um decreto da reforma agrária – quebramos um ciclo de silêncio e omissão do Estado com relação a esses conflitos. Mas ainda temos muito a avançar. É preciso, cada vez mais, articulação permanente da assistência técnica e da extensão rural. Falo como presidente da Emater e tenho muita honra – estão ali meus colegas Godrin; Magrim; Eunice, que estava aqui; Dr. João Dávila; Fabíola e vários outros que abraço – de Minas Gerais ter a maior empresa de extensão rural do Brasil e da América Latina. Chumbinho, é preciso cruzar mais extensão rural, pesquisa, fomento, regularização fundiária. Tenho certeza de que, aos pouquinhos, estamos transformando a vida do agricultor familiar.

Por fim, não podemos deixar de falar que é preciso reforçar o sistema de habilitação sanitária, não é, Gilson? Sabemos que muitas das agroindústrias familiares e das cooperativas também não conseguem tocar para frente. Temos um monte de empreendimentos parados em Minas Gerais que foram irresponsavelmente criados nos governos anteriores e que não funcionaram justamente por não observarem a legislação sanitária e a legislação que permite a comercialização desses produtos.

É uma honra estar aqui com vocês, com meus amigos, com meus irmãos e com todos que fazem e fizeram parte da secretaria em cada dia, desde a sua fundação. Por fim, honra-me muito ter sido o primeiro secretário de Desenvolvimento Agrário da história de Minas Gerais, mas me deixa muito mais alegre não ter sido o último ou o único. Obrigado e boa noite a todos.

Palavras do Presidente

Boa noite a todas e a todos. Boa noite! Gostaria de cumprimentar o Exmo. Sr. deputado Rogério Correia, 1º-secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, meu companheiro e amigo, e parabenizá-lo pela chamada a esta reunião; o Exmo. Sr. Neivaldo, secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, meu companheiro, colega e amigo – parabéns pelo belíssimo trabalho desenvolvido à frente da secretaria; o deputado Paulo Guedes; o deputado federal Padre João, nosso companheiro e amigo, que também vem desenvolvendo um trabalho de luta e força há muito tempo junto à agricultura familiar e às trabalhadoras e aos trabalhadores rurais; o Exmo. Sr. Viriato Mascarenhas Gonzaga, subsecretário de Desenvolvimento Rural Sustentável, representando o Pedro Leitão, secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Sr. Glenio Martins, presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater –, meu amigo e companheiro; o Ricardo Alves de Oliveira, representando o presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig; o nosso companheiro Ricardo, representando o Idene – muito obrigado pela presença, Ricardo; a Sra. Jordana Souza Cruz de Almeida, presidenta da Rede Minas; o Sr. Juscelino Anacleto da Silva, coordenador-geral da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Estado de Minas Gerais; e o Sr. Marcos Vinícius Dias Nunes, representando o Sr. Vilson Luiz da Silva, presidente da Fetaemg. Estivemos ontem com

os trabalhadores e trabalhadoras rurais de Padre Paraíso. Muito obrigado pela sua presença aqui, Marcos. Gostaria de cumprimentar a Sra. Marilene Alves de Souza, a Leninha, que teve que sair agora. Um abraço grande na Leninha, que é uma geraiseira de luz e de força. É um prazer imenso tê-la hoje conosco. Gostaria de cumprimentar Nei Zavaski, representando o MST; a Cida de Jesus, presidenta do Partido dos Trabalhadores em Minas Gerais, o nosso partido. Muito obrigado, Cida, por estar aqui presente. Como disse o companheiro Neivaldo e o companheiro Rogério, o nosso partido tem tudo a ver com agricultura familiar. Gostaria de cumprimentar ainda o Sr. Éldo Bonomo, do Consea de Minas Gerais, e a companheira Fabíola – muito obrigado pela sua presença; você faz parte dessa luta. Cumprimento todos os funcionários da secretaria. Cada um de vocês tem uma participação importantíssima para que possamos avançar cada vez mais. Gostaria de cumprimentar o meu amigo e companheiro de luta, Pereira da Viola. Tinha que ser oriundo do Jequitinhonha e do Mucuri. Quilombola, tive a felicidade de estar na sua comunidade algumas vezes e ver aquele povo que faz tão bem a agricultura familiar. Muito obrigado, companheiro, por estar aqui presente.

Gostaria de dizer a vocês que, nesses dias que precederam este momento, como faço todo final de semana, fui até o interior, até as bases. Esse final de semana foi interessante para estarmos aqui comemorando dois anos. Na sexta estive no acampamento Serrador, em Francisco Sá; dormi com os companheiros em Itapeva e tive a felicidade de estar com eles no sábado e depois ir ao acampamento do Mab, em Vale das Cancelas. No domingo estive com 500 trabalhadores e trabalhadoras rurais na cidade de Padre Paraíso e, em Carai, mais precisamente na comunidade de Ponto do Marambaia, com trabalhadores e trabalhadoras rurais e vi tudo de perto.

Venho do campo. Sou filho de trabalhador e trabalhadora rural, cresci nesse meio. Meus pais tiveram que deixar a terra para que pudéssemos estudar na cidade. Até hoje, quando vejo os ônibus amarelinhos chegarem à cidade, fico um pouco triste. Fazemos festa, entendemos que é necessário, mas dói na gente ver os alunos nos ônibus amarelinhos, indo para a cidade, porque o correto seria a escola ir até eles, a escola estar no campo, e não o oposto. Como faço todo final de semana, gosto de ir até onde as pessoas estão para vê-las plantar e produzir. Saí de lá com muito mais força do que cheguei. Saí de lá muito mais rico do que cheguei. Além dos produtos sem agrotóxicos que trouxe de lá, trouxe muita esperança, muita luz, muito mais força para lutar por aqueles companheiros que, com todos os avanços, ainda hoje sofrem muito. Sofrem pela dificuldade de acesso a água. Vemos água sobrar para a mineração, vemos água sobrar para o plantio de eucaliptos, mas ainda temos falta de água para a agricultura familiar.

Vi brotar de novo uma nascente, em Vale das Cancelas, que existiu há muitos anos e desapareceu com o plantio de eucalipto. Prova viva. Não queremos fazer aqui um discurso puramente contra o eucalipto, mas temos de respeitar mais o meio ambiente. O papa Francisco, mais uma vez, fez um discurso muito importante: “Os rios não bebem sua própria água, as árvores não comem seus frutos, a natureza vive para os outros. Como é difícil viver para os outros”.

É penoso e triste vermos nessa situação os trabalhadores rurais, aqueles que são responsáveis por 70% do que comemos, sejamos deputados, sejamos empresários, sejamos médicos, sejamos professores. Eles são importantes, mantêm o motor da economia. Se não fosse a agricultura familiar, a crise estaria bem pior. Ver faltar a eles o essencial ainda dói muito, e temos de fazer políticas sérias, capazes de segurar a água nesses lugares. Em muitos ambientes desses, companheiros, não podemos dizer que não chove, mas chove em um curto espaço de tempo, e a água vai-se embora. Portanto, precisamos de políticas que segurem a água nesses espaços.

Como médico, já atendi pessoas que, com 102 anos, estavam procurando o médico pela primeira vez, pois nem sempre precisamos de um médico, podemos passar a vida sem precisar de um; nem sempre precisamos de engenheiros, podemos passar a vida sem precisar de um. Entretanto, precisamos do agricultor familiar no mínimo três vezes por dia: no café da manhã, no almoço e no jantar.

Por isso, meus companheiros, fico muito feliz hoje por esses dois anos. Dizia ao companheiro Rogério Correia, quando o Glenio estava falando de sua tensão no momento da votação, que vimos este espaço aqui da tribuna ser usado para dizerem que era um gasto imenso criar essa secretaria. Entretanto, não era gasto ter escritório no Rio de Janeiro, nem usar o avião do governo para ir

ao Rio de Janeiro, nem ter escritório em Brasília. Pensar nos mais pobres, porém, era gasto. Aquele foi um dia tenso, mas coroadado de esperança e de algo muito belo. Vimos essas galerias lotadas de trabalhadores rurais, vibrando com algo que nascia muito forte.

Já fiz muitos partos por esse interior, pelo Vale do Jequitinhonha. Tenho a secretaria ainda como um bebê. Ela nasceu, foi e está sendo atendida nos seus primeiros anos de vida, está sendo nutrida; ela ainda é uma criança, vai se tornar adolescente, jovem e cada vez mais experiente. Se Deus quiser, ela permanecerá com uma política voltada para aqueles que mais precisam.

É um prazer imenso para mim estar aqui hoje representando o nosso presidente Adalclever Lopes, que tem sido nosso parceiro na Assembleia Legislativa. Queria agradecer-lhe esta oportunidade de o representar e presidir esta sessão. Cheguei hoje aqui às 6 horas, vindo do Vale do Jequitinhonha, com muita alegria, mesmo, de estar com vocês; fiz questão de estar aqui e participar com vocês. Queria, então, dizer meu muito obrigado ao presidente Adalclever Lopes.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais tem grande satisfação em homenagear a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda – no momento em que a instituição completa dois anos de atividades, levando a cidadania ao campo. A criação da Seda em 2011 atendeu a histórica reivindicação dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar. O governo Fernando Pimentel, com sensibilidade, deu a devida importância àqueles que garantem a subsistência dos mineiros e mineiras. A Seda tem-se notabilizado, entre outros pontos, pelo reconhecimento das demandas da agricultura familiar diante do setor agrícola como um todo; com as políticas públicas estabelecidas pelas secretarias, os produtores e produtoras rurais têm tido mais acesso à água, à terra, à educação, e tudo isso se reverte em produção de alimentos saudáveis e em consequente desenvolvimento social. Além disso, a Seda atua com a missão de promover o desenvolvimento rural sustentável de Minas Gerais, garantindo direitos de agricultores familiares. Como costume dizer, precisamos desses trabalhadores e trabalhadoras no mínimo três vezes ao dia: no café da manhã, no almoço e no jantar. É mais do que justo e merecido que tenham sua importância reconhecida e seus direitos resguardados. Na Seda, não podemos deixar de destacar as subsecretarias e assessorias institucionais, que têm atuado para garantir atenção especial às mulheres, às juventudes do campo e aos povos e comunidades tradicionais, reconhecendo e combatendo, assim, as desigualdades e exclusões que, neste século XXI, ainda marcam o meio rural mineiro. Na pessoa do secretário Neivaldo de Lima Virgílio, cumprimentamos todos os servidores que contribuem para o sucesso da Seda, na condução de políticas públicas que consideram a justa relação entre os produtores de alimentos, os consumidores e o meio ambiente. Muito obrigado. Presidente Adalclever Lopes.”

Apresentação Musical

O locutor – Neste momento, temos o prazer de anunciar o músico Pereira da Viola, que nos brindará com as seguintes canções: *Novos caminhos*, composição dele e de João Evangelista Rodrigues; *Do Brasil*, de Vander Lee; e *Sinhá Maria*, com adaptação de Pereira da Viola.

O Sr. Pereira da Viola – *Novos caminhos* é uma canção que retrata exatamente este momento de tristeza do Brasil, este momento de depressão e vem trazer um pouco de esperança e utopia, porque a utopia nunca morre e estará sempre presente. Como ouvimos aqui, hoje, rapidinho, mais rápido do que imaginam, estaremos novamente com o nosso Brasil nas nossas mãos.

– Procede-se à apresentação musical.

O Sr. Pereira da Viola – A segunda canção é do Vander Lee, e acredito que ele a compôs pensando no MST e em toda essa produção da agricultura familiar. Chama-se *O Brasil*.

– Procede-se à apresentação musical.

O Sr. Pereira da Viola – Vou fechar com um jeito nosso, quilombola, de comemorar algo importante como hoje, com festa. Então fiz uma seleção de batuques, e vocês podem bater palmas e responder juntos. O Carlos Farias está ali e poderá me ajudar.

– Procede-se à apresentação musical.

O Sr. Pereira da Viola – Muito obrigado, Jean, pelo convite. Muito obrigado a todos vocês. Viva a cultura brasileira, não só a cultura da arte, mas a arte também de se produzirem alimentos saudáveis.

O presidente – Obrigado, Pereira. Com certeza, todos nós, após ouvir as suas músicas, sairemos com muita força para lutar por aqueles que mais precisam.

Meus companheiros, vendo o Pereira, que é quilombola, tocar e cantar, antes de encerrar gostaria de usar este espaço, companheiro Rogério, Padre João, companheiro Reginaldo Lopes – muito obrigado pela sua presença –, para fazer um relato. Sexta-feira passada, na comunidade quilombola de Marobá dos Teixeira, em Almenara, no Vale do Jequitinhonha, uma comunidade que sofre muito na esperança de conquistar a titularidade da terra, o Sr. Jurandir e a D. Rosa foram violentados por três homens, que chegaram, à noite, chamando-os pelo nome. Então, gostaria de usar este espaço para pedir ao Padre João, que está na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, e a você, Rogério, que convoque uma audiência pública para debater essa questão.

Lá nessa comunidade, Pereira, ouvi o Sr. Olinto, de 86 anos, dizer que não mais ia comemorar o seu aniversário, porque, não o comemorando, tinha a sensação de que o tempo parava, e assim não morreria sem receber o título da sua terra. Então, é importante que hoje cada um de nós possamos nos solidarizar com esses companheiros quilombolas da comunidade Marobá dos Teixeira.

O locutor – A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário convida os presentes a visitar a feira Do Campo Pra CÁ, montada no Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira, no andar térreo, desta Casa. Muito obrigado a todos pela presença.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 28, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 28/3/2017.). Levanta-se a reunião.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 4/4/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 771/2015, do deputado Gilberto Abramo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.848/2016, do deputado Arnaldo Silva.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

 TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.835/2016

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do deputado Lafayette de Andrada, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Conselheiro Lafaiete – Apac CL –, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete, e foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.835/2016 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Conselheiro Lafaiete – Apac CL –, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete. Conforme o estatuto social da entidade, trata-se de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com patrimônio e personalidade jurídica próprios, fundada no ano de 2003 e com duração por tempo indeterminado.

As finalidades detalhadas no estatuto corroboram a importância da entidade, que se destina a auxiliar o poder público a prestar apoio, auxílio e atendimento gratuito aos presos condenados a pena privativa de liberdade, que poderão ser transferidos para o Centro de Reintegração Social, sem discriminação de cor, raça, religião, opção sexual, tempo de condenação e gravidade do crime, objetivando a recuperação e a reintegração social do condenado, e, em uma perspectiva mais ampla, a proteção da sociedade, a promoção da justiça e o socorro às vítimas.

Ainda segundo o estatuto, as atividades exercidas visam à aplicação da metodologia apaqueana, por meio de atividades de assistência social, de forma gratuita, continuada e planejada, que preveem, dentre outros, a assistência à família, à educação, à saúde, ao bem-estar, à profissionalização, à reintegração social, às pesquisas psicossociais e à recreação.

O trabalho desenvolvido pela instituição busca, assim, possibilitar a recuperação e a reinserção social dos detentos, bem como, em contrapartida, diminuir os índices de criminalidade da região onde atua.

Dessa forma, diante da relevância do trabalho desenvolvido pela Apac de Conselheiro Lafaiete, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.835/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 31 de março de 2017.

Fábio Cherem, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.848/2016**Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia****Relatório**

De autoria do deputado Arnaldo Silva, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Grupo Escoteiro Frutal, com sede no Município de Frutal.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública o Grupo Escoteiro Frutal, com sede no Município de Frutal, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a prática do escotismo.

Na consecução desse propósito, a instituição realiza excursões, acampamentos, ações beneficentes e atividades direcionadas ao desenvolvimento do movimento escoteiro e de seus integrantes.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade no Município de Frutal, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.848/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 31 de março de 2017.

João Vítor Xavier, relator.

**MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com os Srs. Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais, e Lucas Lage de Oliveira Andrade, presidente da Comissão OAB Vai à Escola, pela criação do projeto Direito na Escola (Requerimento nº 6.183/2016, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. Marcos Barroso de Resende pela eleição para o cargo de diretor de relações com os participantes da Cemig Saúde (Requerimento nº 6.370/2017, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas pelos 60 anos de existência do campus Machado, em 3/7/2017 (Requerimento nº 6.459/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Sra. Rebeca Breves de Melo Silva por sua designação para defensora pública da Infância e Juventude em Contagem (Requerimento nº 6.492/2017, do deputado Léo Portela);

de congratulações com o Sr. Marcos Lourenço Capanema de Almeida por sua designação para defensor público da Infância e Juventude em Contagem (Requerimento nº 6.493/2017, do deputado Léo Portela).

 PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 28/3/2017

O deputado Felipe Attiê – Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando cheguei aqui conheci um jovem moço através do deputado Alencar da Silveira. Ele me foi apresentado como Castellar Guimarães, presidente da Federação Mineira de Futebol. Quero dizer que na época em que o João Leite jogava no Galo eu ia ao Estádio Juca Ribeiro, da minha cidade de Uberlândia, para vê-lo e também para ver o velho Dante fazer um gol de bicicleta. Muitas vezes, nós, do Uberlândia Esporte Clube, fomos prejudicados pela arbitragem aqui da capital. Esse moço é jovem, a Federação Mineira de Futebol teve vícios. O futebol é uma paixão dos mineiros e dos brasileiros. Outro dia esse moço estava numa pose bonita, seria indicado para a Fifa. Mas ele precisa olhar com bons olhos o departamento de arbitragem da Federação Mineira.

Hoje é meu aniversário. Eu comemorei aqui em Belo Horizonte no sábado e fui avisado por uma figura importante da capital que o Uberlândia Esporte Clube seria roubado na segunda-feira pelo juiz Ricardo Marques Ribeiro, que é cruzeirense e trabalha no gabinete do desembargador Wanderley, no Tribunal de Justiça. Esse desembargador é vice-presidente do Conselho Deliberativo do Cruzeiro. Ora, se ele trabalha como assessor, ocupa um cargo de confiança no gabinete de um desembargador que é vice-presidente do Conselho Deliberativo do Cruzeiro, daqui a pouco eu terei de nomear juiz da Federação Mineira no meu gabinete para que o Uberlândia Esporte tenha um jogo limpo, honesto. É um time do interior, de uma cidade com muita dificuldade na área de futebol, quanto a patrocínio, embora seja essa uma cidade grande, a 2ª mais rica do Estado. É com muito suor que esse time luta ao longo de todo o campeonato e tenta subir para a primeira divisão, para abrilhantar o campeonato, que não pode ser carta marcada onde só dá Cruzeiro e Atlético. Senão, o que estamos fazendo no interior? Papel de palhaço? Eu estive no jogo ontem em Uberlândia e pude ver o Sr. Ricardo roubar um pênalti, entre outras ações contra o Uberlândia Esporte Clube, para que o Cruzeiro empatasse e depois virasse o jogo. O Uberlândia empatou aos 45 minutos com muita raça. Nós já estávamos sentindo isso, porque ele já roubara outra vez quando estive em Uberlândia. Isso não é de agora. Num outro jogo contra o Cruzeiro, ele fez a mesma coisa. O Uberlândia, quando joga em Belo Horizonte, não dá nada.

Então, na verdade, esse juiz, o mesmo de ontem, Sr. Ricardo Marques Ribeiro, em 2009 apitou Uberlândia Esporte Clube e Cruzeiro, no Parque do Sabiá, marcou outro pênalti escandaloso contra o Verdão, e o Cruzeiro ganhou de 2 a 1 naquele ano. Ele é reincidente. E aí, Castellar? Desse jeito o esporte não tem graça. No Brasil, tudo tem de ter um pistolão, uma boca, um caldinho, uma indicação, um processo de corrupção, um favorecimento, um apadrinhamento, um corporativismo, um jeitinho brasileiro para o outro time levar vantagem.

Sr. Presidente, isso é uma vergonha. Queremos deixar aqui o nosso protesto. Vou apresentar um requerimento na Federação Mineira de Futebol pedindo providências contra esse tipo de atitude. O jogo foi bonito. Sai um personagem como esse, um juiz como esse, que faz esse tipo de coisa. Não foi só dessa vez. Houve reincidências. Era um rigor danado contra o Uberlândia Esporte Clube e um rigor amigo contra o Cruzeiro. Fica difícil. O juiz tem de ser imparcial, tem de ser árbitro. Ficamos muito chateados. A cidade inteira estava lá no campo. Eu já havia dito isso. Acredito que tem de haver isonomia. Como esse juiz, que é funcionário de um desembargador que é vice-presidente do conselho deliberativo do Cruzeiro, apita jogo contra nós? Fica difícil. Sou cobrado pelo povo no campo para que a Federação Mineira de Futebol tenha lisura, tenha mais responsabilidade na indicação desses árbitros que vão apitar em Uberlândia, enfim, em todo o Estado de Minas Gerais contra os times de Juiz de Fora, de Ipatinga e de outras regiões que têm seus times, que não são os times da capital.

Então, é preciso que esse seja um bom campeonato, que valoriza os times do interior. Minas é grande; Minas são muitas. Cruzeiro e Atlético estão aí para grandes campeonatos nacionais. Recebem milhões de recursos e têm milhões de torcedores. Ótimo,

mas não vamos prejudicar os times do interior com arbitragem, até porque, conforme o pensamento cristão, na dúvida, a arbitragem teria de ficar do lado mais fraco. Somos cristãos. O mais fraco em finanças, em recursos, tenho certeza, é o Uberlândia Esporte Clube, contra uma equipe como a do Cruzeiro.

Na verdade, queremos reprovar o que ocorreu lá. Queremos apresentar aqui um requerimento e entregá-lo à Federação Mineira de Futebol, pedindo providências contra esse tipo de coisa, a fim de que tenha mais cuidado, deliberação cautelosa, ao escolher árbitros quando nosso time for enfrentar times da capital. Não é fácil enfrentar Cruzeiro ou Atlético, reconhecemos isso. Fica mais difícil e impossível ainda quando eles têm 12 jogadores em campo e nós temos 11.

O importante é competir, é a luta justa. O bonito do espetáculo, do clássico, é a alternância das vitórias, é um ganhar e o outro perder, mas não perder de forma desonesta. Ontem fomos, literalmente, roubados, assaltados por esse juiz no Parque do Sabiá, em Uberlândia, porque teríamos ganho do Cruzeiro. Isso, para nós, é um esforço grande.

Pode parecer pouco para os torcedores do Atlético ganhar do Cruzeiro, mas, para nós, isso seria importante na tabela do campeonato. Para nós, que estamos com muitas dificuldades para pagarmos a folha de pagamento do Uberlândia Esporte, é muito importante o resultado. A torcida também gostaria de ter o privilégio de ver o time refletir a grandeza do espírito do povo de Uberlândia, e ele luta por esse sentimento, por essa grandeza. É o esporte.

Possuímos um estádio gigantesco desde 1981. Na época, era um estádio moderno. O Uberlândia Esporte tem lutado para ver se acompanha a grandiosidade da cidade, mas tem tido sérias dificuldades. Se a Federação vem com uma arbitragem maldosa, encomendada, que não é lisa, que falta com a honestidade, somos prejudicados, pois desestimula o time e o joga para baixo, prejudicando o esporte como um todo na cidade, o futebol, os anunciantes, enfim, toda a cadeia que do esporte vive. Quantos mil empregos foram gerados ontem no Parque do Sabiá, numa segunda-feira, na cidade de Uberlândia? Quantas pessoas da região se deslocaram para ver o papelão desse juiz que afanou o Uberlândia Esporte Clube!

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Deputado Felipe Attiê, V. Exa. faz muito bem em defender o Uberlândia Esporte Clube, da grande cidade de Uberlândia, mas não podemos também nos esquecer da importância do Cruzeiro, um dos maiores times do Brasil e o maior time de Minas Gerais. Ao mesmo tempo também, lembramos a V. Exa. a importância da campanha que o time de vôlei de Uberlândia, o Praia, está fazendo. Isso é fundamental.

Temos acompanhado o brilhante papel do Praia, que agora vai para as semifinais. Recentemente ele obteve uma vitória sobre o Brasília, representando bem o vôlei de Minas Gerais, como faz o time de vôlei do Cruzeiro, que é o melhor do mundo.

O deputado Felipe Attiê – Agradeço-lhe o aparte e quero dizer que realmente o Cruzeiro e o Minas Tênis são adversários do Praia em várias categorias. O importante não é só ser adversário, o importante é competir. O esporte em Minas Gerais, seja nos clubes profissionais, seja de entretenimento, como o Minas, que está em várias modalidades, pode, sem dúvida, gerar exemplos para os jovens, que podem se prontificar a cultuá-lo. Ter ídolos nessa área é algo bom para a nossa juventude.

Estamos reivindicando e vamos encaminhar requerimento à Federação Mineira de Futebol para que ela tenha mais atenção e retire esse árbitro dos jogos do Uberlândia Esporte contra o Cruzeiro. Já é a segunda vez que isso acontece. Já é sabido por todas as paredes – até o Atlético diz isso – que esse juiz tem tendências para o lado do Cruzeiro. Isso prejudica, isso não soma. O Castellar precisa ter esmero como jovem e como revelação que aparece no quadro de renovação dos cartolas brasileiros. Ele precisa ter zelo, precisa moralizar o campeonato mineiro e a arbitragem mineira no Estado. Dê a César o que é de César. Quando for do Cruzeiro, será do Cruzeiro. Quando for do Atlético, será do Atlético. Quando for do Galo, será do Galo. Quando for do Uberlândia Esporte, do Uberaba Esporte, do Tupi, de Juiz de Fora, da Caldense, do Ipatinga, de qualquer outro time ou de quem quer que seja, que seja dele.

O bonito do futebol é ir, torcer. A arbitragem precisa ser discreta, imparcial, neutra e honesta para que vença o que mais se esforçar no campo e a torcida que mais apoiar seu time. O bonito é isso. Futebol sem violência, de forma pacífica. O jogo foi pacífico.

A torcida protestou contra o juiz, mas o jogo foi pacífico, sem nenhuma ocorrência. O estádio estava lotado, havia pessoas de todas as regiões do Triângulo e do Alto Paranaíba. Havia muitos torcedores do Cruzeiro. Havia muita torcida do Cruzeiro. Isso é justo.

O Cruzeiro é um time de ampla expressão no Estado. O Uberlândia Esporte é um time localizado em uma cidade. Portanto o Cruzeiro já sai com uma vantagem enorme em relação ao número de torcedores. O time possui torcedores em todo o Estado. E o pior: nas cidades, isso desestimula muito as pessoas a torcer pelos times da capital, porque, quando elas se sentem roubadas, trapaceadas, enganadas, tomam antipatia e acabam torcendo para outros clubes. Aí acaba havendo menos adeptos do Atlético e do Cruzeiro nesses lugares.

Por isso peço à direção da Federação Mineira de Futebol – vou encaminhar-lhe o requerimento que apresento hoje – que tome as providências necessárias para garantir a lisura nos jogos e que suspenda esse juiz dos jogos do Uberlândia Esporte, pois ele nos deu ontem um prejuízo incalculável, porque a nossa vitória era certa na cidade de Uberlândia. A torcida saiu até muito satisfeita com o empate. O time jogou muito bem. A torcida saiu muito agradecida, mas com uma vergonha, uma indignação e uma revolta muito grande no coração.

Eu, como seu representante, estou aqui na capital, há 600km de Uberlândia, e tive de escutar o clamor da minha população, do povo que me elege, inclusive com o sentimento de que a disputa faz parte do esporte, mas às vezes temos esse sentimento de exclusão, que começa no futebol e termina em atitudes do governo central ao não nos prestigiar, ao não fazer as coisas de que o Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba necessitam. Isso dificulta a nossa relação geopolítica com a capital, dificulta nosso entrosamento e provoca muitos protestos da população; provoca até uma votação sistemática contra os que governam o Estado, tudo em razão desse sentimento do nosso povo. Isso começa pelo futebol. É antigo.

Narrei aqui um gol de bicicleta do Dante e do João Leite ainda nos anos 1980. Na verdade, é um sentimento muito grande, isso nos prejudica e não queremos que ocorra no esporte. Vamos cobrar uma atitude séria desse jovem, o presidente Castellar, na escalação dos árbitros do campeonato mineiro. Isso é uma peça-chave para que não ocorra mais um papelão, um vexame como o que aconteceu ontem no Parque do Sabiá, no jogo entre Uberlândia Esporte Clube e Cruzeiro. Foi lamentável o que ocorreu, pois lesou um clube do interior.

Sr. Presidente, apoiamos o esporte. Acredito que precisamos do esporte sem violência, do esporte com a bebida moderada. A venda de bebida no campo tem de ser moderada.

Precisamos ter paz, respeito pelas torcidas, que também têm de se respeitar. O futebol é um momento de extravasar as energias, de torcer, mas a vida é mais do que o futebol, é mais do que a paixão de uma torcida organizada. A violência não leva a nada.

Apoiamos o esporte; apoiamos o Praia Clube, que é um grande clube de vôlei de Uberlândia; torcemos para que os empresários de nossa cidade apoiem o esporte e os clubes e que invistam nessa questão de novos jovens, lideranças do esporte, para dar exemplo a nossas crianças em todas as Minas Gerais. Isso é muito importante, temos de ter orgulho. Minas é uma França, é muito grande. Para disputar um campeonato aqui é preciso fazer viagens extensas. Às vezes, para ir jogar em Juiz de Fora, são percorridos 1.000km; para ir a outras cidades é muito longe, são 1.000km de uma região a outra do Estado. Isso não é barato, não é fácil. Esses atletas correm risco de vida em ônibus, às vezes em aviões. É uma profissão que hoje tem esse *glamour*, essa paixão que o brasileiro desenvolve.

O esporte é muito produtivo, de forma geral, para a formação de nossos jovens e crianças e é muito bom como uma forma de entretenimento pacífica e que pode alegrar o coração do nosso povo e colocar as nossas rivalidades de forma sábia e humana, bem arraigadas numa bela disputa, numa disputa honesta, bem presidida e com um árbitro justo e correto. É o que exigimos e pedimos à Federação Mineira de Futebol. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cabo Júlio* – Sr. Presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, quero aproveitar e parabenizar o deputado Felipe Attiê, que é da nossa Uberlândia – não é, Attiê?

Presidente, quero falar hoje de uma conquista que obtivemos na semana passada, mas preciso antes fazer um ordenamento cronológico das ideias. Em 1999, a Polícia Militar fez um concurso público para soldado. Prometeram aos militares que eles fariam um curso de formação de soldado de um ano e meio – e o curso dura seis meses, no máximo nove –, com carga horária de mais de 1.500 horas, e que esses militares seriam promovidos de cinco em cinco anos. Fizemos o maior curso de soldado da história da Polícia Militar, e não houve promoção nenhuma. Qual o prejuízo disso para esses militares? Bem, a promoção a cabo depende do tempo na promoção de soldado. Se atrasou a promoção de soldado à primeira classe, à época, atrasou a promoção de cabo e, conseqüentemente, a promoção de sargento.

Recebi, em meu gabinete, uma comissão de 30 policiais que representavam cerca de mil. Eles me disseram: “Deputado, tivemos prejuízo de um ano; foi um curso de um ano e meio. Nosso prejuízo é terrível. A resolução do Comando-Geral da PM convocando os cabos para o Curso de Formação de Sargentos vai chamar somente os que foram promovidos até junho, e nossa promoção é dia 23 de dezembro. Tivemos esse prejuízo ao longo de toda a carreira e vamos ter mais um prejuízo de um ano”. Juntei essa comissão e a diminuí para sete. Fomos ao Comando-Geral e conseguimos negociar com a Polícia Militar, que atendeu o pleito dessa comissão e deste parlamentar, para que o Curso de Formação de Sargentos da Polícia Militar – seria apenas um curso durante o ano – fosse fragmentado em dois e que a formatura do curso de sargento seja exatamente no dia 23 de dezembro, data em que esses militares completam oito anos. Conseguimos antecipar em um ano a promoção de sargento de quase mil militares – são cerca de mil famílias beneficiadas. De igual forma, recebemos o pleito também do Corpo de Bombeiros. A Emenda nº 39/1999 separou o bombeiro da Polícia Militar – a regra era a mesma.

Também existe a mesma demanda dos militares do Corpo de Bombeiros que foram promovidos em 23 de dezembro. Eles só seriam promovidos daqui a um ano e teriam de arcar com esse prejuízo na carreira.

Quinta-feira, dia 30, teremos uma audiência com o Cel. Gualberto, comandante-geral do Corpo de Bombeiros, e com uma comissão de bombeiros. Ele já sinalizou que vai atender o pleito. Vamos conseguir antecipar em cerca de um ano a promoção de 300 a 400 bombeiros. Fico feliz de ter sido intermediário de uma solução que vai atender 1.500 famílias.

Quero também falar do concurso de agente de segurança prisional, que se arrastava desde 2013 em nosso estado. Este parlamentar foi convocado pelos colegas para tentar, junto à Seplag, agilizar um processo que se arrastava há quatro anos. Então, chegamos aos trâmites finais. Começaram as nomeações em novembro; em dezembro, nomeamos mais 600; em janeiro, 720; em fevereiro, 800; neste mês, chegamos a 900 nomeações, sendo 800 agentes prisionais e 100 agentes socioeducativos. Esse é um concurso longo. Para V. Exa. ter uma ideia, deputado Dalmo, há pessoas que quando fizeram o concurso moravam em Belo Horizonte, mas como o concurso demorou quatro anos para chamar, a pessoa precisou se mudar para outra parte do Estado para arrumar emprego. Imagine o sofrimento de uma família que está esperando a nomeação desse concurso.

Hoje conseguimos nomear quase 60% dos aprovados no concurso. Espero que, até junho, terminemos, de uma vez por todas, com as nomeações. No final do mês, vamos ter uma nova reunião para ver se aumentamos para 1.000 nomeações e, enfim, tiramos o sufoco daqueles que, por mérito próprio, passaram num concurso público. Quero dar parabéns a esses 900 que tomaram posse neste mês. Sejam bem-vindos. Vocês estão entrando por mérito próprio; não por indicação de ninguém, mas por mérito intelectual, por meritocracia. Parabéns a esses 900.

Por último, quero dar um recado para os agentes administrativos da Seap e da Secretaria de Segurança Pública. Na nossa última reunião com a Seplag, acertamos que, na primeira semana do mês, vamos nos reunir com uma comissão formada por eles, com o secretário Calazans e este parlamentar para fazer as nomeações dos excedentes do concurso de agente administrativo. Enfim, será a

substituição dos contratados pelos concursados, sem gerar ônus para o Estado. Digo isso para as pessoas que também estão aflitas. Vamos começar essa negociação e essa nomeação também.

Quero agradecer, do fundo do meu coração, ao subsecretário Calazans, que tem cumprido, na íntegra, tudo aquilo que acordamos com as comissões de servidores concursados, que, por mérito próprio, passaram no concurso. Para terminar, quero fazer uma saudação especial ao desembargador Kupidlowski, secretário de Administração Prisional, que está fazendo um belo trabalho. É a secretaria mais problemática do Estado, que lida com preso, superlotação, agentes em concurso. Lá, falta tudo, e o secretário tem dado um *show*. Então, quero terminar a minha fala desejando-lhe sucesso naquilo que tem feito, e tem feito muito bem.

Muito obrigado, presidente. São essas as minhas palavras.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira* – Boa tarde, deputados, deputadas. Presidente, hoje, gostaria de fazer uso da tribuna para tratar de alguns assuntos que nos são relevantes. Antes, a título de informação, quero fazer a leitura de uma nota que recebemos da Advocacia-Geral do Estado. Vou localizá-la e fazer a leitura.

O nosso colega do Parlamento, deputado Fabiano Tolentino, trouxe aqui algumas preocupações em relação aos chamados depósitos judiciais aprovados nesta Casa. Talvez o deputado não tenha todas as informações de como é o processo, de como é dada a operação desses depósitos ou em que pé eles se encontram no dia atual. Por isso é que preciso prestar essa informação. A nota da AGE traz o seguinte. Sobre a recomposição dos fundos para pagamento dos alvarás judiciais, a Advocacia-Geral de Minas Gerais explica que o Estado não pode simplesmente aportar dinheiro público em uma instituição que se recusa a prestar contas. Diante da impressão dos dados contábeis apresentados pelo Banco do Brasil, o próprio Tribunal de Justiça de Minas Gerais solicitou a interferência do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Imobiliários para que as duas instituições atuem na resolução do impasse. É importante ressaltar que, em dezembro de 2016, verificou-se um saque superior a R\$1.500.000.000,00 nos depósitos. Entretanto, a instituição não prestou os devidos esclarecimentos sobre o responsável pelo saque. Além disso, apesar de o Banco do Brasil alegar não ter dinheiro, foi verificado na última sexta-feira, dia 24, que, dos R\$36.000.000,00 aportados pelo Estado para pagamento dos alvarás, restavam intactos R\$20.000.000,00. Ou seja, o dinheiro aportado pelo Estado, em virtude do acordo com o Tribunal de Justiça, não foi sequer utilizado pelo banco para pagar depositantes. A ação movida pelo Estado trata da exigência da prestação de contas pelo Banco do Brasil. A Advocacia-Geral do Estado estuda uma solução para o problema o mais breve possível.

Então, é importante informar que temos recursos aportados pelo Estado, conforme o que votamos aqui, para fazer o custeio e as compensações das ações judiciais. Essa é uma informação importante que o nosso colega deputado precisava saber.

Outro assunto que quero pautar diz respeito à nossa recondução como presidente da Comissão de Direitos Humanos. Hoje, tivemos a reunião para eleição da presidência, e fui escolhido pelos colegas, aos quais agradeço pela confiança. Vou continuar por mais dois anos presidindo aquela comissão, e entendo que é um momento muito difícil dos debates dos direitos humanos. O mundo, de uma maneira geral, está extremamente conservador, e percebemos sombras do fascismo em todos os lugares. Em nosso país não é diferente: intolerância, violação de direitos, radicalização daqueles que pensam que vivemos em um Estado que concede muitos direitos. Ouço muitas pessoas falando que o grande problema do Brasil é o excesso de direitos. Como, se nunca se aplicou efetivamente o que temos como direito, inclusive na Constituição? Na maioria das vezes o Estado brasileiro é o grande violador de direitos, essa é a verdade. O Estado brasileiro, das mais variadas formas, é o grande violador de direitos, representado às vezes por todas as suas instituições. Em algum momento, as instituições, que deveriam ser garantidoras, nas pessoas de seus membros, cometem erros e violam direitos.

Lá na comissão, nesses últimos dois anos, vimos vários casos em que esse tipo de violação ocorreu, e não foram poucas as vezes. Desde prisões irregulares, pessoas que passaram décadas na cadeia sem terem cometido crimes, pessoas que já cumpriram pena e deveriam estar livres, até conflitos agrários e conflitos urbanos. Tivemos uma agenda de trabalho bastante pesada, com a mediação

nas relações do homem do campo, dos movimentos sociais com as instituições de força policial, enfim, é uma comissão de muita luta. E penso que nesses próximos dois anos não será diferente, devido ao momento que estamos vivendo de radicalização de alguns setores da sociedade nesse perfil de intolerância. Isso exigirá de nós uma postura mais firme. Penso que, nos próximos dois anos, teremos uma comissão mais combativa. Se boa parte do mundo caminha para a diminuição de direitos, vamos radicalizar aqui.

Além disso, presidente, não vamos nos furtar ao debate de temas relevantes, tanto aqueles que dizem respeito ao Estado de Minas Gerais mais objetivamente, quanto os temas nacionais. E assim fizemos nos últimos dois anos, em que tivemos oportunidade de debater na Comissão de Direitos Humanos temas relevantes da agenda do Congresso Nacional. Fizemos várias reuniões em conjunto com a Comissão de Participação Popular, com a comissão do deputado Celinho do Sinttrocel; enfim, houve várias audiências conjuntas importantes.

Quero pautar na comissão, já nesse início de trabalho, todo esse debate da reforma da previdência, que tem a ver com a comissão do deputado Celinho. A retirada de direitos, aquilo que vai atacar a condição da sobrevivência, da subsistência, a dignidade humana, tem uma interlocução muito forte com o nosso trabalho. Na verdade, essa pauta de enfrentamento à proposta da reforma transcende qualquer que seja o partido político ou a comissão, passando a ser uma agenda política de interesse de todos nós.

Vejo que nos últimos 10, 11 meses, desde a saída da presidenta Dilma e da posse do governo ilegítimo, todas as medidas que vêm sendo discutidas em nosso país são contra os trabalhadores, são medidas de retirada de direitos. Lembro-me da votação e aprovação da então PEC nº 55, que virou Emenda à Constituição nº 95, que nos deu um sinal muito claro de a qual senhor esse governo estaria servindo.

Abro um parêntese para cumprimentar o Gerson, vice-prefeito de Santos Dumont. Seja bem-vindo a esta Casa, professor. O senhor, que é um homem da educação, também deve estar preocupado com a reforma da previdência, que vai atingir em especial os professores.

Mas, a partir da aprovação dessa emenda à Constituição, vimos o congelamento dos gastos públicos por 20 anos. Aliás, chamam de “gastos”, mas é apenas para a música ficar sonora, porque o cidadão que acha que o governo é muito gastador acha bacana a ideia de controlar gastos – isso é legal, beleza, parabéns. Mas não se trata disso. São setores estratégicos, importantes e relevantes na vida do cidadão, que sofrerão o congelamento do investimento *per capita* a que os brasileiros têm direito. Para dar um exemplo, lembrando que aqui há deputados que lidam muito com os prefeitos, ao menos entre os prefeitos com os quais eu converso, e não são poucos, não há um que diga que o que consegue investir em saúde e educação é suficiente diante da demanda que recebe. Não é suficiente, mesmo se ele não fica limitado ao cumprimento dos 15% ou 25% constitucionais. Normalmente, colocam muito mais recursos do que isso. A Marília foi prefeita e sabe disso: investiu muito na saúde e na educação e, mesmo assim, a demanda persiste. Agora, imaginem o que acontece neste país quando se congelam esses investimentos.

O governo alega que não é um congelamento total, mas uma recomposição a partir do IPCA, a partir da inflação do período anterior. Ora, se na campanha eleitoral todo candidato promete que, ao assumir a presidência, uma de suas principais metas será o combate à inflação, manter a inflação dentro da meta, então estamos falando que a inflação estará baixa e, portanto, a recomposição será menor do que as contingências que a sociedade precisa resolver. E eles gostam de comemorar, num período como o que vivemos, que a inflação esteja baixa, como se isso fosse fruto da política econômica que estão adotando, quando é fruto da recessão que estamos vivendo, do caos financeiro que este país vive. Então, não há recomposição do orçamento para investir. E quem é que precisa disso? É claro que eles não estão nem aí, porque os ricos, que foram patrocinadores do golpe, têm plano de saúde privado – o médico atende na casa deles –, faculdades e escolas particulares e até segurança privada – não precisam da segurança pública, pois sempre arrumam um monte de seguranças para andarem junto. Aí, você vê que o cidadão trabalhador mais pobre acaba sendo mais prejudicado pela ausência desse tipo de investimento.

Além disso, na semana passada ressuscitaram a tal da terceirização, que estava engavetada desde 1998, época de Fernando Henrique, e que precariza as condições de trabalho. Vimos os dados: de cada cinco trabalhadores acidentados, quatro são terceirizados, e eles ganham em média 30% a menos. Isso será, lá na frente, o fim, a morte do concurso público. Não tenho dúvida. E vão terceirizar não só as atividades-meio mas também as atividades-fim, o que é um grande absurdo. Daqui a pouco, os professores serão todos terceirizados, e não haverá mais carreira. É uma situação muito triste. O problema é que a população não reage.

Temos, então, esses dois projetos que tramitam concomitantemente: a reforma trabalhista e a reforma da previdência. O povo foca muito a reforma da previdência, mas, repito, a reforma trabalhista tramita mais rapidamente – é PL, e sua tramitação é diferente da reforma da previdência. Tudo isso sob o discurso de que a previdência está quebrada; de que, se não houver esse reforma da previdência, não teremos aposentadorias no futuro, nem para mim, nem para o seu filho, nem para ninguém. Sob esse discurso – lembrando que o governo colocou dinheiro na publicidade para enganar a população –, dizem que a reforma é necessária. Isso é absurdo. O somatório do nosso recolhimento da seguridade social deu um superávit em torno de R\$11.000.000.000,00. E, se o governo não desvinculasse as receitas da União em 30% utilizando os recursos da seguridade social; se o governo fizesse o combate à sonegação, que consome mais de R\$460.000.000.000,00 da previdência; se o governo acabasse com a política desenfreada de incentivos de desoneração, que consome em torno de R\$60.000.000.000,00 da seguridade social, teríamos um recurso significativo. Mas, sempre que apresentam uma proposta de reforma, penalizam os mais pobres; sempre os mais pobres. O governo não toma qualquer medida para receber de quem sonega, mas, para os trabalhadores, as medidas são as mais amargas. Quando segmentos de instituições que têm força fazem pressão, eles retiram da reforma aqueles segmentos: retiraram os militares e os delegados e vão retirar membros do Judiciário. Enfim, vão retirando.

Nos estados, eles disseram: “Não. Os professores sairão do debate da reforma desse projeto. Vamos deixar que os estados e os municípios façam a discussão da reforma da previdência”. Aí, a turma ficou tranquila: “Que bom! Foi uma vitória nossa”. Houve professor que me disse assim: “Já tivemos uma conquista, pois saímos do projeto”. Não, senhor. Continua complexa e grave a situação, porque foi entregue para os estados. Agora parece que se estabelecerá um prazo – é o que está nos jornais – de seis meses para os estados e os municípios adotarem também as suas reformas de previdência. Então não houve ganho. O que temos de perceber é que eles apresentam uma proposta que tem duas características: é bizarra e maldosa na sua essência.

Na minha opinião, há três tipos de deputados na Câmara. Um é aquele que é contra, não negocia, não tem ponto algum, não é categoria A ou B, é ninguém que pode estar enquadrado nessas perdas de direitos, enfim, são os que já se posicionaram. Outro são os favoráveis, que estão dizendo que são e bancarão isso até o final. Depois há os dissimulados – e existem muitos – que dizem: “Neste modelo, eu não voto. Mas, se tiver um outro modelo...”. Aí, o que eles fazem? Pegam a proposta bizarra e retiraram as bizarrices. Mas a essência da proposta que é pura maldade permanece. Dessa forma, vão engambelar muitas pessoas para que pensem que a coisa está resolvida e pacificada, Doutor Wilson. É um negócio complicado.

Estou impressionado com o movimento que as câmaras municipais têm feito em Minas. Tenho percorrido este estado. Os vereadores estão aprovando em várias câmaras moções de repúdio para os 53 deputados mineiros e 3 senadores pedindo que não aprovem a medida. Creio que deputado e senador que votar a favor da reforma da previdência, em 2018, que está batendo à porta, terá dificuldade de ir aos municípios, pedir voto e explicar ao povo o que fez. Não adianta o cara dizer: “Prefeito, arrumei para a sua cidade R\$1.000.000,00 de investimento”. De nada vai adiantar se aprovar a reforma e retirar o direito do trabalhador. As pessoas estão acompanhando.

Fiquei até animado, Marília e Celinho, pois, neste fim de semana, estive no Norte de Minas e na Zona da Mata e vi muitas câmaras aprovando, aliás, de todos os partidos, o que é bacana. A deputada Marília está se lembrando do movimento que fez juntamente conosco, os colegas. Somos 77 deputados e, até o momento, 60 deputados estaduais já assinaram a moção de repúdio, de vários partidos. Não é isso? Vejam como a coisa se transformou suprapartidária em defesa dos trabalhadores. Estou acompanhando

esse movimento e creio que as câmaras têm muito poder. Nós, deputados, somos um bicho danado. Quando chegar 2018, ficaremos doidos para irmos atrás de vereador e prefeito: “Vereador, arrume uns votinhos para mim, uma beirinha, um espacinho. Prefeito, vamos fazer uma parceria...”. Quero ver com que cara voltaremos à cidade se pedirmos aos deputados federais e senadores que aprovem essa medida.

Há um movimento de resistência muito forte que vem ganhando força. Isso é importante. Teremos um grande ato no dia 31 e precisamos convocar a população a se mobilizar para participar. Além disso, temos o indicativo, já em abril, de uma nova greve geral contra essa reforma. E direi mais: é pior para as mulheres, pois equipara a aposentadoria; e é maldita para os trabalhadores rurais, pois equipara a sua aposentadoria com a urbana. Se isso já é o caos para o trabalhador urbano, pensem o que será para o trabalhador rural. Além disso, discute mexer na pensão e mexerá no Benefício de Prestação Continuada.

Portanto, pessoal, estou chamando a atenção dos que estão nos acompanhando pela TV Assembleia da importância. Tudo vale a pena. Vale a pena enviar *e-mail* ao deputado, escrever na página dele no Facebook, assinar as listas de abaixo-assinados, conversar com seus vereadores para fazerem pressão nos prefeitos, participar dos atos de greve, enfim, fazer plena mobilização. Volto a dizer que eles não têm limites. Aprovaram a PEC nº 55 e a terceirização. Se não houver resistência da sociedade, não tenho dúvida de que a reforma da previdência passa e depois não adianta chorar o leite derramado. Então, essa é a nossa orientação, o nosso posicionamento e o nosso mandato como deputado. Pautaremos essa discussão juntamente com os colegas e as demais comissões. Quero discutir isso com a comissão do deputado Celinho e, de forma conjunta, com a Comissão de Direitos Humanos, porque chegamos ao ponto em que temos de gritar em alto e bom som: “Nenhum direito a menos”. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues* – Cumprimento o Sr. Presidente, os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas, o público que nos acompanha pela TV Assembleia e nas galerias. Também quero cumprimentar o Sr. Gerson, vice-prefeito de Santos Dumont. Seja muito bem-vindo ao Poder Legislativo Estadual.

Deputado João Leite e deputado Bonifácio Mourão, gostaria de discordar do deputado que nos antecedeu. Engraçado que ele agora fala que é contra a reforma da previdência. Eu não tenho esse problema, pois, nos moldes em que ela está, sou contra. Inclusive, assinei o requerimento, aqui encabeçado pela deputada Marília Campos. O que parece é que o Partido dos Trabalhadores está meio perdido, não é, deputado Bonifácio Mourão? Os vídeos indicam. Há vídeo circulando em que Luiz Inácio Lula da Silva, o grande mito, o grande líder do Partido dos Trabalhadores, fala que a idade é muito pouca, que tem de aprovar mesmo, que tem de alterar a idade. Também há vídeos da Dilma falando que também é a favor da reforma. Mas aí vem o deputado que nos antecedeu dizer que não é a favor.

Bom, eu nunca mudei de lado, sei de qual lado estou. O meu posicionamento está petrificado, materializado naquilo que assinei junto à deputada Marília Campos, que é o pedido encaminhado aos deputados federais e aos senadores. Trata-se de uma posição contrária aos moldes em que ela está colocada. Admitimos a discussão, sim. Pontualmente pode ser que alguns temas sejam ajustados, mas, da forma como está sendo ali proposta, somos contrários.

Deputado Bonifácio Mourão, vim aqui hoje primeiramente para parabenizar o jornal *O Tempo*, que diz em sua matéria: “Briga entre governo mineiro e Banco do Brasil já resulta em 700 denúncias de calote”. E aqui, Prof. Mourão, a articulista, a jornalista Luiza Muzzi, fez uma brilhante matéria, deputado João Leite, sobre uma família que, sabendo que as ações já são lentas demais, perseguiu no Judiciário, persistiu com os advogados.

Nós, que somos advogados, Prof. Mourão, sabemos a labuta que é para se chegar a uma sentença no Judiciário em definitivo. E, no caso aqui, é um dinheiro de herança de uma família, que passa uma enorme dificuldade por não conseguir sacar nada. Sabe por quê? Porque o governador rapou o tacho, limpou o tacho com a garganta enorme que sempre teve. O tal governador Fernando Pimentel – que não merece ser chamado nem de governador – limpou o dinheiro dos particulares; e não foi nem uma, nem

duas, nem três vezes que avisamos os deputados aqui do PT, do PMDB, do PCdoB, do PRB e também do bloco chamado Bloco Parlamentar Independente. Quando falo isso aqui, há deputado que fica muito bravo, independente de qual governo seja, pois são vários. Votaram a favor do confisco, da apropriação indébita do dinheiro do particular. E o governador levou o dinheiro para o caixa único do Estado.

Agora, Prof. Mourão, estamos assistindo ao dinheiro da pensão alimentícia, que, às vezes, a mulher pleiteou do marido durante anos e anos. Ao final da sentença, ela diz assim: “Agora vou receber”. Ora, não vai receber porque o Pimentel foi lá, de forma maldosa, e tirou o dinheiro da pensão das próprias pensionistas, que labutaram por muito tempo, mas, depois de 10 anos, quando iam receber o dinheiro, ainda tinham de enfrentar fila do precatório. Acabou a fila do precatório. É um desespero a hora que chegam lá e dizem: “Não há dinheiro”. E aqui vemos o deputado que nos antecedeu, de forma tão frágil, tentando encobrir os atos criminosos do governador Fernando Pimentel.

Deputado Bonifácio Mourão, tenho a honra de ser o presidente da Comissão de Segurança Pública também da OAB e quero dizer que nós, deputados, e principalmente nós, que somos advogados, fizemos duras críticas à OAB Seção Minas Gerais, que, naquele momento, ficou calada e não se agigantou como uma instituição deveria ter se agigantado. Infelizmente, essa é uma realidade. Pessoalmente, em nome do Bloco Verdade e Coerência, fui até o Plenário da OAB fazer uma sustentação oral ao presidente à época, Luiz Cláudio Chaves, para dizer e para apontar o crime bárbaro que estavam cometendo contra os particulares, especialmente. Tomaram o dinheiro dos particulares, Prof. Mourão.

E não posso deixar de ler aqui rapidamente, deputado Bonifácio Mourão, a impressão da página do Facebook do advogado Ronaldo Brêtas. Ele diz o seguinte: “Saque dos valores dos depósitos judiciais pelo Estado de Minas Gerais. Furor profissional. A partir de agora estou debruçado de corpo e alma na solução do caso, em defesa dos meus clientes, pessoas do povo que tiveram os valores em depósitos judiciais dos quais são titulares sacados pelo Estado. Quero informar aos colegas advogados que examinei os autos da ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pela Procuradoria Geral da República contra o Estado de Minas Gerais, nos quais o Supremo Tribunal Federal concedeu decisão liminar impedindo que o Estado sacasse o total dos depósitos. Como *amici curiae*, requereram ingresso nos autos do processo o Banco Central do Brasil, o Conselho Federal da OAB e o PSDB, Diretório Estadual de Minas Gerais”. O advogado Ronaldo Brêtas fala que, depois de 10 anos labutando em um processo, não conseguiu sacar o dinheiro.

E o advogado Igor Monteiro diz o seguinte, deputado Bonifácio Mourão: “Acabei de voltar do fórum e, pela primeira vez, após 11 anos de advocacia, não soube justificar ao meu cliente por que ele recebeu mas não levou. Depois de 10 anos finalizando um processo. Meu cliente teria direito a receber pouco mais de R\$25.000,00. O dinheiro não foi disponibilizado porque o governador Fernando Pimentel conseguiu aprovar uma lei para confiscar R\$1.500.000.000,00 das contas de depósitos judiciais.” Mas não foram R\$1.500.000.000,00, foram R\$2.800.000.000,00.

E aí, senhores e senhoras, pessoas que estão nos acompanhando nas galerias, o governador confiscou o dinheiro das lides particulares, de um particular com um particular. Não era aquele dinheiro que o Estado poderia usar, era dos particulares. Então agora, conforme aportou o requerimento de autoria do deputado João Leite na Comissão de Administração Pública, temos de fazer um debate e chamar aqui o secretário de Fazenda e o de Planejamento e Gestão e perguntar onde eles enfiaram o dinheiro dos particulares. Imaginem: você, que é cidadão e está nos acompanhando das galerias, tem um processo na Justiça que não tem nada a ver com o Estado. É um processo judicial. Aí esse processo chega ao seu final, e o juiz fala que você tem direito a essa indenização, ou a receber essa herança, ou a essa pensão alimentícia. Faz-se o depósito em juízo. Para efeito da decisão judicial, está resolvido, o juiz fez a sua parte. Mas o Banco do Brasil fala que o fundo de reserva no qual o Estado deveria depositar o dinheiro não tem dinheiro, porque o Fernando Pimentel, do PT, confiscou o dinheiro dos particulares.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Muito bem, deputado Sargento Rodrigues. V. Exa. está abordando o assunto com muita propriedade, até porque V. Exa. foi um dos que mais lutou, juntamente conosco, para que isso não acontecesse. Na época, foi aprovada a Lei nº 21.720, com protesto veemente da oposição nesta Casa. Quando V. Exa. fala sobre a nossa ordem, a Ordem dos Advogados do Brasil, à qual pertencemos, V. Exa. tem toda a razão.

Está aqui um dos nossos líderes, o deputado Gustavo Corrêa, e também o deputado João Leite. Na época, deputado Gustavo Corrêa, V. Exa. se lembra bem, assinamos um ofício dirigido à OAB para que ela, que era presidida por outro que não é o atual presidente, agisse imediatamente, porque o prejuízo não seria somente às partes, seria também aos advogados, que não receberiam seus honorários. Tivemos contato direto com a OAB, que, presidida por outro, lavou as mãos, não fez nada, omitiu-se completamente. E ficamos aqui brigando noite e dia para que não se aprovasse um absurdo daquele, que é o confisco dos depósitos judiciais de partes que nada tinham a ver. Cerca de R\$5.000.000.000,00, nos quais o governo Fernando Pimentel passou a mão, a ponto de a ministra Cármen Lúcia, deputado Gustavo Corrêa, perguntar: “Já consultaram as partes para saber se concordam com que lhe peguem seu dinheiro arbitrariamente?”. No entanto, a OAB nada fez na época. Agora a OAB está nas manchetes dizendo que vai protestar, que vai fazer alguma coisa. Por que não fez na época?

Eu, por exemplo, deputado Sargento Rodrigues, mandei carta a todos os colegas advogados da 43ª Subseção da OAB-MG, de Governador Valadares e região, mostrando o risco que estavam correndo. Agora já foram feitas 700 notificações nesse sentido. Então, também o Tribunal de Justiça tem culpa. Deputado João Leite, o presidente do Tribunal de Justiça à época assinou esse acordo com o governo do Estado. Então o Tribunal de Justiça também está em situação difícil. Não há a menor dúvida de que está, porque, agora, as partes estão procurando o dinheiro com ordem judicial, que não é cumprida, por causa de um contrato que o tribunal também assinou, e isso é lamentável.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte)* – Quero apenas fazer minhas as palavras de V. Exa. e as do deputado Bonifácio Mourão.

Quero reafirmar e lembrar aos mineiros que V. Exa, como eu e outros tantos deputados aqui, entre eles os deputados João Leite e Bonifácio Mourão, passamos quase 10 dias aqui, pela manhã, à tarde e à noite, tentando convencer os nossos colegas de que a medida que o governo tentava implementar – e acabou conseguindo fazê-lo –, que era surrupiar, rapar o tacho, retirar o dinheiro do cidadão comum, era inconstitucional. Lembro-me de que vários deputados subiram à tribuna e disseram: “Não, o Supremo vai votar favoravelmente a isso. Não tem nada disso, a oposição está querendo o quanto pior, melhor. Vocês estão querendo fazer jogo de cena”. Hoje, deputado Bonifácio Mourão – os jornais, deputado Sargento Rodrigues, comprovam exatamente isso –, a oposição, que é responsável, que está preocupada com os interesses de Minas e dos mineiros, quando sobe a esta tribuna, como V. Exa., é porque tem razão e percebe os equívocos e os erros que este governo vai cometer.

O deputado Sargento Rodrigues* – Agradeço ao deputado Gustavo Corrêa.

Vou fazer a leitura de dois parágrafos, deputado João Leite, do jornal *O Tempo*, matéria da Luiza Muzzi: “O advogado Gustavo Simões, um dos que prestaram queixa. Ele defende uma família que, há mais de um mês, tem em mãos uma decisão favorável ao recebimento de cerca de R\$4.000.000,00, referentes à herança de um imóvel. O processo teve início há 10 anos, e a Justiça, finalmente, expediu, no dia 17 de fevereiro, o alvará autorizando o resgate dos valores. Até hoje, porém, os sete herdeiros não conseguiram ter acesso ao dinheiro que por direito lhes pertence. Para agravar a situação, duas mulheres, entre os sete irmãos, foram diagnosticadas com câncer. 'Precisamos do dinheiro. É uma herança nossa, não era para o governo pôr a mão. É ultrajante saber que é nosso direito, nosso patrimônio, que o meu pai lutou a vida inteira para ter, e agora procuramos todo mundo, e ninguém dá resposta', lamenta uma das herdeiras, uma artesã de 55 anos, que preferiu não ser identificada.” Ou seja, o governo Fernando Pimentel surrupiou, como disse o líder Gustavo Corrêa, o dinheiro dos particulares.

Deputado João Leite, o deputado relator da matéria, na Comissão de Administração Pública, como está no § 3º do art. 1º do projeto de lei, disse o seguinte: “A parcela dos depósitos judiciais não transferida será mantida na instituição financeira custodiante e constituirá fundo de reserva, destinado a garantir a restituição ou pagamento dos depósitos, conforme a decisão proferida no processo judicial de referência.” Eles dizem aqui. E o governador tirou.

O deputado Fábio Cherem, relator do Projeto de Lei nº 2.173, que culminou nessa lei do confisco e da apropriação indébita dos depósitos judiciais particulares, disse na fundamentação do seu parecer: “A lei em questão é de grande relevância para o pleno funcionamento das unidades administrativas do Estado, bem como para a continuidade dos serviços, princípio basilar que rege a administração pública”. Será que princípio basilar reger a administração pública é surrupiar o dinheiro do particular? Ai, deputado João Leite, temos de colocar aqui o nome dos deputados.

Deputado Gustavo Corrêa, está na hora de fazer aquilo que o PT sempre fez com os deputados do governo passado. Temos de fazer o carômetro e colocá-lo aqui, deputado Bonifácio Mourão, já que a imprensa pautou o assunto e está vendo que é vergonha nacional, que o cidadão está sendo prejudicado, humilhado.

Já estou encerrando, presidente. Está na hora de fazer o carômetro dos deputados da base de governo, para os quais tanto falamos não votem isso, não falem assim, mas eles votaram a favor de confiscar o dinheiro do contribuinte. Essa é a realidade. Precisamos pedir à nossa assessoria de comunicação, líder Gustavo, para fazer esse carômetro com os deputados que votaram contra o povo mineiro. Hoje os advogados estão passando raiva, o cliente está passando raiva e entrando em desespero, viúvas não estão recebendo pensão alimentícia, as pessoas não estão recebendo herança, porque o Pimentel surrupiou o dinheiro público.

Agora, o ato de surrupiar dinheiro público, vindo do governador Fernando Pimentel, não é nenhuma novidade. Pergunte ao Benedito de Oliveira Neto, o Bené. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos e cidadãs de Minas Gerais que vieram à Assembleia esta tarde, queria saudar a todos. Sei que muitos vieram na luta pela Previdência. Queria desejar sucesso a todos e boa viagem de volta.

Sr. Presidente, venho à tribuna da Assembleia Legislativa esta tarde para falar, lamentavelmente, de algo que preocupa todos nós, mineiros.

Minas Gerais, assim como o Brasil, desde 2015, está vivendo uma recessão econômica. Milhões de postos de trabalho se fecharam, a arrecadação dos tributos caiu, o funcionalismo público amarga pagamentos parcelados, atrasados, e a capacidade de investimento dos governos, em todos os níveis, está à míngua.

A solução para a crise brasileira está na organização dos fundamentos que permitam o reerguimento das empresas brasileiras com toda sua cadeia produtiva. Em Minas Gerais, uma das principais empresas é a Usiminas, que tem um valor de mercado de R\$9.092.000.000,00 e, em 2016, teve uma receita de R\$8.454.000.000,00. O aço da Usiminas está presente nos carros, nas geladeiras, nos fogões, nas máquinas industriais. Essa empresa faz parte do nosso dia a dia.

Mais do que o aço, a Usiminas oferece soluções para os maiores desafios industriais do País. Além da busca da excelência de resultados econômicos, tem uma boa prática empresarial e uma forte atuação na sustentabilidade e responsabilidade social. A Usiminas, por meio da Fundação São Francisco Xavier, investe em educação e saúde. Com o Instituto Cultural Usiminas, apoia a cultura e o esporte. Promove, também, iniciativas ambientais como o Projeto Xerimbabo, com mais de dois milhões de visitantes em quase três décadas. A Usiminas é um patrimônio dos mineiros. Mas esse patrimônio está ameaçado. O desentendimento entre as principais empresas acionistas, Nippon Steel e Techint-Ternium, tem gerado sucessivas alternâncias na presidência da empresa, causando enorme insegurança.

A última alteração na presidência da empresa foi no dia 23 passado, quando o conselho de administração destituiu o presidente Rômél Souza, indicado pelo grupo japonês, e elegeu Sérgio Leite, indicado pelo grupo ítalo-argentino.

Em maio do ano passado, Sérgio Leite havia sido eleito para o cargo de CEO. Porém, Rômél de Souza retornou à presidência da Usiminas, em outubro do mesmo ano, após o Tribunal de Justiça de Minas Gerais proclamar um julgamento reconhecendo a ilegalidade dessa eleição, tanto no âmbito legal quanto no acordo de acionistas. Foi uma grande surpresa saber que apenas com cinco meses do retorno de Rômél de Souza houve novamente a substituição do presidente na Usiminas. O Dr. Rômél teve uma gestão baseada no diálogo direto com os funcionários e, unindo forças de toda a equipe, tomou uma decisão importante para paralisar a área primária da usina de Cubatão, num momento extremamente crítico. Havia uma pressão muito grande de parlamentares paulistas para que houvesse uma divisão quando da dispensa de servidores da Usiminas. Queriam que fossem dispensados servidores do Vale do Aço, de Ipatinga. Nós – os deputados Gustavo Corrêa e Mourão e eu – tivemos um papel nas ações para impedir o desemprego em Ipatinga. Além disso, ele conseguiu concluir as medidas significativas, tais como o aumento de capital e a renegociação de dívidas, e acabou de encerrar as negociações com sua liderança, o que resultou na aprovação da redução de capital da Mineração Usiminas S.A. – Musa –, que colocou R\$700.000.000,00 no capital da Usiminas.

Deputado Gustavo Corrêa, que acompanha essa situação, é importante dizer para todos os que nos acompanham que a Usiminas, com seus trabalhadores e suas trabalhadoras, é a maior pagadora de impostos do Estado de Minas Gerais. Minas Gerais precisa dessa empresa, precisa da arrecadação do trabalho dessa empresa. Não há uma palavra do governo do Estado buscando uma solução para essa situação. O que vimos foi o governo do Estado acabar com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado. Isso atinge, diretamente, trabalhadoras e trabalhadores. A causa do conflito está na indicação do CEO.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte)* – Deputado João Leite, quero parabenizar V. Exa. por trazer esse assunto a este Plenário, assunto que, como bem levantado por V. Exa., tenho certeza de que mexe com milhares e milhares de mineiros e de famílias que vivem aqui no nosso estado. Ouvei na fala de V. Exa. que o governo do Estado, em nenhum momento, manifestou-se sobre o imbróglio judicial em que se encontra o caso Usiminas. Acho que, realmente, é uma questão do ponto de vista empresarial, mas o governo, com a responsabilidade social que deve ter, precisa arrecadar. É um governo que precisa reforçar o caixa do Estado com as receitas oriundas da produção da Usiminas, para pagar o salário do servidor em dia, coisa que não tem feito. E não escuto e não vejo nenhum parlamentar do bloco de situação fazer crítica a esse governo.

Já se passou, deputado Bonifácio Mourão, quase um ano e meio, e o governo, a cada três meses, solta um escalonamento do salário dos servidores, nunca pagando o salário em dia, como faziam os governos passados, que defendi e continuo defendendo, pois, pelo menos, pagavam o salário em dia. O cidadão conseguia se programar. Mas eu não vou, deputado João Leite, entrar nos problemas e nos equívocos que este governo vem cometendo. Caberá às futuras gerações de Minas ver os erros que este governo vem cometendo. Como V. Exa. bem citou: um governo que precisa arrecadar, um governo que precisa ter dinheiro em caixa para pagar o salário dos servidores extinguiu a Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Quantas e quantas vezes o governo veio aqui para dizer que as reformas administrativas eram para economizar o caixa do Estado, e na última semana o secretário de Planejamento disse que realmente as medidas não eram para economizar! O próprio secretário reconheceu que a folha do Estado aumentou. Mas o que quero hoje é que o governo cumpra o seu papel no caso específico da Usiminas, maior empresa do nosso Estado, juntamente com a Fiat. Ela chegou aqui pelas mãos de japoneses, há muitos anos. O governo precisa tomar partido, sim. Não quero que defenda “a” ou “b”. Cabe a ele, com sua responsabilidade, fazer o papel de mediador, buscar o entendimento. O que a Usiminas pretende, e foi a proposta feita pelos japoneses...

Acho que é obrigação do governo intermediar, porque ele precisa saber que, se a Usiminas fechar as portas, milhares e milhares de famílias serão colocadas na rua. Deputado João Leite, quero parabenizar os japoneses e sócios da Usiminas, que se têm preocupado de forma democrática, fazendo um rodízio na direção da empresa. Infelizmente, talvez por outros interesses, alguns não

querem aceitar e concordar. Eu vou continuar aqui cobrando desse governo irresponsável que adote uma medida, como devem fazer os bons governantes e grandes administradores públicos, pensando sempre na coletividade, nunca no individualismo de determinado setor ou classe. Está na hora de o governo chamar para si a responsabilidade e buscar um entendimento entre os sócios, para que o Estado não seja prejudicado. Nós sabemos do prejuízo que o Estado terá se essa empresa fechar.

O deputado João Leite* – Obrigado, deputado Gustavo Corrêa. V. Exa. veio trazer mais informações à manifestação que estamos fazendo. Como V. Exa. disse, o caso é sério. Nós estamos falando da demissão de milhares de trabalhadores e trabalhadoras do Vale do Aço, de Ipatinga. Enquanto alguns acham isso engraçado, nós achamos muito séria essa situação.

A causa do conflito está na indicação do CEO. Para erradicar de vez esse problema, parece ser mais natural implementar a alternância proposta pela Nippon entre as duas maiores acionistas. Numa gestão, um grupo preside a empresa, e outro grupo preside o conselho de administração. Na gestão seguinte as presidências seriam trocadas. Deputado Mourão, eu não sei se a Techint é aquela considerada inidônea pelo Tribunal de Contas da União por estar envolvida num contrato de R\$2.500.000.000,00 para a construção de uma unidade de coque no Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – Comperj. Não sei se essa empresa, que também é acionária da Ternium, é a mesma que já foi considerada inidônea. Hoje ela quer assumir os dois cargos simultaneamente, quer a presidência da Usiminas e a do conselho. Nós queremos saber se essa Techint é a mesma. A Justiça mineira está a proclamar uma decisão final.

Tivemos uma decisão anterior da desembargadora Mariza Porto, que trouxe tranquilidade para a Usiminas, mas que, lamentavelmente, foi revogada pelo conselho daquela empresa. Teremos em maio uma decisão final por parte da Justiça de Minas. Houve a destituição do Rômelo e a eleição do Sr. Sérgio como CEO da Usiminas. Vamos agora acompanhar esse caso com a expectativa de que a justiça prevaleça em Minas Gerais.

Queria conceder este tempo que me resta ao deputado Mourão. Um minuto e pouco dá para ouvir a voz de V. Exa., representando o nosso Leste de Minas, o Vale do Aço e a nossa Governador Valadares. Por favor.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Deputado João Leite, poderia ter deixado de apartear-lo porque só resta um minuto e pouco do seu tempo, mas é para solidarizar-me com V. Exa. Na verdade, a Usiminas é uma das grandes geradoras de renda e de emprego em nosso país, em nosso Estado de Minas Gerais e, particularmente, em nossa região, tanto do Vale do Aço quanto do Vale do Rio Doce. Então, estou solidário com tudo que V. Exa. está falando.

Vou ter muito pouco tempo para falar, novamente, sobre a questão dos depósitos judiciais que foram confiscados pelo governo Pimentel com o entendimento e assinatura de contrato do então presidente do Tribunal de Justiça. Ressalvo aqui que a grande maioria dos desembargadores integrantes do Tribunal de Justiça, deputado Sargento Rodrigues, foi contrária a esse entendimento e tinha toda razão de sê-lo, porque a responsabilidade está caindo agora nas mãos também da Justiça, em função de as ordens judiciais não estarem sendo cumpridas. O Banco do Brasil alega que não tem dinheiro porque o governador confiscou, isto é, passou a mão em todo o dinheiro. Então, as ordens judiciais não produzem efeito. O cliente, por sua vez, procura o advogado, cobra dele, mas ele não pode fazer nada. A presidência da OAB, não a atual, mas a última, omitiu-se completamente, apesar de ser mais do que advertida por nós para nos ajudar contra esse absurdo que se praticava. Obrigado, deputado João Leite.

O deputado João Leite* – Gostaria, deputados Mourão e Sargento Rodrigues, de tratar dessa questão da Usiminas porque ela atinge todos nós, mineiros. Fico preocupado, inclusive, porque o Cade, há dois anos, permitiu a entrada de dois representantes do conselho da CSN, que é justamente concorrente da Usiminas e que não paga impostos em Minas Gerais. A CSN é do Rio de Janeiro, lá de Volta Redonda, e hoje tem assento estratégico no conselho da Usiminas.

Mas estou com V. Exa. Estou indignado com o que o Pimentel e o PT fizeram com a mulher que depende daquela pensão alimentícia – o dinheiro dela foi tirado; com o que fizeram com o incapaz, com aquela pessoa que precisa desse dinheiro. O governo tirou o dinheiro e não repôs.

Noutro dia, um juiz de Minas Gerais me dizia que o cargo mais perigoso hoje no Estado é de gerente do Banco do Brasil. O Pimentel e o PT não depositaram o dinheiro. A pessoa vai ao juiz, que determina a prisão do gerente do Banco do Brasil. Vejam o que está acontecendo em Minas Gerais. E esta Casa calada! As mulheres de Minas Gerais estão sofrendo, não recebem a pensão alimentícia porque um governo que paga para o seu secretário Helvécio Magalhães R\$60.000,00 por mês, que paga jetom para esse secretário diz que não tem dinheiro para depositar a pensão alimentícia da mulher, não tem dinheiro para pagar o incapaz, para pagar a herança, o tratamento médico de pessoas com doenças graves. Este governo de Minas Gerais, do Sr. Pimentel do PT, é uma vergonha!

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 30/3/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Deborah Ferreira do Carmo, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Arlete Magalhães;

exonerando, a partir de 3/4/2017, Eonio Matos, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

exonerando, a partir de 3/4/2017, Gustavo Coelho Pereira, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;

exonerando Isabel Cristina de Lima, padrão VL-45, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tiago Ulisses;

exonerando, a partir de 3/4/2017, Joice Fagundes de Faria, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leandro Genaro;

exonerando Maria da Penha Ramos Pinto, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Arlete Magalhães;

exonerando Marta Vicente dos Santos, padrão VL-38, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Nozinho;

exonerando Nara Alves Paraguai, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Marília Campos;

exonerando, a partir de 3/4/2017, Selma Matias Ferreira Carrijo, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

exonerando, a partir de 3/4/2017, Solange Antônia Santiago de Lima, padrão VL-22, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leandro Genaro;

exonerando Wanderley Sergio dos Santos, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Léo Portela;

nomeando Amâncio Oliva Neto, padrão VL-17, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Guedes;

nomeando Amaury de SA Ferreira, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Isauro Calais;

nomeando Andrea Gláucia Pereira Marques, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;

nomeando Célio do Carmo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Arlete Magalhães;

nomeando Eonio Matos, padrão VL-22, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leandro Genaro;

nomeando Gesselia Ermímia Costa Aleixo, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;

nomeando Jair Carneiro Ferraz, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando José Antônio Gomes, padrão VL-18, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Nozinho;

nomeando Lucilene Margaret Gomes da Silva, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leandro Genaro;

nomeando Regina Francisca de Souza, padrão VL-27, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Carlos Pimenta;

nomeando Solange Antônia Santiago de Lima, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Tarcília de Carvalho Ferreira, padrão VL-23, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tiago Ulisses;

nomeando Ubiraci Prata Lima, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais do Deputado Anselmo José Domingos;

nomeando Victor Campos Ferreira, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Marília Campos.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 28 de março de 2017, o servidor Francisco Marcos Carrato Gurgel, CPF nº 229.794.506/00, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-41, classe III, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 17/2017

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 034/2017

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 18/4/2017, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de lanches.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 31 de março de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 134/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais. Objeto: prestação de serviços de informática. Objeto do aditamento: segunda prorrogação, com reajuste de preço e ampliação do objeto. Vigência: de 9/4/2017 a 8/4/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

**ERRATAS****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 29/3/2017, na pág. 20, onde se lê:

“nomeando Valéria Gimenez de Resende Leão, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência”, leia-se:

“nomeando Valéria Gimenez de Resende Leão, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais”.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.848/2016

Fica sem efeito a publicação da matéria em epígrafe, na edição de 30/3/2017, na pág. 40.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 31/3/2017, na pág. 15, onde se lê:

“Adriane Happ Swiatovy”, leia-se:

“Adriane Hepp Swiatovy”.